ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 45 — Série VII — N.º 80
9 de Outubro de 1975

Preço: 4$00
Angola e Moçambique: 9$50

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 76 97 05 - 76 97 44 - 76 97 51 - 77 98 28 ★ Composição e Impressão - Heska Portuguesa ★ Distribuição - Distribuidora «O SÉCULO»

AS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS PASSARAM À CONTRA-OFENSIVA

A classe operária de Beja disse não aos saneamentos na BA 11 numa grande manifestação vitoriosa

O importante comunicado da Comissão Política do CC do PCP ontem divulgado denuncia o *falhanço das manobras* alarmistas e divisionistas do PPD e da direcção do PS e sublinha que «um dos aspectos mais característicos da situação presente é o facto de que as forças revolucionárias, a classe operária e as massas populares retomaram a iniciativa e passaram à contra-ofensiva». O PCP pronuncia-se firmemente contra a guerra civil e «insiste na sua proposta de um encontro de representantes das várias tendências do MFA, do PCP e de outros partidos da esquerda revolucionária e do PS para examinarem em conjunto a situação com vistas a debaterem os graves problemas da actualidade»

Face às manobras divisionistas e reaccionárias, soldados, marinheiros, sargentos e oficiais respondem firmemente às tentativas de colocar as Forças Armadas ao serviço da contra-revolução. As grandiosas manifestações junto ao RALIS, em Lisboa, e ao CICAP, no Porto e toda a grande movimentação dos soldados não são um factor de caos e anarquia, mas uma viva expressão da luta do povo trabalhador e uma afirmação de que, tal como no aparelho civil, a autoridade, a disciplina e a ordem nas Forças Armadas só se podem alcançar retirando reaccionários de postos de comando e mantendo e reforçando o espírito revolucionário (pág.6).

METALÚRGICOS:

a classe operária retoma a iniciativa rumo à vitória

(pág. 9)

COMUNICADO DA COMISSÃO POLÍTICA

1. Os factos estão confirmando dia a dia que o PCP tinha razão nas suas análises e advertências. A crise não pode ser resolvida por uma remodelação direitista dos orgãos superiores do poder político (MFA e Governo) e pela tentativa de uma viragem à direita da política portuguesa.

Revelam-se completamente erradas as afirmações do PPD, do PS e de alguns sectores militares, segundo os quais, uma vez diminuidas radicalmente as posições da esquerda revolucionária, se conseguiria uma rápida estabilização da situação política, militar, económica e social. Os factos estão mostrando precisamente o contrário.

A viragem dos 180 graus à direita que o PS e o PPD procuram efectuar na política do Governo está agravando todos os conflitos e aprofundando mais a crise que se pretendia superar.

2. O VI Governo Provisório, apesar da pessoa do Primeiro Ministro e do programa que confirma as direcções fundamentais do processo revolucionário, vê a sua acção comprometida pela participação do PPD (que representa a reacção) e pela política direitista que insiste em realizar a direcção do PS.

Para agravar a situação, contra o acordado nas negociações para a formação do governo, estão procurando reduzir-se ainda mais as possibilidades de intervenção do PCP na política governamental, alterando Secretarias de Estado que lhe deveriam ser atribuídas e procurando diminuir-se o âmbito de acção de outras.

Em vez de firmes medidas contra a reacção, continuam os saneamentos à esquerda, tanto

(Continua na pág. 2)

COMUNICADO DA COMISSÃO POLÍTICA

(Continuação da pág. 1)

nas forças armadas, como em vários ministérios e no aparelho do Estado em geral. Em vez da consolidação das conquistas da revolução, vê-se ser negada a publicação de decretos do V Governo que respondem a problemas das massas trabalhadoras e serem comprometidas através de decisões de ordem prática, reformas económicas e sociais.

O rumo que o PS eo PPD querem imprimir à política governativa é precisamente a contrária àquela que pode dar solução aos problemas que presentemente se defrontam.

3. A solução da crise exige o firme e imediato combate às forças contra-revolucionárias e não o combate às forças revolucionárias e os saneamentos à esquerda civil e militar, como está a suceder.

A contra-revolução continua muito activa. Os grupos clandestinos terroristas desenvolvem a sua organização. Em algumas zonas do território procura reforçar-se a ocupação reaccionária. No Funchal é tentada a instauração dum poder fascista. A reacção internacional ajuda intensamente as forças reaccionárias e conservadoras.

O combate à reacção é uma elemento indispensável para a superação da crise, para garantia das liberdades e das outras conquistas da revolução, para a construção em paz de um regime democrático.

4. O PCP pronuncia-se decididamente contra um ambiente de caos e anarquia, pela manutenção da ordem democrática, pela autoridade revolucionária, pela disciplina cívica, social e militar.

O PCP sublinha que a ordem democrática só pode ser assegurada liquidando as actividades contra-revolucionárias; que a disciplina cívica e social só pode ser alcançada com uma política revolucionária que corresponda às aspirações e interesses das massas populares; que a ordem, a autoridade e a disciplina nas forças armadas não serão alcançadas por métodos repressivos, mas pela coincidência da linha de comando e a confiança dos militares com o espírito revolucionário dos seus superiores.

A criação de uma força repressiva constituída por quadros reaccionários, designadamente por elementos vindos da Defesa Civil do Território de Angola, não resolveria, antes agravaria, a curto prazo, o problema da ordem pública e representaria com grave perigo para as liberdades e para o processo revolucionário.

Forças de intervenção em defesa da ordem democrática só podem corresponder à sua missão, se forem constituídas dentro de um espírito que corresponda aos interesses e objectivos da revolução portuguesa.

5. Um dos aspectos mais característicos da situação presente é o facto de que as forças revolucionárias, a classe operária e as massas populares, retomaram a iniciativa e passaram à contra-ofensiva.

As lutas da classe operária pelos seus direitos vitais atingiram elevado nível com a paralização nacional decidida pelos sindicatos, as grandes demonstrações dos trabalhadores agrícolas do sul, a greve e as poderosas manifestações dos metalúrgicos e as grandiosas manifestações do povo trabalhador e dos soldados.

É errado interpretar, como fazem alguns, a grande movimentação de soldados como um factor de caos e anarquia. O amplo e vigoroso movimento dos soldados é uma viva expressão da luta do povo trabalhador e uma afirmação de que, tal como no aparelho civil, a autoridade, a disciplina e a ordem nas forças armadas, só se podem alcançar retirando reaccionários de postos de comando e mantendo e reforçando o espírito revolucionário.

O novo fluxo revolucionário, a que se assiste, constitui magnífica resposta do povo português às forças reaccionárias e conservadoras, às tentativas duma viragem à direita.

6. O PCP pronuncia-se contra a guerra civil e por uma solução política da crise. O PCP diz firmemente não à guerra civil.

Os apelos alarmistas do PS para levantamentos sediciosos contra um suposto golpe da esquerda, assim como as suas exigências duma política de força, visam manifestamente preparar o terreno a acções repressivas contra oficiais, sargentos e soldados progressistas e contra unidades militares que tem mostrado estar firmemente com a revolução.

O PCP adverte para os perigos reais duma tal política repressiva que, como o caso da CICAP e outras experiências estão mostrando, agrava ainda mais a situação e é susceptível de conduzir a violentos confrontos.

A crise nas forças armadas resolve-se com as forças revolucionárias e não contra elas. Resolve-se com os oficiais, sargentos e soldados revolucionários e não com o seu saneamento. Resolve-se com o MFA como vanguarda revolucionária das forças armadas e não com a sua dissolução ou reconversão direitista.

7. A gravidade da situação exige que todas as forças empenhadas em que Portugal não regresse ao fascismo, todas as forças empenhadas na defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução façam um decidido esforço para encontrarem uma saída para a crise que continua a aprofundar-se.

O PCP insiste na sua proposta de um encontro de representantes das várias tendências do MFA, do PCP e de outros partidos da esquerda revolucionária, e do PS para examinarem em conjunto a situação com vistas a debaterem os graves problemas da actualidade.

Segundo o PCP, a solução da crise nos orgãos do poder exige o reforço das posições das forças revolucionárias nos orgãos superiores do poder político, designadamente no Conselho da Revolução e no Governo Provisório.

8. O momento actual exige a estreita cooperação tendente à unificação das forças revolucionárias, populares e militares.

As grandes acções de massas em curso revelam dia a dia a força invencível que se desprende da luta da classe operária e de todo o povo trabalhador.

Se as forças revolucionárias reforçarem a sua organização, se afastarem os factores de divisão, se souberem unir-se no combate pela liberdade e em defesa das grandes conquistas já alcançadas, a revolução portuguesa será invencível.

O povo em aliança com as forças armadas construirá o novo Portugal, o Portugal democrático rumo ao socialismo.

7.10.75

A Comissão Política
do Comité Central do PCP

A CONSTITUIÇÃO NÃO PODE DIVIDIR LEGALMENTE A CLASSE OPERÁRIA

A actual Assembleia Constituinte é, como se sabe, o espelho eleitoralista do País e não o espelho revolucionário do 25 de Abril de 1974.

Resultou do compromisso público assumido pelo MFA à raiz do seu triunfo, posteriormente reafirmado pelo general Vasco Gonçalves, e de um acto eleitoral para o qual, em populosas zonas do país, não haviam sido criadas condições prévias para uma expressão verdeiramente esclarecida e livre da vontade dos portugueses.

Sabe-se como o acto eleitoral só pode definitivamente decidir-se depois do compromisso formal estabelecido entre o MFA e os principais partidos políticos, em particular os da coligação governamental, na base da chamada «plataforma constitucional». Esta foi, nas condições pré-eleitorais, a forma encontrada para salvarguardar a feitura de uma Constituição correspondente na sua arquitectura e conteúdo ao processo revolucionário e às conquistas e objectivos da revolução num período transitório historicamente determinado.

Os partidos signatários da «Plataforma de Acordo Constitucional» têm mostrado no dia-a-dia da Assembleia Constituinte e fora dela como interpretam e aplicam na prática os acordos firmados.

«A Assembleia Constituinte — diz-se na Plataforma — tem por missão exclusiva elaborar e aprovar a Constituição». Já aqui referimos como o PS, o PPD, o CDS, signatários do Acordo, falsearam os seus compromissos com a abusiva introdução do «período de antes da ordem do dia» e a sua utilização contra o processo revolucionário. Viu-se também como após as eleições e falseando as obrigações contraídas o PS, com base nos seus aleatórios resultados eleitorais, provocou a prolongada crise do poder com a sua saída do IV Governo Provisório e a sua reclamação de novo governo «de acordo com a votação obtida por cada partido nas eleições». Como se vê, eleitoralismo do mais descarado.

UMA MUDANÇA QUE SE IMPUNHA

O grupo de deputados do PCP, numa atitude consequente com os compromissos assumidos na base da plataforma constitucional, absteve-se, até mesmo fisicamente, de participar nos referidos períodos de «antes da ordem do dia».

Dada, porém, a forma como a «santa aliança» anti-comunista constituída na Assembleia por deputados do PS, do PPD, do CDS e da UDP tem utilizado tais períodos para uma oratória provocadora e caluniadora fundamentalmente virada contra o PCP, o MFA e o processo revolucionário, resolveram os deputados comunistas rever a sua posição anterior e usar do mesmo período para intervir na linha de defesa dos interesses da classe operária e da revolução, o que continuarão a fazer por exclusiva responsabilidade da maioria conservadora da Assembleia.

O PS LEVA O ALARMISMO À PRÓPRIA CONSTITUINTE

Na tarde do dia 1, como os jornais noticiaram, José Luís Nunes, líder do grupo de deputados socialistas, numa acção coordenadora com o alarmismo desencadeado no país, pelo PS, com a delirante denúncia dum pretenso golpe dos militares de esquerda, levou à própria Assembleia Constituinte o alarme contra o fantasma do golpe militar.

Na 5ª feira, 2, o deputado do PCP, Dias Lourenço interveio no período de «antes da ordem do dia» para desmascarar o alarmismo do PS compreensivelmente secundado por um PPD sempre pronto a alimentar a confusão, o pânico e a insegurança dos portugueses.

A intervenção do deputado do PCP de que noutro lugar citamos algumas passagens provocou como era esperado o furor da «santa aliança» e só com muita dificuldade a pode concluir.

UMA CONSTITUIÇÃO CONJUNTURAL NÃO REGULA O FUTURO

É, porém, na discussão da própria Constituição que verdadeiros atentados à democracia e à revolução estão a ser praticados pelos partidos da «santa aliança» anticomunista. A Constituição de transição é forçosamente, pela sua inserção no processo revolucionário, um documento de conjuntura. Uma das suas preocupações deveria ser a de assegurar a liberdade e a necessária iniciativa criadora das massas no seu processo de consciencialização política. Quando a matéria se refere em particular às classes trabalhadoras, que têm dado ao processo revolucionário português, o seu cunho mais expressivo e unitário, maior deve ser a preocupação do legislador revolucionário. O PS, que se diz socialista (não falamos do PPD e do CDS que são consequentes com a sua natureza de classes) está, com a sua conjuntural força eleitoral, a tentar amarrar e limitar constitucionalmente a liberdade, a iniciativa e a independência de classe dos trabalhadores, espartilhando-as ou introduzindo princípios pela via da Constituição que afectariam gravemente a sua unidade. Referimo-nos aos artigos da Constituição já aprovados acerca das comissões de trabalhadores e ao movimento sindical.

O DIREITO DE TENDÊNCIA LEVA À DIVISÃO

Neste último, a inserção do «direito de tendência» na Constituição abre, objectivamente a porta à divisão do movimento sindical e portanto da classe operária. A unidade de acção e de organização do movimento operário português estará à mercê dos divisionistas. Mesmo deixando a decisão por força dos estatutos dos sindicatos é um precedente cheio de perigos que exige desde já a vigilância e o protesto dos trabalhadores. Quando o deputado do PS, José Luís Nunes, faz analogias entre o direito de tendência no sindicato dos professores em França e as alterações propostas pelo PS, procura iludir o facto de, no processo unificador de um movimento sindical dividido em várias centrais como o de França, o direito de tendência poder constituir um passo exactamente unificador, nas condições do movimento sindical português unido um tal princípio é de facto um passo para a divisão e não para a indispensável unidade da classe operária.

Os trabalhadores portugueses que na dura e longa luta contra o fascismo, souberam anular na prática as manobras divisionistas dos legisladores fascistas, saberão também na prática da luta desfazer as dos legisladores ditos socialistas, aliados aos inimigos de classe do PPD e do CDS.

A VIDA DO PARTIDO

ALVARO CUNHAL EM MOSCAVIDE

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, participará hoje, às 21 horas, no Pavilhão do Atlético Clube de Moscavide, numa sessão de esclarecimento do nosso Partido, devendo estar presentes outros camaradas da direcção do PCP.

A iniciativa deve-se à Comissão de Freguesia de Moscavide do PCP, que apela à classe operária, aos trabalhadores e à população em geral, a participarem em massa nesta sessão de esclarecimento.

COMICIOS E SESSÕES

O Partido Comunista Português realiza os seguintes comícios e sessões de esclarecimento:

No dia 10: às 21 e 30, em Alhos Vedros e Foros do Trapo, sessões de esclarecimento organizadas pelas sessões locais do PCP e Direcção da Organização Regional de Setúbal.

No dia 11: às 21, sessão de esclarecimento em Reguengos de Monsaraz; às 21 e 30 em Águas de Moura-Palmela, e em Vale de Santarém.

No dia 12: às 16 horas, em Alvalade; às 21 e 30 em Abela-Santiago do Cacém.

No dia 13: às 21 e 30, sessão de esclarecimento em Pinhal Novo-Palmela.

No dia 17: às 21 e 30, sessão de esclarecimento em Sarilhos Grandes (Montijo).

A organização do PCP em Tomar realiza, todas as quintas-feiras às 21 e 30, no centro de trabalho do nosso Partido naquela localidade, sessões de esclarecimento

ASSEMBLEIA UNITÁRIA EM VILA VIÇOSA

Uma Assembleia Unitária dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores dos concelhos de Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Alandroal e Redondo realiza-se no próximo Domingo, com início às 10 horas, na Escola Secundária de Vila Viçosa.

É uma iniciativa da Comissão Distrital de Évora do Partido Comunista Português.

EXCURSÃO A COOPERATIVAS AGRICOLAS

A célula do Partido Comunista Português da Papelaria Fernandes organiza no próximo dia 12, Domingo, uma excursão às cooperativas agrícolas de Casebres e Estrela Vermelha. A partida está marcada para as sete horas da Praça de Espanha.

SEMANA REVOLUCIONÁRIA NO LAVRADIO

Está a decorrer no Lavradio, organizada pela Comissão de Freguesia do PCP, uma Semana de Divulgação Revolucionária. Iniciada no passado dia 5, no seu âmbito foram já apresentadas algumas iniciativas, tais como a apresentação do filme «Lenine em Outubro»,a realização de um Canto Livre e uma conferência do camarada Urbano Tavares Rodrigues.

Hoje, o camarada Miguel Tavares Rodrigues proferirá uma palestra sobre a América Latina, estando ainda previstos debates sobre a emancipação da mulher na sociedade socialista, pela camarada Helena Neves, além da projecção de filmes cubanos sobre os Comités de Defesa da Revolução, comentados pelo camarada Carlos Coutinho.

Esta semana de divulgação Revolucionária encerrar-se-á no dia 12, com a realização de um comício do nosso Partido, a que estará presente um camarada do Comité Central, antecedido de um Canto Livre.

CENTRO DE TRABALHO EM SARILHOS GRANDES

O Partido Comunista Português conta, a partir de agora com mais um Centro de Trabalho, fruto da vontade e esforço dedicado dos militantes e simpatizantes do nosso Partido em Sarilhos Grandes, próximo do Montijo.

Avante! O jornal da classe operária

«O jornal não é apenas um propagandista e um agitador colectivo, mas também um organizador colectivo. Deste último ponto de vista, pode ser comparado aos andaimes que se levantam em torno de um edifício em construção, que lhe marcam os contornos, facilitam os contactos entre os construtores, ajudam-nos a dividir entre si as tarefas e a aperceberem-se dos resultados globais obtidos pelo trabalho bem organizado»

Lénine

«OS PONTOS NOS ii»

Numa entrevista a «Le Monde», o secretário-geral do PS atacou o PCP repetindo calúnias da extrema-direita. Afinal, com quem está o PS?

De passagem por Paris, o secretário-geral do Partido Socialista concedeu mais uma entrevista ao diário «Le Monde» (edição de 3 de Outubro) a fim de por «alguns pontos nos ii», segundo as suas próprias palavras. Na primeira parte volta a afirmar que o PS é um partido socialista e revolucionário que não se bate pela social democracia. Trata-se certamente de uma resposta ao próprio «Le Monde» que, pela pena do seu director, escrevera dias antes que a opção do PS era claramente social-democrata e que o partido do dr. Mário Soares faria o possível e o impossível para imprimir uma linha social democrata ao VI Governo Provisório. «Le Monde» não confia no *socialismo* do PS. Não somos apenas nós.

A segunda parte da entrevista é dedicada ao nosso Partido. Depois de afirmar que os dirigentes do PCP «tiveram a intenção» de tomar o poder e «agiram no sentido de atingir esse objectivo», o secretário-geral do PS declara que isso não aconteceu «graças ao fenómeno representado pelo levantamento popular contra o Partido Comunista no país, particularmente ao norte do Tejo».

As afirmações do dr. Mário Soares, desta vez, são categoricas, sem as habituais ambiguidades que deixam a porta aberta para rectificações. Os assaltos aos nossos Centros de Trabalho, os saques, os incêndios foram definidos pelo secretário-geral do PS como «uma reacção de auto-defesa das populações». Mais adiante reconheceu que a direita foi beneficiada pela onda de anticomunismo, mas fê-lo somente para sublinhar que «o movimento foi espontâneo».

Elementos do MRPP, recorrendo quase às mesmas palavras, escreveram o mesmo no «Expresso». Dirigentes do CDS e do PPD disseram também o mesmo. No Brasil, o ex-general Spinola disse o mesmo. O ELP, na sua propaganda, diz o mesmo.

A tese de que os bandos de fascistas e marginais que assaltaram, saquearam e incendiaram dezenas de sedes do nosso Partido eram multidões de camponeses democraticos e revolucionários é uma tese fascista, inventada por fascistas. Os nomes de muitos dos caciques da ex-ANP e da ex-Legião que comandaram esses actos de barbárie foram amplamente divulgados. Alguns desses meliantes foram detidos. O secretário-geral do Partido Socialista conhece esses factos. Chegou a mostrar-se preocupado, em Agosto, com o ímpeto da escalada de violência reaccionária para a qual o seu partido, aliás, havia contribuido através de um comportamento político irresponsável. Mas, agora, no próprio momento em que o PS procura exibir uma fachada de respeitabilidade condizente com o número de pastas que ocupa no Governo, o dr. Mário Soares, de passagem por Paris, retoma a linguagem e as calúnias de MRPP, CDS & Cia. E transforma também em heróis os contra-revolucionários anti-comunistas que a própria imprensa burguesa da Europa comparou aos piores fanáticos da Inquisição no tempo das guerras religiosas.

Afinal, o que quer o PS? Com quem está o PS? Com a Revolução ou contra a Revolução? É tempo de o PS pôr, definitivamente, os pontos nos ii.

TRABALHADORES MADEIRENSES ESCORRAÇAM REACCIONÁRIOS

Perante a provocação de meia dúzia de fascistas os trabalhadores madeirenses responderam firmemente escorraçando os reaccionários das instalações da Emissora anteriormente ocupada por aqueles

Trabalhadores madeirenses escorraçaram os reaccionários que ocuparam o Emissor Regional do Arquipélago da Madeira numa tentativa de golpe separatista.

O acontecimento sucedeu na terça-feira passada quando pelas 13 horas as instalações da emissora foram ocupadas passando a transmitir apelos à população e músicas desenterradas do arsenal fascista. Os reaccionários faziam também exigências como a readmissão no posto emissor de elementos saneados e o afastamento de outros considerados progressistas. Passado pouco tempo o posto emissor do Funchal, estação particular, passava a transmitir em cadeia com os separatistas, dando portanto a sua completa adesão à iniciativa.

Faziam-se apelos aos comerciantes para que encerrassem os estabelecimentos e fossem para junto do emissor e por volta das 15 horas o presidente do Sindicato dos Armazenistas fazia um apelo aos microfones para que todos os seus associados comparecessem no local, terminando com as seguintes palavras de ordem: «A Madeira é dos madeirenses», «Vamos correr com a meia dúzia de continentais que para aí andam», «Continentais, fora já». Pouco tempo depois os sediciosos procuravam trazer para o seu lado os retornados e vários apelos nesse sentido foram feitos.

Soldados armados de G-3 guardavam o posto emissor enquanto os reaccionários passavam a pedir alimentos e bebidas.

Pelas 16 e 25 a leitura de um comunicado de seis pontos dava a entender ter havido um acordo entre os reaccionários e as forças militares. Entre os pontos acordados, as forças militares garantiriam a ocupação da emissora pelos retornados, os elementos progressistas seriam suspensos e a partir daquela data os retornados teriam 15 minutos de emissão.

Entretanto começava a verificar-se grande mobilização entre as forças progressistas e as respectivas sedes registavam um movimento desusado. Militantes da UMP e do PCP começavam a concentrar-se no Sindicato da Construção Civil.

Encabeçados por um caterpillar, algumas centenas de trabalhadores avançam então para o emissor regional, que não se intimidam com as rajadas feitas pelos militares que entretanto tinham chegado ao local. Entrando simultaneamente pela frente e pelas traseiras, trava-se uma autêntica batalha campal e os reaccionários são postos em debandada, registando-se cerca de vinte feridos entre os ocupantes.

Os trabalhadores tiveram o cuidado de não provocar danos nas instalações. Mais tarde uma comissão, da qual faziam parte elementos do PCP, da LUAR e da UMP, dirigiram-se ao Comando Territorial Independente da Madeira onde em conversações com as forças militares se estabeleceram os moldes em que se passaria a continuar a emissão, que começaria com o Hino Nacional, ao qual se seguiria um comunicado conjunto.

Esta tentativa de golpe separatista que a Madeira viveu recentemente e logo esmagado pelas massas trabalhadoras não surge por acaso, antes se integra em toda uma campanha levada à cabo por partidos políticos perante a indiferença de outros.

Lutando sempre contra a reinstauração do fascismo e da exploração na Madeira, o Partido Comunista Português já por diversas vezes tem alertado para as manobras que se desenrolam tanto na Madeira como nos Açores. Manobras a que o PPD não é estranho, pois se nos seus comunicados oficiais fala de autonomia para o Arquipélago, os seus deputados à Assembleia Constituinte e outros militantes em entrevistas fornecidas aos jornais americanos não hesitam em advogar publicamente a independência completa para a Madeira

Será bom que o PPD se defina e declare em voz audível qual a sua posição oficial: ou a autonomia ou a independência? Posição que as massas trabalhadoras tomaram decididamente quando escorraçaram os reaccionários do emissor regional.

O PCP PRESENTE NA MADEIRA

Na Madeira, a vitória do 28 de Setembro também foi comemorada pelo nosso Partido. Apesar das ameaças e provocações da reacção, serenos face à campanha anticomunista comandada pelos caciques do PPD (e apoiada por elementos que se dizem revolucionários), os comunistas madeirenses enfrentam com extraordinária firmeza a escalada fascista.

O PCP foi o único Partido que recordou com uma iniciativa de carácter público a jornada revolucionária do 28 de Setembro. A sessão realizou-se no salão do Teatro Municipal do Funchal, tendo comparecido militantes e simpatizantes do nosso Partido vindos de vários concelhos e freguesias da Ilha. Depois de exibido um filme cedido pelas Forças Armadas, os nossos camaradas Martins Coelho e Miguel Urbano Rodrigues analisaram o significado revolucionário do 28 de Setembro e vários aspectos da situação política actual.

Durante um debate que durou mais de duas horas foram discutidos, além de problemas relacionados com a crise politico-militar e a posição do nosso Partido, assuntos locais. Os nossos camaradas denunciaram a atitude reaccionária e prófascista dos elementos separatistas. Aqueles que hoje reivindicam a «independência» da Madeira e se lançam numa criminosa escalada terrorista — mais de 16 bombas até agora — são os mesmos que, antes, nos tempos do fascismo, aplaudiam as teses da «nação una e indivisível». Os seus privilégios estavam garantidos pelo fascismo. Hoje estão ameaçados pela revolução. Por isso, a grande burguesia madeirense e elementos da pequena burguesia que ela consegue influenciar mudaram de linguagem e comportamento. Tratam de defender os privilégios que antes de Abril de 74 recebiam a protecção oficial.

Todos esses problemas foram debatidos na sessão promovida pelo nosso Partido. A presença revolucionária do PCP na Madeira foi reafirmada com clareza no 28 de Setembro.

RETORNADOS: A REALIDADE E A DEMAGOGIA

O problema dos retornados tem de ser encarado sem oportunismos partidários e sem demagogia. Há que distinguir a minoria de capitalistas e reaccionários da maioria de trabalhadores honestos. Os primeiros são adversários a combater; os segundos podem e devem inserir-se no processo revolucionário e merecem ser auxiliados

Nas próximas semanas continuarão a desembarcar em Lisboa dezenas de milhar de retornados de Angola. Com a aproximação da data da independência o ritmo da ponte aérea Luanda-Lisboa será intensificado. Em consequência das manobras do imperialismo e da reacção, o povo angolano não poderá provavelmente no dia 11 de Novembro festejar em todo o país a conquista da independência real, na unidade, pela qual durante 13 anos o MPLA se bateu heroicamente, de armas na mão.

O êxodo maciço de amplos sectores da minoria de origem portuguesa, prejudicial ao futuro de Angola - como o MPLA tem salientado - e traumatizante para aqueles que deixam a grande nação africana transformou-se também numa fonte de graves problemas para a Revolução Portuguesa. Problemas que, pelas suas múltiplas e complexas implicações, de ordem política, económica e social, têm de ser encarados e resolvidos sem oportunismos e atitudes demagógicas. Impõe-se um debate sério, um comportamento revolucionário face ás situações decorrentes do súbito ingresso no País dessa caudalosa torrente dos retornados. Não é o que têm feito os partidos da burguesia (e não só) voltados para a exploração demagógica e contra-revolucionária de todas as frustrações acumuladas pelos que voltam de Angola. Estão muito mais interessados em conquistar a simpatia dos retornados do que resolver com realismo os seus problemas.

Em primeiro lugar, os partidos burgueses, tão hipócritas na exploração sentimental do «drama colectivo» dos retornados, fingem esquecer que eles não constituem um grupo social homogéneo. Entre os retornados há patrões e empregados, exploradores e explorados, ricos e pobres. As soluções encontradas para uns não podem ser as mesmas para os outros. Sob o ponto de vista da sua inserção no aparelho produtivo do País essa diversidade torna-se claríssima. É um acto de demagogia, por exemplo, somar ao número de desempregados existentes — como têm feito certos dirigentes políticos — o número de retornados. De uma penada, industriais, donas de casa, crianças, aventureiros de todo o género, são transformados em trabalhadores.

Para a solução do problema, os próprios retornados têm que manifestar a sua intenção e a sua boa vontade em o ver resolvido e não depositar essa solução ostensiva e exclusivamente nas mãos do Governo e do povo português. Muitos dos que regressaram, incluindo alguns com longos proventos sociais, deixaram-se instalar em hoteis de 1ª com cama, mesa e roupa lavada, recebem um subsídio mensal, beneficiam da Previdência e não dão um passo para encontrar soluções. Houve já cavalheiros que voltaram a Lisboa pela ponte aérea, á custa do Estado, passaram uns dias em hotéis de luxo, e depois regressaram a Angola. Outros aguardam apenas o momento de receber os seus carros de luxo e as suas mobílias para tomar o rumo do Brasil para ali engrossarem a falange fascista que conspira com Spínola contra a Revolução.

É evidente que há que distinguir entre os retornados a minoria saudosa da exploração capitalista, a minoria de capitalistas e reaccionários, de uma maioria de gente honesta e trabalhadora. Os primeiros devem ser tratados como adversários e em muitos casos como inimigos perigosos. Os segundos merecem ser ajudados. Têm condições para se integrarem numa sociedade revolucionária em processo de transição para o socialismo. Mas para isso precisam, antes de mais, de tomar iniciativas, livrando-se da influência daqueles que em Angola os exploravam. Têm também que se despojar da mentalidade colonial de «senhores de escravos» que, mesmo sem disso se aperceberem, adquiriram em África. O país para que voltam não é o mesmo que deixaram há alguns anos. Se querem compreensão do povo em geral e dos trabalhadores da função pública em particular têm que dar mostras claras de que estão dispostos a viver no Portugal novo e colaborar na sua construção.

Da sua atitude perante a Revolução dependerá a possibilidade de uma integração harmoniosa no país que estamos edificando. Até ao momento, grande parte dos retornados não têm dado provas de se querer adaptar. Grupos numerosos deixaram-se arrastar, em momentos particularmente críticos, por elementos reaccionários que os tutelam, e alinharam em várias provocações (ocupação do Banco de Angola, agressões a dificientes no Rossio, insultos a órgãos de Informação e jornalistas revolucionários, etc.), manifestam o desígnio de querer adaptar o País à sociedade colonial angolana ou portuguesa anterior ao 25 de Abril. Recusam a solução natural: a sua própria adaptação ao Portugal livre e democrático.

A formação de algumas cooperativas no Norte, o êxito inicial dessas tentativas, o entusiasmo dos seus membros e a solidariedade que hoje os rodeia constituem uma prova de que a grande maioria dos retornados dispostos a lutar e trabalhar tem o seu lugar no processo revolucionário. Essas cooperativas apontam o caminho correcto a seguir. São um exemplo.

No momento em que a solução dos problemas mais urgentes dos trabalhadores empenhados em levar adiante a reforma agrária esbarra com obstáculos levantados pelos partidos burgueses, cabe perguntar: os retornados já se lembraram de manifestar a sua solidariedade aos camponeses através, por exemplo de jornadas de trabalho voluntário? Existe paralelamente o problema dos deficientes das Forças Armadas. Já se lembraram os retornados — a maioria honesta — de ajudar por qualquer meio esses soldados, estropiados precisamente numa guerra que tinha entre outros objectivos o de proteger os privilégios dos brancos africanos? De ajudar esses soldados, até como desagravo à covarde agressão de que foram vítimas por parte de uma minoria reaccionária de retornados?

Se os retornados não demonstrarem a boa vontade e o espírito de iniciativa exigidos pela situação, o seu problema tornar-se-á cada dia mais complexo. Corre-se o risco, se permanecerem passivos, de ver criado um sector social marginalizado, carne de canhão para manobras reaccionárias.

Uma tarefa urgente é o desmascaramento das manobras partidárias dos que, por interesse eleiçoeiros e contra revolucionários, ao pretenderem transformar os retornados, no seu conjunto, em pobres vítimas, querem outra coisa senão pôr em causa o processo de descolonização, combater o MPLA, alargar a sua clientela eleitoral com mais uns milhares de caciques, engrossar as fileiras da contra-revolução.

A FALSA AJUDA DA CEE

A tão falada «ajuda» da CEE a Portugal será apenas de 4,5 milhões de contos. E trata-se apenas de uma promessa. Os anunciados empréstimos dependem da aprovação de projectos de investimentos...

Partidos e forças políticas empenhados em combater o avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo manifestam publicamente a sua satisfação diante da «ajuda económica» concedida a Portugal pela Comunidade Económica Europeia. A imprensa reaccionária, particularmente, esforça-se por transformar em acontecimento histórico a «solidariedade» da Europa capitalista ao nosso País.

Poderia dizer-se que a má fé e o propósito de enganar amplos sectores da população começam nas palavras e acabam nos números.

Em primeiro lugar não estamos perante um facto concreto. A CEE não concedeu a Portugal qualquer empréstimo imediato. Aprovou apenas uma *promessa* de créditos. Pequena e acompanhada — assinale-se — de condições que são tradicionais nas operações desse tipo entre países capitalistas. A reacção (e não só) manifesta a sua gratidão pelo juro baixo, mas omite o essencial. O dinheiro será obtido no mercado europeu de capitais, embora seja garantido pelos Nove Membros da CEE. O Governo português não poderá dispôr, contudo, de *qualquer modo* das somas que serão teoricamente colocadas à sua disposição ao longo dos próximos dois anos. Trata-se de empréstimos duplamente vinculados. Em primeiro lugar destinam-se a projectos específicos que requerem a aprovação dos Nove. Em segundo lugar os equipamentos a importar eventualmente terão de ser provenientes dos países da CEE. Estamos, portanto, diante de uma fórmula condenada nas reuniões da UNCTAD e dos 77, uma fórmula de «ajuda» cujo conteúdo imperialista e espoliativo foi reconhecido há anos até pelo próprio Nelson Rockefeller, no seu famoso relatório a Nixon.

O nosso Partido tem afirmado insistentemente que é favorável a uma política de abertura a todos os países do mundo desde que sejam rigorosamente observados os princípios do respeito mútuo pelas respectivas soberanias e de não ingerência em assuntos internos. Dentro desse espírito, as relações comerciais com os países capitalistas são uma necessidade. Podemos manter excelentes relações comerciais com vantagens para ambas as partes. Mas não é desse tipo a «ajuda» com que a CEE aparece agora a fazer figura de benemérita.

Segundo informam as agências noticiosas, Portugal poderá apresentar antes do fim do ano pedidos de financiamento ao Banco Europeu de Investimentos a favor de médias e até pequenas empresas, assim como projectos de investimentos nos sectores da indústria e da agricultura. Que tipo de investimentos? Nada foi dito a esse respeito. Mas, face à composição do actual Governo e à linha ideológica dos governos da CEE, pode-se excluir a hipótese de o mercado europeu de capitais estar interessado em financiar empresas nacionalizadas, ou, por exemplo, projectos agrícolas nas herdades colectivas do Alentejo. Tudo indica, pois, que as referências a investimentos nos sectores da indústria e da agricultura devem ser interpretadas como alusões a investimentos no sector privado.

A promessa de empréstimo, aliás, é muito modesta: o equivalente a 180 milhões de dólares, isto é, pouco mais de 4,5 milhões de contos, um duodécimo do défice da balança comercial portuguesa. Vale a pena recordar que somente o acordo com a Polónia, a concretizar-se, atingirá os 7 milhões de contos.

O imperialismo, como é lógico, financia golpes de Estado e contra-revoluções, mas jamais se interessou em ajudar uma só revolução a caminho do socialismo. A CEE, um dos mais poderosos baluartes do mundo capitalista, demonstrou desde Abril de 74 que a sua simpatia em Portugal ia para os partidos da burguesia e para os latifundiários e não para as forças revolucionárias que combatiam a estrutura herdada do fascismo. A sua actual promessa de «ajuda» e as condições que a acompanham confirmam tudo o que o «Avante!» escreveu a respeito do assunto. Os países da CEE não se mostram interessados em adquirir maiores quantidades de concentrados de tomate, vinhos, textéis, sapatos, conservas, cortiça, amendôas e outros produtos tradicionais portugueses. Em vez de aumentarem as suas compras tendem a reduzi-las. Quem adquire hoje esses produtos em quantidades crescentes são os países socialistas.

Durante meses, ao longo da sua feroz campanha contra o general Vasco Gonçalves, os partidos da burguesia davam a entender que um verdadeiro rio de ouro desaguaria em Portugal, vindo da Europa capitalista, logo que dispusessem de posições dominantes no Governo. Conseguiram dividir o MFA e provocar um recuo do processo revolucionário. Mas os seus amigos da CEE não ficaram ainda satisfeitos. prometem migalhas, em vez dos anunciados milhões. E esse *auxílio*, para cumúlo, poderá ser suspenso se a Comissão Executiva da CEE chegar à conclusão de que a Revolução Portuguesa se afasta daquilo que os partidos burgueses da Europa definem como «via democrática». Os milhões somente viriam se a Revolução fosse traída. E isso não acontecerá. A classe operária, conduzida pela sua vanguarda revolucionária, não o permitirá. Não o permitirão os soldados, sargentos e oficiais revolucionários do MFA. A reacção não passará!

O POVO NÃO MUDOU

Durante anos, sob o fascismo, o dr. Mário Soares foi aplaudido pelo povo durante as comemorações da jornada revolucionária do 5 de Outubro de 1910. Durante as romagens ao cemitério do Alto S. João, quando os antifascistas se reuniam junto dos túmulos dos pioneiros da República foi, também, por vezes, empurrado e injuriado. Mas os encontrões e os insultos partiam da Pide, da PSP, da GNR, de provocadores fascistas.

No domingo, durante as comemorações do 65.º aniversário da Revolução de 1910, o dr. Mário Soares, agora secretário geral do Partido Socialista, voltou a enfrentar problemas num 5 de Outubro. Primeiro no cemitério, depois na Praça do Município. No Alto de S. João foi apupado por populares. Mais tarde, quando saía da Câmara Municipal, manifestantes perseguiram o seu carro. «Golpista» e «traidor» foram duas das palavras mais pronunciadas pelos elementos que ruidosamente exprimiam o seu desagrado pela presença do secretário geral do PS. É oportuno acrescentar que tais elementos não agiram sob o comando do PCP...

Os tempos mudaram. O fascismo foi derrubado. Vivemos uma grande Revolução. O povo pode comemorar em liberdade o 5 de Outubro. Mas os apupos que o dr. Mário Soares ouviu constituem um convite à meditação sobre a história. O povo não mudou. É o mesmo que durante décadas desafiou o fascismo nas jornadas de luta do 5 de Outubro. Está do mesmo lado da barricada, apenas mais amadurecido pelas batalhas revolucionárias dos últimos 17 meses. Quem mudou foi o dr. Mário Soares.

E OS TRABALHADORES?

Nunca houve tanto desmentido no Ministério do Trabalho.

Em resposta a duras críticas formuladas pelo Sindicato dos Electricistas de que o novo ministro tomara uma decisão que atingia conquistas realizadas pelos trabalhadores durante o V Governo, o actual secretário de Estado do Trabalho, dr. Marcelo Curto, mandou abrir um «rigoroso inquérito» para apurar como tais notícias chegaram ao conhecimento público, pois, na realidade o titular da pasta unicamente determinara que «os diplomas legais e regulamentares da sua responsabilidade – tais como portarias e despachos – em vias de publicação na Imprensa Nacional voltassem ao Ministério para serem objecto de visto ministerial».

O desmentido veio reforçar entre os trabalhadores a convicção de que o novo secretário de Estado tenta dificultar, senão impedir, que prossigam as conquistas da classe operária.

1. O ministro determinou efectivamente que os diplomas legais em causa voltassem ao Ministério.

2. A referência a portarias e despachos engloba todo e qualquer Contrato Colectivo de Trabalho e Acordo Colectivo de Trabalho. Portanto, a afirmação do secretário do Trabalho apenas confirma a procedência da acusação de que foi alvo.

3. As portarias estão retidas no Ministério. Como se sabe, várias convenções tiveram de ser transformadas em portarias devida à recusa da entidade patronal em assinar Acordos (Sector Rural, Cerâmica, Cimentos, Editores e Livreiros, etc.).

4. Os atrasos na publicação daqueles diplomas prejudicam os trabalhadores, criando um estado de espírito de insegurança social. No caso dos trabalhadores agrícolas do Alentejo, a não publicação da portaria retida – por ser a única legislação existente – abre a porta a uma onda de despedimentos que agravará as difíceis condições em que lutam para levar adiante a Reforma Agrária.

Na Secretaria de Estado do Trabalho muita coisa mudou, realmente, nas últimas semanas. Em primeiro lugar a atmosfera. Antes era frequentada quase exclusivamente por trabalhadores. Agora reaparece ali uma fauna humana que desaparecera desde o 25 de Abril. Nos corredores e salas de espera cruzam-se senhoras elegantes e perfumadas com cavalheiros também muito elegantes. Gente *muito fina* dá o tom nas antecâmaras da Secretaria de Estado do Trabalho.

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

LIÇÕES DE UMA INVENTONA

Na semana passada o PS lançou uma campanha de boatos que culminou com o anúncio de um golpe de «esquerda» iminente. Era uma inventona. Mas o PS continuou a alarmar o povo. As massas não ouviram os seus apelos. A manifestação de apoio ao RALIS foi uma resposta revolucionária a todas essas provocações

Na noite do dia 1, a Comissão Política do PCP dirigiu um alerta às massas populares para que se mantivessem vigilantes perante manobras que visavam pôr em perigo a Revolução. Foi uma resposta revolucionária a uma inquietante provocação montada pelo Partido Socialista.

Hoje, decorridos oito dias da vasta operação alarmista desencadeada pelo PS, os seus efeitos continuam a fazer-se sentir no terreno político e na área militar. O PS, com o seu comportamento irresponsável, agravou a crise politico-militar.

A ofensiva começou com uma onda de boatos e notícias falsas. Um deputado socialista interrompeu a sessão da Constituinte para ler um apelo partidário relativo a um pretenso golpe de «esquerda» que estaria iminente. Simultaneamente, um documento inflamado era distribuido em quase todo o País pelo mesmo partido. Anunciava o tal golpe de Estado contra o almirante Pinheiro de Azevedo e contra o VI Governo Provisório. Os documentos (com redacção diferente) posteriormente divulgados por vários nucleos socialistas desciam a minucias e acumulavam calúnias. Denunciavam um imaginário assalto a certos órgãos de Informação e acusavam forças revolucionárias de envolvimento na tentativa insurrecional em preparação. Houve toque a rebate em muitas aldeias do Norte. Mas os patéticos e desesperados apelos do PS não foram ouvidos. O povo não levantou nas estradas as barragens que os dirigentes do PS desejavam ver erguidas. O «todos à rua» do PS não impressionou as massas. Os trabalhadores ficaram em suas casas.

Em Lisboa, toda a imprensa contra-revolucionária participou na montagem da provocação. «A Luta» – órgão oficioso do PS – procurou envolver o RALIS e trabalhadores de órgãos de Informação na sua teia de intrigas. O «Jornal Novo» desistiu à última hora de lançar uma edição especial, ao aperceber-se de que os trabalhadores do sector gráfico estavam vigilantes ante a provocação. No dia seguinte ficou claro que o PS enchera com boatos um balão que explodira por si próprio. O PS não podia, porém, confessar que forjara uma *inventona*. Dizer a verdade seria cobrir-se de ridículo. Preferiu intensificar a sua campanha de boatos. Tratou de ampliar a sua campanha de desinformação, recorrendo aos jornais ditos independentes (empresas privadas) que se opõem à construção do socialismo real. Um porta-voz do PS afirmou à «A Luta» e ao «Jornal Novo» que o PCP estava ao corrente do «golpe», pois o ministro Veiga de Oliveira pedira uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros. O desmentido do ministro cuja publicação foi adiada ou truncada, desmascarou o jogo desses jornais. Mas «A Luta» não se deu por convencida. Renovou os seus apelos à «vigilância» e inseriu uma caricatura do dr. Mário Soares armado até aos dentes, como guerrilheiro lendário, de cara sombria, sobre um significativo ALERTA!

Alerta contra quem?

O secretário geral da organização do PS, sr. Manuel Alegre, foi categórico em entrevista concedida ao «Jornal Novo». O seu partido não inventara coisa alguma. Limitara-se a dar crédito a informações recebidas de fonte oficial. O sr. Manuel Alegre deixou claro que os apelos ao *alerta!* contra o golpe fantasma tinham a sua origem em notícias recebidas do próprio Governo.

Nova falsidade. O primeiro ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, desmentiu as insinuações do sr. Alegre.

Ensinamentos

Na Constituinte, falando em nome do grupo parlamentar do PCP, o camarada Dias Lourenço deu no dia 2 a resposta adequada à campanha alarmista e provocatória do PS. «Há grupos aventureiros de ultra-esquerda – disse na sua intervenção – que fazem consciente e objectivamente o jogo da contra-revolução, alguns deles por vezes em estranhas alianças com o PS e também com o PPD e o CDS, em acções claramente hostis ao processo revolucionário, mas supomos que não é a esses que se refere a proclamação do PS. Entretanto, gostaríamos que o PS fizesse mais do que tímidas referências aos realíssimos perigos da contra-revolução fascista, que denunciasse com o necessário vigor e consequência a crescente ameaça que pesa sobre as liberdades e a independência do nosso povo, oriunda das forças coligadas da reacção interna e do imperialismo estrangeiro, que denunciasse a descarada ingerência nas nossas questões internas por parte das grandes potências capitalistas. Em Espanha, na Espanha franquista que acaba mais uma vez de se tingir com o sangue dos cinco patriotas fusilados, o ELP e o MDLP dispõem de bases operacionais e organizam incursões de grupos armados através da fronteira. Atentados terroristas são praticados contra vidas e bens de portugueses sem que os seus autores sejam detidos e exemplarmente castigados. O PS não mostra por tudo isto grande preocupação. O PS – sublinhou o camarada Dias Lourenço – nada nos diz dos saneamentos à esquerda de oficiais fieis ao processo revolucionário, do afastamento dos seus postos de comando de militares que puseram o melhor de si próprios ao serviço do seu povo e da Revolução».

O PS, como Dias Lourenço declarou, continua a acusar jornais nacionalizados, a Rádio e a TV de manipularem a Informação e de difundirem boatos alarmistas, mas, enquanto exige a suspensão imediata de «O Século», toma a iniciativa de desencadear ele próprio, com a ajuda de órgãos de Informação reaccionários, uma campanha alarmista. Esse alarmismo culminou com a inventona do golpe de «esquerda», poucas horas após o fiasco da sua manifestação de apoio ao VI Governo.

Os desdobramentos da provocação são conhecidos.

Todas a afirmações do PS e dos jornais que fazem o seu jogo foram desmentidas. O RALIS desmentiu o PS e desmentiu o «grave incidente em Beirolas» inventado pelos intrigantes do «Expresso». O COPCON desmentiu também o PS e desmentiu igualmente o «Expresso». Idem, idem em relação à «A Luta», que toca clarins, indignada, porque o primeiro-ministro a acusou de fazer um jornalismo que «não serve a verdade».

A gigantesca manifestação de apoio ao RALIS foi a resposta popular à inventona do PS e às acusações, calúnias e intrigas que os dirigentes do PS, com a ajuda fraterna de «A Luta», o «Jornal Novo», o «Expresso», o «Tempo» e outros porta vozes do capitalismo moribundo fabricaram nos últimos dias contra soldados e oficiais revolucionários. Foi também uma resposta revolucionária das comissões de moradores e de trabalhadores às tentativas do PS para estimular tendências reaccionárias nas Forças Armadas, para dificultar a reunificação do MFA, para voltar soldados contra soldados.

Conforma salientou a secção de Informação e Propaganda do nosso Partido no seu comunicado do dia 3, um ensinamento essencial, deveria ser atentamente meditado por todos os políticos responsáveis: *não é com apelos contra a esquerda, com ataques à esquerda, com saneamentos à esquerda, que se consegue e garante o firme e decidido apoio de massas, das forças sociais e políticas que, no decurso de 17 meses da Revolução Portuguesa, demostraram à sociedade serem as mais prontas, interessadas e consequentes na defesa e avanço do processo revolucionário.* Outro ensinamento: *não se alarga, antes se restringe o apoio e a base popular de massas de um Governo, com medidas, apelos e manobras de direita.*

MANIFESTAÇÕES HOJE EM TODO O ALGARVE

A classe operária e os trabalhadores do Algarve, respondendo aos apelos do PCP e da FUR, realizam hoje grandes manifestações em Faro, Lagos, Vila Real, Silves e Portimão, contra os ataques da reacção

Hoje, a classe operária, as massas populares, os trabalhadores do Algarve, vão demonstrar, em grandes manifestações que se realizam em Faro, Lagos, Vila Real, Portimão e Silves, a sua firmeza em não deixar passar nem mais uma manobra reaccionária.

Os trabalhadores do Algarve vão-se manifestar massivamente contra os ataques reacionários aos órgãos do poder popular e os saneamentos à esquerda.

Convocadas pelo nosso Partido e pela Frente de Unidade revolucionária, estas grandes manifestações vão constituir uma demonstração da combatividade da classe operária e dos trabalhadores. Hoje, às 19 e 30, o povo do Algarve vai sair para a rua e demonstrar que nada poderá deter o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril.

Entretanto, a Comissão Distrital de Faro do PCP distribuiu um comunicado, intitulado «Anda aqui mãozinha de reacça», no qual se afirma: «Circula no Algarve um comunicado da Federação do PS de Faro em que este se considera «intérprete fiel do sentir da população de todo o distrito», para exigir a demissão do governador civil de Faro. Diz ter o governador civil originado durante os IV e V Governos Provisórios «uma total anarquia e desconfiança para a sua acção, criando um clima de descontentamento em vias de expressão violenta».

Após desmistificar estes sonhos hegemónicos, estas calúnias e estas ameaças contidas no comunicado do PS, a Comissão Distrital de Faro do nosso Partido interroga: «A quem serve a Federação do PS de Faro com as suas invenções, com as suas calúnias contra as estruturas unitárias de base? A quem serve a Federação do PS de Faro ao caluniar as comissões de moradores, 'órgão a que o partido não reconhece representatividade'? Será que os moradores para se organizarem terão que pedir licença aos dirigentes do PS?»

E mais adiante: «A Comissão Distrital de Faro do PCP alerta a classe operária, os trabalhadores, toda a população algarvia para os desígnios criminosos dos fascistas que tentam alastrar a onda de violência para o Sul. Tentando criar um clima artificial de descontentamento, tentando trazer para o Algarve os saneamentos à esquerda, caluniando as estruturas democráticas dos trabalhadores e da população, atacando as forças progressistas e agitando o espantalho do anticomunismo, a Federação do PS de Faro coloca-se contra o processo revolucionário. Com os seus propósitos ameaçadores e agressivos está objectivamente a colaborar com a contra-revolução fascista.»

E a finalizar o comunicado da Comissão Distrital de Faro do PCP adverte: «A Comissão Distrital de Faro do PCP responsabiliza a Federação de Faro e a direcção do PS pela evolução irresponsável e contra-revolucionária a que as acções que ameaça levar a cabo possam vir a conduzir. Vista a roupagem que vestir a REACÇÃO NÃO PASSARÁ!»

PASQUINS FASCISTAS

A nova imprensa fascista apresenta Spínola como um herói e um salvador. Um desses pasquins é o «Templário», onde colaboram jornalistas que pretendem ser democratas

O «Templário é um pasquim que se publica em Tomar. Um novo «Bandarra» que faz abertamente a propaganda da contra-revolução. A reacção fascista utiliza-o para dizer em Tomar aquilo que não ousa dizer nos seus jornais de Lisboa e Porto.

Esse pasquim — impresso a duas cores em papel especial e vendido em todo o País — não se contenta já em criticar todas as conquistas do 25 de Abril, insultar os trabalhadores e injuriar os soldados revolucionários do MFA. Agora, perdido o decoro, perdeu também a prudência: transforma Spínola em herói e futuro salvador da Pátria. «Spínola espera, escuta, e olha», é o título de um artigo de «O Templário» que, na primeira página, deixa transparecer toda a saudade fascista da escória humana que o edita.

Spínola foi expulso do Exército Português. Mas, para «O Templário» é o *General*. O MDLP é um movimento fascista, ilegal, terrorista. Mas «O Templário» faz o elogio dos seus manifestos contra-revolucionários. «O Templário» reconhece que Spínola conta com a simpatia e o apoio de alguns governos da Europa Ocidental e particulamente o da França. Mas as alianças entre Spínola e o imperialismo fazem a felicidade dos redactores de «O Templário». O pasquim dirige na 1ª página um apelo aos Governantes portugueses para que não se envergonhem de receber «francos, marcos, ou dólares, pois só assim o povo que tanto dizem defender não morrerá de fome». E a garantia dessa *ajuda*, para os fascistas de «O Templário», é o fascista Spínola.

«O Templário» não conta apenas com o aplauso dos terroristas do MDLP e do ELP. Entre os seus amigos e colaboradores figuram também jornalistas, que se dizem democráticos, que escrevem muito sobre a defesa dos direitos humanos e gostam de se apresentar como campeões da liberdade de expressão. Respeitam, portanto, «O Templário», desejam que o pasquim sobreviva. É essa atitude que os define, muito mais do que o seu palavreado noutros jornais ou nos partidos em que militam. Mas «O Templário» confessa tão abertamente a sua adesão às manobras golpistas de Spínola que esses senhores não deveriam agora ficar calados. É a altura de dizerem se pensam, como «O Templário», que as palavras do traidor do 11 de Março «são de paz e ponderação». Se vêem em Spínola «um homem que não se inclina ao sabor do vento». Provavelmente ficarão calados. E continuarão a ver os seus artigos transcritos e elogiados por «O Templário», que continuará a fazer a propaganda da contra-revolução fascista. Estranhos democratas, estranhos defensores da liberdade de imprensa esses cavalheiros que pedem em longos artigos a intervenção do Governo em jornais revolucionários nacionalizados e fazem parte do grupo de amigos do semanário fascista «O Templário». Até quando, perguntamos, aceitarão o VI Governo e o Conselho da Revolução as provocações do novo «Bandarra», editado em Tomar?

A MADEIRA NÃO É DO PPD

Face às especulações que têm sido feitas quanto à participação do PCP em encontros com o PS e elementos do Comando Territorial da Ilha da Madeira, com a finalidade de encontrar uma plataforma de entendimento que facilitasse a constituição da futura Junta Governativa, a Comissão Distrital do Funchal do PCP emitiu um comunicado, para esclarecimento dos factos, em que salienta alguns dados importantes na evolução da situação.

Com a intenção de contribuir para uma solução dos problemas da Madeira num sentido democrático e progressista, a Comissão Distrital do Funchal aceitou ter encontros com o PS e o CTIM. O actual Governador Militar solicitou mesmo ao nosso Partido que indicasse nomes de pessoas competentes, independentes, ou pelo menos não marcadas politicamente.

Entretanto, sem qualquer conhecimento do PCP, a distribuição partidária de sectores foi feita em termos tais que concede de facto ao PPD o controle político da futura Junta Governativa, em particular através do sector da Coordenação Económica e Financeira.

Exprimindo o nosso total desacordo por tal pretensa solução, a Comissão Distrital do Funchal do PCP pergunta, num comunicado: «Que garàntia dá o PPD de estar votado à defesa intransigente da melhoria das condições de vida do nosso povo? De ir praticar uma política ao serviço das classes mais desfavorecidas?»

AS COMEMORAÇÕES DO 5 DE OUTUBRO

Comemorou-se pela segunda vez em liberdade o aniversário da revolta republicana de 1910

65 anos depois, comemorou-se o 5 de Outubro, aniversário da proclamação da República, tendo a efeméride sido assinalada por diversos actos oficiais. Entre estes avultam, em Lisboa, a romagem ao cemitério do Alto de S. João, onde se encontram os túmulos de alguns eminentes lutadores republicanos, e a cerimónia que decorreu nos Paços do Concelho, presidida pelo general Costa Gomes.

À romagem ao cemitério do Alto de S. João estiveram presentes representantes de diversos centros republicanos, que exaltaram as virtudes daqueles que em 1910 derrubaram a monarquia. Na principal cerimónia do dia, a que decorreu na Câmara Municipal de Lisboa e à qual, além de Costa Gomes, assistiram o almirante Pinheiro de Azevedo e individualidades militares e civis, usaram da palavra o Chefe do Estado e o presidente da comissão administrativa da CML, Caldeira Rodrigues.

O general Costa Gomes começou por afirmar, no seu discurso: «Caem hoje 65 anos sobre a primeira experiência democrática em Portugal. Convém recordar que essa experiência não resultou apesar de ter sido realizada por um punhado de homens idealistas, cultos, honestos e patriotas, por duas razões essenciais: divisionismo entre os republicanos democratas, agudização em Portugal da crise económica europeia dessa época. Se é certo que a História não se repete, não é menos certo que raramente surgem fenómenos históricos inteiramente novos».

Mais adiante, o general Costa Gomes asseverou: «Glossando as palavras que aqui proferi em 1974, saúdo os vivos e os mortos que contribuiram para a experiência democrática portuguesa iniciada em 5 de Outubro de 1910, pedra fundamental no edifício da Liberdade. Saúdo o MFA e o povo português. Viva Portugal!».

Usando seguidamente da palavra nos Paços do Concelho, Caldeira Rodrigues revelou os propósitos que animam a comissão administrativa a que preside: «A Câmara Municipal de Lisboa, infelizmente, não é ainda um exemplo de democracia. Mas, na celebração do 5 de Outubro, quero proclamar a nossa inquebrantável vontade de nos aproximarmos do Povo, de entregarmos a Câmara ao Povo de Lisboa. Ao poder popular oferecem-se já amplas perspectivas de se realizar nas autarquias municipais e nas de escala mais reduzida. É ao nível local que é mais possível a participação popular, não apenas em eleições, comícios ou manifestações de rua, mas no dia-a-dia das eleições políticas e administrativas».

Interrompido pela palavra de ordem «poder popular» gritada por muitas das pessoas que se encontravam na cerimónia, o presidente da CML disse, mais adiante: «Desde o 25 de Abril, dia em que libertaram Portugal e os últimos povos sob o jugo colonial, o extraordinário papel das Forças Armadas portuguesas, com tristes excepções de oficiais reaccionários, tem sido e deverá continuar a ser: interpretar a vontade popular, apoiar a acção popular e estar sempre, sempre, ao lado do povo».

Assinale-se que tanto no cemitério do Alto de S. João como no largo fronteiro aos Paços do Concelho se registaram incidentes, quando grupos de populares manifestaram a sua hostilidade ao dr. Mário Soares, secretário-geral do PS.

O MRPP, UMA DAS CARAS DA REACÇÃO

O MRPP é um braço e uma das caras da reacção. É aplaudido e defendido pela burguesia que afirma querer destruir. É o seu aliado nas escolas, nos sindicatos, nas redacções. Mas já não engana ninguém

Não têm uma ideologia. Não têm um programa. Não têm implantação nem prestígio entre as massas. Não foram capazes de construir um partido político. Esganiçam-se a gritar que são os únicos e legítimos representantes da classe operária, mas não ousam aparecer numa fábrica ou nos campos do Alentejo, tal o desprezo que inspiram ao proletariado. Quem lhes dá acolhida, quem os aplaude, quem os defende é a burguesia que afirmam querer destruir. Repudiados pelas classes cujas aspirações dizem encarnar e acarinhados pelas forças e partidos que se batem pela permanência do capitalismo, os aventureiros do MRPP, que se representam apenas a si próprios, constituem no processo revolucionário português um instrumento para inconfessáveis provocações, uma autêntica quinta coluna da reacção e um tema de estudo para sociólogos e historiadores.

São relativamente poucos, mas fazem um barulho desproporcionado ao seu número e capacidades. Primeiro nas escolas e no sector da comunicação social. Agora, também, graças à cumplicidade de partidos burgueses, em sindicatos importantes do sector de serviços.

Nas universidades e nos liceus não estudam, nem querem que os outros estudem. Negaram-se a participar nas barricadas montadas pelos trabalhadores no 28 de Setembro e no 19 de Julho.

No 11 de Março refugiaram-se nas caves das Faculdades, gritando que se tratava de uma «inventona». Mas não se limitam a impedir que se trabalhe nas escolas pagas pelo povo. Transformaram-se em profissionais da agressão e da violência gratuita.

Agem como os marginais das quadrilhas juvenis americanas dos anos 30, embora usem uma linguagem diferente. Lembram também os grupos fascistas italianos dos anos 20 pelo destempero verbal, pela atitude de casta que adoptam, pelos aspectos organizativos, pelas formas de comportamento para-militar, pela rigidez dos seus regulamentos, desde a maneira de vestir ao corte do cabelo. E também pelo fascínio da violência.

Os elementos do MRPP não conseguem esconder a sua atracção pelos métodos policiais. Prendem jovens indefesos, espancam-nos, submetem-nos a longos interrogatórios. Em mais de uma ocasião foram publicamente acusados, com provas irrefutáveis, de recorrerem à tortura. Torturaram concretamente jovens trabalhadores e, quando estenderam as suas actividades ao campo militar, torturaram igualmente soldados, no intuito de extrair deles informações secretas. Envolveram-se na altura num escândalo político que levou o COPCON a prender alguns dos seus principais dirigentes. Acusações sobre contactos suspeitíssimos com organizações terroristas da extrema direita não foram então satisfatoriamente refutadas.

As relações do MRPP com os representantes da burguesia que, em frases soltas e slogans, tanto ataca, são, de resto, excelentes. Em quase todas as eleições sindicais aparecem sempre uns quantos activistas do MRPP associados aos elementos que combatem a Intersindical, que se opõem à unicidade, que procuram dividir os trabalhadores. As listas unitárias MRPP-PS, especialmente no sector de serviços, tornaram-se rotineiras. É natural. A Aliança estende-se a outras áreas. Os arruaceiros do MRPP participaram em todas as manifestações reaccionárias promovidas em torno do caso «República»; estão aliados à Direita e foram sempre apoiados pela Direita nas escolas; aplaudiram os assaltos, saques e incêndios praticados por bandos fascistas contra as sedes do nosso Partido. Militantes dessa organização fascistóide, mascarada de revolucionária, intervieram pessoalmente em alguns desses actos de barbárie.

É significativo que nas zonas onde as sedes de todos os partidos progressistas foram destruídas e impera hoje um poder reaccionário, o MRPP – antes ausente – realiza agora tranquilamente comícios com a presença dos seus principais dirigentes. Não há nada de estranhável nessa fraternidade. Basta recordar que o general Galvão de Melo se declarou já publicamente um admirador do MRPP. Uma das suas filhas trocou há tempos o emblema do CDS pelo do MRPP. Não foi um caso excepcional. A confraternização entre a juventude do CDS e a do MRPP é cada vez mais ostensiva e espontânea.

No sector da Informação, a perfeita camaradagem entre os senhoritos do MRPP e os elementos que se opõem ao avanço do processo revolucionário tornou-se nas redacções um facto rotineiro. O MRPP, por intermédio dos seus «intelectuais» incrustrados nas redacções, faz aos seus amigos e protectores os serviços sujos que eles não desejam executar. Quem mantém desfraldadas permanentemente as bandeiras do anticomunismo, quem combate com fanatismo e ódio o PCP, quem acumula mais calúnias e injúrias contra o nosso Partido é o MRPP. Cumpre essa missão com satisfação e zelo. Há jornais em que a sincronização de tarefas entre a reacção identificada publicamente com os interesses da burguesia e a reacção-MRPP atingiu uma técnica aperfeiçoada. O «Expresso», por exemplo.

Esse semanário é o órgão oficioso do PPD. Compete-lhe, sob a capa de «independente», defender com habilidade a política de um partido reaccionário que se lançou numa verdadeira cavalgada para a direita. Mas, a fim de tentar disfarçar os seus fins e a sua vocação golpista, o «Expresso», que faz nos editoriais a apologia da democracia burguesa e da social democracia, é, desde há muito, o ninho principal dos grandes «teóricos» do MRPP. O acordo tácito entre a equipe que dirige o jornal e a equipe MRPP agrada a ambas as partes. Nos editoriais e nos artigos de elementos da direcção do PPD — director e sub-director — o MRPP nunca é atacado. Os redactores e colaboradores do MRPP, em contra partida, abstêm-se de contestar o papel do «Expresso» como órgão de um partido reaccionário. E assumem, com entusiasmo, a responsabilidade pela condução de uma intensa e tresloucada campanha anti-comunista.

O resultado desse casamento sórdido é de um ridículo transparente. Um jornal intimamente ligado ao capital monopolista e aos latifundiários concede todas as semanas metros de espaço e um punhado de «teóricos» que afirmam estar dispostos a destruir completamente o poder da burguesia. Na realidade, o que lhes interessa é outra coisa: fazer o jogo da burguesia, combatendo e caluniando o nosso Partido, vanguarda revolucionária da classe operária.

Os elogios feitos aos arruaceiros do MRPP pela redacção do «Expresso» são tão fantásticos que acabam, aliás, por despertar o riso. Na opinião do jornal do dr. Balsemão, o secretário geral desse grupo de arruaceiros é não só um dos políticos mais informados de Portugal, como um «leader» de massas e um teórico dotado de raros talentos políticos. Quanto ao MRPP seria «o maior e o mais influente partido marxista-leninista da Europa Ocidental» e desempenharia «um papel fundamental no movimento sindical português».

A citação é curta, mas suficiente para iluminar a aliança entre duas alavancas da reacção: a que se exprime através de destacados dirigentes do PPD e a que actua por intermédio de um grupelho de provocadores mascarados de revolucionários. As preocupações teóricas do MRPP estão aliás ao nível do comportamento dos seus dirigentes. Gostam de falar para si mesmos, desejosos de que ninguém entenda tanta sabedoria, como aquele escritor francês que ao ser informado de que nem a crítica nem os leitores haviam compreendido o seu último livro, exclamou, feliz: «Era o que eu pretendia!.» Em artigo recente, um desses teóricos que pontificam no «Expresso» proclamava que a fusão da ideologia do MRPP com a realidade concreta é indispensável para que os combates da classe operária se insiram na perspectiva da filosofia do proletariado... E outros disparates semelhantes.

Num dia não muito distante assistiremos à fusão do MRPP com o pó. Até lá o bando de arruaceiros continuará ao serviço da reacção, de braço dado com a reacção, promovendo comícios em terras onde os caciques fascistas incendiaram as sedes dos partidos democráticos. Mas já não engana ninguém. O MRPP é uma das caras da reacção.

FUNDOS PARA O PARTIDO

A. Mateus	250$00
P. Soares	16 833$00
Do Amigo Guerra	500$00
De um Amigo de P. Jorge	1 300$00
A. Lima	1 000$00
Um dia de trabalho de «Amigos de Alcanena»	1 620$00
«Malaquias»	500$00
Pela Paz e Amizade	550$00
De 5 Escriturários da Função Pública	140$00
«Foice e Martelo»	250$00
H.G.M.	50$00
Tile	1 000$00
Dos Portugueses em Guslingen – Alemanha	518$10
«11 de Março»	690$80
Cantina do PCP	125$00
«Militante Revolucionária»	42 260$00
«PCP – Partido do Povo»	6 000$00
«Foice e Martelo»	250$00
«Pela Reforma Agrária»	800$00
«Para Campanha»	311$90
«Vidreiro Marinhense»	50$00
«Gaivota Vermelha»	5 100$00
«PC nosso Farol»	2 015$00
«Velho Amigo»	3 000$00
«Canta Camarada»	190$00
«Rubrica»	500$00
«Comunista Fixe»	2 912$50
«Químico Revolucionário»	2 500$00
Campanha «Velhos Revolucionários»	4 900$00
A. Lima	400$00
«Rubrica»	600$00
«Artista Amiga do PCP»	11 200$00
«Leiriense Vermelho»	50$00
«Portugal Novo»	360$00
«Pelo Reforço do PCP»	500$00
«Para a Frente Portugal»	1 000$00
«Amigo Português na Suíça»	1 000$00
A. Lima	400$00
«Rumo ao Socialismo»	23 575$50
«Jovem Revolucionário»	40 145$90
«Lutadora de Vanguarda»	1 256$30
«Reforma Agrária»	290$00
«Portugueses Comunistas no Estrangeiro»	80 598$00
«Comunistas de Cabo Verde»	7 430$00
L. Serra	8 000$00
«Rumo ao Socialismo»	1 500$00
«Uma Mulher Comunista»	1 700$00
«Amigos do Partido»	300$00
A. Martins	500$00
«Mais um Médico Comunista»	100$00
«Um dia de salário rumo ao Socialismo»	500$00
«Graça da 'tia amiga'»	100$00
«J.M.»	200$00
Joaquim M. M. Aguiar	500$00
António V. Ferreira	200$00
A. Lima	600$00
Duma amiguinha de 7 anos	16$00
«Velho Amigo»	108 000$00
De 99 Camaradas do PC na Inglaterra	1 078$00
«Pelo fortalecimento do Partido»	21 500$00
«Pela consolidação das Conquistas Democráticas»	2 000$00
A. Oliveira	35 864$00
S. Ramos	5.683$00
Brito dos Santos	3 426$00
N. Craveiro	5 343$00
H. Alves	6 778$00
L. Morais	2 272$00
S. Ramos	5 683$00
B. dos Santos	3 426$00
Oliveira	43 037$00
«Amigos de Curso»	1 124$00
«Amigo da Foz»	265$00
C. Diogo	1 150$00
«Dos Amigos de Curso»	2 079$50
«Amigos A. Almeida»	1 743$00
A. Silva	1 000$00
E. Tavares – Suíça	1 000$00
A. Martins	500$00
«Portugal, Farol da Democracia na Europa Cap.»	10 260$00
«Democrata C»	240$00
«Organizar – Vencer»	500$00
Luz	1 000$00
Oferta de F. Miguel	75$00
Oferta de F.S. Castro	800$00
De um Anónimo	20$00
«O Povo é que é bom»	300$00
Uma Mulher Comunista	1 500$00
«Pedro Soares e Maria Luísa»	19 011$50
«Foice e Martelo»	250$00
«G. Vermelho»	3 000$00
«Sempre com o PCP»	8 000$00
«À Memória de Carlos Pato»	100$00
«Pedro Soares»	100$00
«Maria Luísa»	100$00
«Uma Família Comunista»	8 052$00
«Pedro Soares e Maria Luísa»	370$00
«Açúcar Vermelho»	225$00
«Comunista da Quarteira»	120$00
A. Lima	200$00
«Pelo Avante»	200$00
«Químico Revolucionário»	5 000$00
A. Lima	100$00
Um grupo do PC na Inglaterra	340$00
A. Lima	700$00
À Memória de Gabriel Pedro e Filha	500$00
Amigos do PCP	1 430$00
«O Povo é que é bom» (cupons)	1 700$00
«Foice e Martelo» (A. Mateus)	250$00
«Com a amizade do PCF»	300$00
«Paulo» (Maio)	500$00
«Paulo» (Julho)	500$00
«Valentina»	50$00
«Che Guevara»	200$00
«Pela Batalha da Produção»	50$00
«Amizade Socialista»	20$00
«Amizade Socialista»	50$00
«Pela Revolução»	1 000$00
Para a reconst. dos C.T. do Partido	3 906$50
Amigos emigrantes da Holanda	3 093$50
«Pelo reforço da organização»	5 373$20
«Velho amigo do PCP»	752$00
«Foice e Martelo»	250$00
«Ferroviário em atraso»	5 000$00
«Gaivota Vermelha»	3 500$00
«Paulo»	500$00
«Valentina»	100$00
«Viúva comunista»	500$00
«Couraçado Potenkine»	250$00
A. Lima	270$00
L. Vasconcelos	3 600$00
T. Rodrigues	4 298$00
Dois amigos res. na R.F.A.	205$00
M. Henriques resid. na A. Ocidental	70$00
D. Cavaco Yiçoso	100$00
Para os C.T. dest. F. Carolina P. Afonso	1 100$00
J. Amaral	80$00
TOTAL DESTAS CONTRIBUIÇÕES	681 151$20

FALECEU O CAMARADA ABÍLIO OLIVEIRA

Faleceu na passada terça-feira, num hospital de Lisboa, o nosso camarada Abílio Oliveira, antigo e abnegado militante do Partido Comunista Português.

Tendo participado activamente, ao longo de muitos anos, nas lutas dos mineiros do Lousal e dos assalariados agrícolas de Ermidas-Sado, foi também delegado ao V Congresso do PCP. Preso e torturado pela PIDE, passou nas cadeias fascistas cerca de seis anos. Após o 25 de Abril, e continuando agora na legalidade a sua luta, foi um dos fundadores do Centro de Trabalho do PCP em Alcochete.

O PARTIDO DO TRABALHO DA COREIA COMEMORA O 30.º ANIVERSÁRIO

Por ocasião do 30.º aniversário da fundação do Partido do Trabalho da Coreia, o CC do PCP enviou uma expressiva saudação ao Comité Central daquele partido irmão e ao camarada Kim Il Sung seu secretário geral e fundador.

«Fruto do trabalho e do esforço dos comunistas coreanos — assinala a mensagem — o Partido do Trabalho da Coreia é, pela sua combatividade, pelas suas bases organizativas e ideológicas, pelo seu carácter de Partido militante, a vanguarda da classe operária, o condutor das massas populares e o estado maior da Revolução.

As transformações socialistas operadas na cidade e no campo sob a direcção do Partido do Trabalho, e que eliminaram para sempre do solo da Coreia a exploração e a miséria, a política estatal do regime socialista aplicada segundo os interesses e para a felicidade do povo trabalhador, asseguram hoje a este o domínio de todas as riquezas sociais, destinadas a melhorar o seu bem estar material e cultural. Durante os trinta anos da sua existência, fazendo vitoriosamente face às dificuldades e executando tarefas sempre complexas, o Partido do Trabalho da Coreia conseguiu, pela sua acção de vanguarda, operar mudanças profundas numa sociedade várias vezes milenária, obtendo sucessos em todos os campos da actividade humana, desde a economia e a técnica às ciências e à cultura.

Libertado do regime de opressão fascista pela histórica jornada de 25 de Abril de 1974, dia em que o Movimento das Forças Armadas pôs termo à ditadura, é com grande admiração e simpatia que o povo português olha as vossas conquistas no domínio da indústria, da agricultura, da literatura, e da arte, e o progresso da sociedade coreana no radioso caminho aberto pelo regime socialista.

Profundamente empenhados nas grandes tarefas de consolidação das vitórias alcançadas pelo nosso povo após o derrubamento da ditadura fascista, os comunistas portugueses não poupam esforços para fazer avançar o processo revolucionário em curso, defendendo-o dos seus inimigos, e construir em Portugal um regime democrático, em que as mais amplas liberdades de aliem a profundas reformas económicas e sociais, de carácter antimonopolista e antilatifundista, a caminho do socialismo.

Vemos na acção do vosso Partido e na realidade do vosso país, livre para sempre da exploração, da miséria, da ignorância e opressão, o exemplo vivo de edificação socialista, em que o povo trabalhador, senhor de todas as potêncialidades, lança as bases e abre o caminho da sociedade comunista.

Associando-nos aos comunistas e ao povo coreano na grande festa do 30.º aniversário do Partido do Trabalho da Coreia, desejamo-vos, queridos camaradas, novos êxitos na acção do vosso Partido, pela consolidação e desenvolvimento das conquistas do vosso povo, pela grande obra de reunificação do vosso país, pela construção do socialismo e do comunismo.

Profundamente interessados no reforço das relações de amizade e de cooperação entre os nossos dois Partidos e entre a República Popular Democrática da Coreia e o novo Portugal democrático, enviamo-vos, queridos camaradas, as nossas fraternais saudações.»

LUTAR CONTRA O IMPERIALISMO: OBJECTIVO NACIONAL E PATRIÓTICO

Contra as «garantias» e exigências imperialistas, defendamos a independência nacional. Defendamos o nosso rumo para o socialismo contra as ingerências estrangeiras, contra a «democracia» capitalista, que não terá força para se impor sem reinstaurar a repressão brutal sobre os trabalhadores

O fascismo é ainda o inimigo principal do povo português e do nosso processo revolucionário. Mas ao lado do fascismo, apoiando-o, bem visível ou encoberto, está o imperialismo.

Ontem como suporte do regime terrorista e colonialista, hoje como anteparo da social-democracia, estão os interesses das multinacionais que actuavam aqui e nas ex-colónias. Estão alguns dos seus privilégios, limitados ou perdidos, num país que quer construir o futuro por suas mãos, livre da opressão do capitalismo nacional e estrangeiro.

O Portugal democrático a caminho do socialismo não quer viver isolado. Quer exercer o seu direito de manter e incentivar relações de todo o tipo com todos os povos e governos do mundo. E nessas relações incluem-se, naturalmente, as de natureza económica, as trocas comerciais, a aceitação de créditos e investimentos com garantias no nosso País, dentro dos princípios do interesse mútuo e equilibrado.

Portugal não pode é aceitar que os dinheiros imperialistas entrem e saiam do País, sugando a riqueza nacional e os trabalhadores, como sucedia sob o regime fascista. Não pode vender a sua independência e soberania em troca desses dinheiros. O rumo para o socialismo não permite desvio tão flagrante e perigoso como são as «*garantias*» exigidas pelo imperialismo americano e pelo seu braço europeu: a social-democracia do Mercado Comum. Porque não são «*garantias*» o que se exige de nós, Povo e trabalhadores portugueses. O que se exige é que fiquemos sujeitos a um *regime de transição para o fascismo.*

Haverá ainda a ilusão de que os trabalhadores portugueses deixarão de exercer os seus direitos, de pugnar pelas suas liberdades, num regime de pseudo democracia capitalista? Alguém terá dúvidas de que um regime declaradamante social-democrata poderia manter-se um mês sem desencadear uma brutal repressão sobre a classe operária e os restantes trabalhadores? Seria essa repressão outra coisa senão o FASCISMO? Poderiam as classes dominantes na social-democracia (monopolistas e latifundiários) manter em Portugal as liberdades fundamentais, o direito à greve, a unidade e a unicidade sindicais, a livre associação e expressão ao mesmo tempo que acabavam com a reforma agrária, com as nacionalizações ao serviço dos trabalhadores, ao mesmo tempo que permitiam a entrada de capitais estrangeiros com os lucros fabulosos que lhes eram oferecidos ainda há poucos anos e que os trabalhadores pagavam na totalidade?

Responder a estas perguntas é rejeitar o capitalismo nacional e o imperialismo estrangeiro, venha ele empacotado em modelos pseudoliberais, que a herança do fascismo não suporta, que a sabotagem económica ainda mais agravou e continua a agravar.

«*O imperialismo hostiliza a revolução portuguesa*» – não podemos esquecê-lo. Quando os imperialistas declaram querer ajudá-la, querem é destruí-la. Como destacávamos no Editorial da semana passada, «*o que os imperialistas visam com as pressões económicas, promessas de «ajuda», eventuais créditos e investimentos é impedir o prosseguimento do processo revolucionário e do caminho para o socialismo, é ajudar as forças sociais e políticas que estão contra a revolução, é criar condições para restituir o poder económico aos monopólios associados ao imperialismo*».

A «DEMOCRACIA» CAPITALISTA TEM UM AVAL

Em que negócio está a pensar, por exemplo, um jornal diário de Lisboa, que expressamente se intitula «*socialista, pluralista e independente*», quando, perante a remota possibilidade de um empréstimo de 700 mil contos do Banco Mundial (menos 300 mil contos do que custou a Oliva à ITT) intitula logo a notícia como se o empréstimo já estivesse no bolso? Em que «*moral*» está a pensar esse diário quando, bajulando um dos principais esteios do imperialismo, escreve que o empréstimo «*vindo da entidade que vem constitui como que um aval moral para outros investidores*»?

Evidentemente, na «*moral*» de um governo que abra as portas ao fascismo. «*Moral*» com «*moral*» se paga. E que outro «*aval*» poderia servir a quem no Chile os recusou todos enquanto Pinochet não apresentou o seu? Que outro aval poderia servir ao Banco Mundial intimamente ligado ao Fundo Monetário Internacional, ambos especializados em «*desestabilizar*», ambos especialistas na exploração dos povos? Que outro aval poderia servir a um banco onde dá ordens Mc Namara, dirigente máximo da multinacional «*Ford*» e ex-secretário americano da Defesa, um dos grandes responsáveis pelos crimes do imperialismo no Vietname?

O nosso Partido sempre declarou e reafirma que são de aceitar créditos e mesmo investimentos estrangeiros. Mas não aceita «*condições políticas que contrariem a nossa independência*». Não aceita «*que sejam os imperialistas a dizer como devem ser a Constituição e as leis de Portugal*». Não aceita «*que sejam os imperialistas a dizer qual é o governo que Portugal deve ter, se os comunistas devem ou não participar no governo, se o PPD deve ficar dentro ou fora e que pastas devem ficar na mão deste ou daquele partido. Portugal não pode aceitar e não aceitará pagar por tal preço a chamada «ajuda» dos países ocidentais*».

Portugal e a revolução portuguesa não se vendem (também) pelos 700 mil dólares do Banco de Mc Namara, ainda que o jornal «*socialista, pluralista e independente*» veja a independência nacional como se de uma letra se tratasse, de uma letra a descontar naquele Banco com o «*aval moral*» da social-democracia.

Repetimos: o nosso Partido não é contra as firmes garantias a prestar a quem investe no nosso País. Mas é contra o aval que exigirá o Banco Mundial pelo menos «*tentador*» financiamento que «*tencione*» fazer, após «*estudo*», em Portugal.

É preciso que a social-democracia não esconda o perigo imperialista quando pretende esconder o perigo do fascismo. Os dois perigos caminham juntos. O que, em termos de imperialismo, uma sociedade capitalista como a da República Federal da Alemanha pode suportar à custa dos trabalhadores não o suporta um país desfeito por dezenas de anos de fascismo. As condições que põe o imperialismo estrangeiro à social-democracia sueca não são, estamos certos, as mesmas que tentará impôr a «uma» social-democracia portuguesa que faria pagar integralmente aos trabalhadores portugueses essas condições.

E pagar, para os trabalhadores portugueses, não seria, então, suportar apenas uma política de baixos salários para aguentar a social-democracia, não seria arcar apenas com um desemprego muito maior. Teriam de enfrentar a repressão fascista que, nessas condições, não necessitaria do rótulo social-democrata. Instalar-se-ia, então, o verdadeiro caos e não aquele que os fascistas e demais reaccionários apregoam, aqui e no estrangeiro, para denegrir a revolução portuguesa. E quem pagaria o preço desse caos senão os trabalhadores? Quem o pagaria senão a revolução portuguesa?

SABEMOS COMO ACTUA O IMPERIALISMO

A «*ajuda*» do imperialismo ao processo revolucionário português ficou bem patente no caso das multinacionais instaladas no nosso País. Mesmo antes de o salário mínimo nacional ter sido fixado em 3300$00, quantia provadamente insuficiente, já firmas multinacionais lançavam centenas de trabalhadores no desemprego, fechando as portas, reduzindo encomendas e tentando reprimir as lutas por melhores salários e condições de trabalho. Há vários exemplos. Ocorre-nos citar a D.S. Electrónica, a Applied Magnetics, a Charminha, a Sogantal, a Naturana. Mas havia outras. Algumas tinham planos para reduzir o pessoal como a Signetics, a Facel, a ITT-Semicondutores. Ao mesmo tempo, muitas dessas multinacionais reduziam os fornecimentos às filiais portuguesas, procurando levá-las ao encerramento. Igual conduta adoptavam grandes empresas nacionais, como a CUF, diminuindo os fornecimentos a pequenos industriais, obrigando-os a despedir pessoal e a fechar empresas.

As multinacionais adoptaram desde início uma posição de total desconfiança e hostilidade para com o processo de liquidação do fascismo. E isso porque só o fascismo lhes convinha, porque só o fascismo lhes dava a segurança necessária à exploração sem freio da classe operária e dos restantes trabalhadores, silenciando e reprimindo o mais pequeno sinal de protesto.

Ao pôr em causa, mesmo ao de leve, as fortes posições do imperialismo em Portugal (a prudência foi extrema; respeitaram-se sempre os interesses do s cidadãos estrangeiros; a parte estrangeira foi poupada nas nacionalizações) a revolução portuguesa deparou com o desrespeito quase sistemático por compromissos assumidos para com os trabalhadores, deparou com a fraude e a rapina, a sabotagem e o boicote.

Sabemos como actua o imperialismo e qual o modo de pensar dos seus defensores mais consequentes. O senador americano James Buckley ainda há poucos meses atrás punha a eventualidade de uma intervenção militar em Portugal para manter o nosso País na órbita da influência americana e europeia ocidental (convém lembrar que o imperialismo na Europa dispõe de 35 entre os 100 principais monopólios industriais do mundo capitalista). Enquanto isso, o filho daquele reaccionário americano, que se dedica ao jornalismo, lamentava publicamente que os Estados Unidos não tivessem reduzido a cinzas Hanói e Haiphong.

No modo de ver destes defensores do sistema capitalista, o imperialismo disporia de qualquer coisa como um direito divino para pilhar em seu proveito e ter constantemente ao seu dispôr as riquezas nacionais de outros países, determinando para tanto o seu futuro social, o seu sistema económico, o regime político em que deveriam viver os povos dos países dominados. E à mais ténue tentativa para contrariar esses desígnios pensam imediatamente na força militar.

É isso que esquecem, ou fingem esquecer, os que sonham com o «*aval moral*» de um dos principais sustentáculos do imperialismo: o Banco Mundial. É isso que esquecem todos os que se opõem à capacidade dos trabalhadores portugueses para defenderem a revolução, para lutarem patrioticamente pela independência nacional recusando os «*avales morais*» do imperialismo que tenta instalar de novo o fascismo em Portugal.

PRELO EDITORA

ALAMEDA DE SANTO ANTÓNIO DOS CAPUCHOS-6B-LISBOA

NOVIDADES

O NEOCOLONIALISMO E OS SEUS MÉTODOS
de V. Vakhrucher
487 pág. 120$00

A ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA E A REALIDADE AFRICANA
de Y. Popov
132 pág. 60$00

SOCIALISMO E CAPITALISMO PERSPECTIVAS ECONÓMICAS
de Boris Suganov
121 pág. 40$00

ANGOLA – NA HORA DRAMÁTICA DA DESCOLONIZAÇÃO
de Fernando Barciela Santos
131 pág. 55$00

TRABALHO COLECTIVO E TRABALHO PRODUTIVO
na evolução do pensamento marxista 1.º volume
de Jacques Nagels
305 pág. 140$00

BASTA UM SIMPLES POSTAL PARA ENCOMENDAR UM LIVRO QUE SEM DEMORA O ENVIAREMOS À COBRANÇA

COLABORE NA DIVULGAÇÃO DOS LIVROS

edições Avante!

UJC: A JUVENTUDE NA REVOLUÇÃO

O comício da União da Juventude Comunista no Pavilhão dos Desportos de Lisboa constituiu uma eloquente demonstração do entusiasmo e firmeza dos jovens na defesa da revolução

Alegria, entusiasmo e determinação foram notas dominantes do comício promovido pela União da Juventude Comunista no Pavilhão dos Desportos, onde milhares de jovens gritaram bem alto o seu repúdio a todas as manobras da reacção – «Revolução sim, Governo de direita não»; «Morte ao ELP e a quem o apoiar»; «O povo não quer fascistas no Poder» «Abaixo a social-democracia» –, e a firme disposição de lutar pelo avanço e consolidação do processo revolucionário.

A esperança nesse futuro radioso do socialismo que dia a dia se conquista; a confiança numa sociedade mais justa; a compreensão dos sacrifícios muitas vezes exigidos aos verdadeiros revolucionários, foram sentimentos bem patentes nas intervenções dos jovens oradores, e que por diversas vezes os milhares de participantes interpretaram gritando em uníssono – «Vasco Voltará!».

No decorrer dos trabalhos usaram da palavra os camaradas José Pedro Soares, suplente do CC do PCP, Manuel Alexandre e Amélia de Almeida, todos da Comissão Central da UJC; Rogério Correia, do secretariado da célula da FMBP, e António Jorge Barroso, da CC da União dos Estudantes Comunistas.

O papel a desempenhar pela juventude na defesa e consolidação do processo revolucionário, seja qual for a frente de luta em que se encontre – nas fábricas, nos campos, nas escolas, nos escritórios, nos sindicatos, etc. – foi tema abordado pelos oradores.

A importância da unidade da juventude na defesa da Revolução foi um dos aspectos focados pelo camarada José Pedro Soares, que afirmou, nomeadamente:

«Unir a juventude, ao lado das classes trabalhadoras e das restantes massas populares é garantir que a nossa luta se reforçará e que a nossa revolução será defendida. Unir toda a juventude progressista, trazer connosco os indiferentes que ainda não despertaram para a vida política, para as reais transformações revolucionárias, é uma tarefa importante da nossa actividade.

«Mais do que ninguém, somos nós, jovens, os mais interessados no êxito do processo revolucionário que temos nas mãos. O futuro pertence-nos.»

O internacionalismo proletário esteve também presente, manifestando-se no simbolismo de pequenas recordações que se trocam e na simplicidade das palavras que exprimem grandes sentimentos.

Como o fez o jovem Gunter Schneider, do Conselho Central da Juventude Livre Alemã e membro da delegação da RDA que se deslocou ao nosso país a convite da UJC e da UEC, ao afirmar:

«Não estão sós na vossa luta pela consolidação das conquistas alcançadas com o 25 de Abril. A juventude e o povo da RDA estam ao vosso lado, pois que cada conquista vossa é uma conquista também para nós, dado que lutamos por uma causa comum.

«O caminho para o socialismo não é fácil. Oferecemo-vos a mão. Somos internacionalistas proletários e faremos tudo para ajudar o movimento revolucionário português.»

O comício da juventude terminou em festa, como é próprio da juventude. «Erguer a voz e cantar, é próprio de quem é novo». Os jovens comunistas provaram-no bem. E não admira: o futuro pertence-lhes!

«NÃO CEDER UMA ÚNICA QUE SEJA DAS CONQUISTAS REVOLUCIONÁRIAS»

«O futuro está com a juventude, o futuro está com os comunistas, e os jovens comunistas são parte integrante da vanguarda revolucionária» — salientou o camarada Octávio Pato no comício da UJC

No decurso do comício da UJC, o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, pronunciou um discurso de que a seguir damos alguns extractos.

DEFENDER AS CONQUISTAS REVOLUCIONÁRIAS

A revolução atravessa uma crise difícil e perigosa. Poder-se-ão apresentar diversas razões justificativas das causas dessa crise, mas as determinantes residem no choque das contradições de classe que opõem aqueles que querem manter e prosseguir a revolução, e os que procuram paralisá-la e fazê-la retroceder. A revolução provocou e continuará a provocar naturais antagonismos de classe e separações no plano político e social. Há quem fale na necessidade de alterar em 180 graus a orientação que se vinha a seguir antes da formação do VI Governo provisório. No pensamento dessas pessoas encontra-se a ideia não somente de paralisar quaisquer novos avanços da revolução, mas a disposição de fazer retroceder as conquistas revolucionárias, designadamente nas nacionalizações já realizadas. São essas mesmas pessoas que veriam de bom grado que se paralisasse a aplicação da Reforma Agrária, que desejariam retardar a data da Independência de Angola e que os jovens militares portugueses continuassem a ser enviados para lá. Não é por casualidade que ouvimos dirigentes e deputados do PS e PPD a porem em causa a Reforma Agrária no Alentejo, criticando os trabalhadores que se estão a sacrificar com vista a aumentar a produção agrícola, muitas vezes sem receberem a tempo os salários, mas não ouvimos a esses mesmos senhores, qualquer palavra de condenação dos agrários e latifundiários que continuam a sabotar a economia do país.

NÃO AO ELEITORALISMO

O PS, assim como o PPD, já estão a condicionar a sua política às eleições que almejam. Por vontade dos dirigentes desses dois partidos, a proporcionalidade dos votos obtidos nas eleições seria aplicada em todos os aspectos da actividade económica, social e política. O VI Governo foi formado debaixo da invocação da proporcionalidade das eleições. Pretendem dirigir os orgãos de imprensa, da rádio e televisão, segundo a mesma proporcionalidade.

A prática revolucionária tem demonstrado que as proporções eleitoralistas estão em oposição às necessidades do processo revolucionário. A oposição do PPD, e também do PS, às formas de organização e eleição popular (comissões de trabalhadores, de moradores, assembleias de aldeia, etc.) é um exemplo que bem mostra as contradições daqueles que tudo pretendem subordinar às percentagens de votos.

Durante as negociações para a formação do VI Governo, o nosso Partido afirmou com maior clareza, que não aceitaria proporções de ordem eleitoral. Por diversas vezes afirmámos que se não existisse uma justa representação do Partido, assim como de outras forças ou tendências de esquerda, nesse caso o nosso apoio ao Governo seria igualmente propocional à nossa participação nele.

Nós comunistas, apoiamos os esforços do Almirante Pinheiro de Azevedo na formação do seu Governo por considerarmos que se não o fizessemos teríamos já hoje um governo abertamente de direita. Mas o nosso Partido afirmou e continua a afirmar que discordamos da participação do PPD no Governo e defendemos que no seu lugar estejam representados outras tendências do MFA e outros partidos de esquerda. O PPD é um partido que tem dirigentes reaccionários com a ousadia de propôr um hino e bandeira próprios para os Açores e a Madeira!!

AMIZADES COMPROMETEDORAS

Os poucos dias de existência do VI Governo confirmam as análises e posições feitas pelo nosso Partido, nomeadamente quanto ao significado da participação do PPD, que está abertamente contra o processo revolucionário. A chamada, de novo, de Sá Carneiro para a chefia do PPD, do homem que foi um dos principais inspiradores do 28 de Setembro, e o facto de ele próprio ter aparecido, aquando da manifestação do PS e do PPD, no passado dia 30, em Lisboa, a receber os manifestantes, em S. Bento, é um pormenor bem comprometedor. Tão compremetedor que dirigentes do PS se opuseram a que Sá Carneiro aparecesse a discursar ao lado de Mário Soares. Realmente, há amizades e apoios que são demasiado comprometedores para quem os mantém.

E não será bastante revelador verificar que a manifestação do PS foi apoiada *publicamente*, não só pelo PPD, mas também pelo CDS e ainda pelo grupelho que se intitula PCP (m-l)? Quanto ao MRPP, aliado do PS em eleições ultimamente realizadas em diversos sindicatos, creio que talvez possamos dizer que também apoiou a dita manifestação, mas que não o fez publicamente... porque dava demasiado nas vistas!

O PCP E O VI GOVERNO

Somos acusados de estarmos no Governo com um pé dentro e outro pé de fora. De novo afirmamos que o apoio do PC é porpocional à nossa participação, assim como está condicionado à forma como for aplicada a plataforma política de governo elaborada com o acordo do Almirante Pinheiro de Azevedo.

Nessa plataforma estabelece-se, por exemplo, que se deve «impedir formas arbitrárias de saneamento ou de discriminação que tenham por base lutas interpartidárias».

Mas o que se está já hoje a verificar? Em mais de um Ministério, estamos a assistir a pressões visando saneamentos. Mas que tipo de saneamentos? De fascistas, ex-legionários ou de pides, elementos conspiradores ou sabotadores da economia? Nada disso. A pressão saneadora visa homens que estão inteiramente identificados com o processo revolucionário, isto é, trata-se de saneamentos à esquerda e não à direita.

Todo e qualquer saneamento deste tipo representa uma clara violação da plataforma política aprovada para o VI Governo e provocará reacções de legítimo descontentamento. Aqueles que procederam a tais saneamentos, designadamente nos ministérios, nos quartéis, nos sindicatos, nos meios de comunicação social, assumem sérias responsabilidades e temos a certeza que esta nossa opinião é partilhada por todos aqueles que tudo farão para manter as liberdades que tantos sacrifícios levaram a conquistar e por todos os que tudo continuarão a fazer para salvaguardar as conquistas revolucionárias do povo Português. Os graves acontecimentos ocorridos no dia 1 e madrugada do dia 2, estão estreitamente associados ao que acabamos de afirmar. A grande agitação e o enorme alarido provocado pelo PS, com a colaboração do PPD, com a fantasiosa afirmação de que estava iminemente um golpe de forças militares de esquerda contra o 1.º Ministro, isto é, para se apoderar do poder, não se pode desligar da manifestação do dia 30 e dos esforços que se fazem para promover novos afastamentos, das unidades militares, de homens fiéis ao processo revolucionário ou considerados de esquerda.

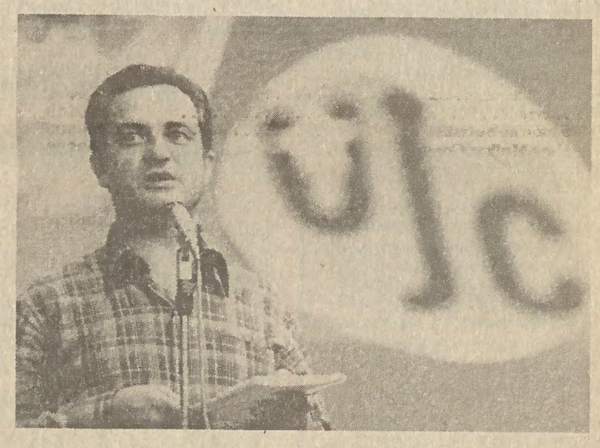
Se a acção alarmista que promoveram visava afastar de unidades militares um elevado número de homens da confiança do MFA e das massas populares, como primeiro passo para reforçar as posições das forças de direita, no Governo e no aparelho de Estado e militar, esse golpe falhou.

Tal como o nosso Partido já afirmou, se houver qualquer tentativa de golpe reaccionário, os soldados, marinheiros, sargentos e oficiais não marcharão contra os seus irmãos, não marcharão contra unidades revolucionárias, não marcharão contra o povo trabalhador.

É IMPOSSÍVEL AVANÇAR SEM O PCP

À reacção, aos monopólios, aos imperialistas, não lhes agrada que os comunistas continuem a estar presentes no governo, pois sabem que a nossa presença é um dos principais obstáculos para a reacção poder recuperar o poder. Mas eles também sabem que isso se verifica por uma necessidade objectiva. Nas condições concretas do nosso país, na actualidade, será difícil governar sem os comunistas e mais difícil ainda seria governar contra os comunistas.

Aqueles outros que também pensaram ser possível criar uma frente militar e popular, sem o apoio e participação do PC, ou que até pensaram ser possível uma qualquer frente hostilizando ou lutando contra o PC, é bom que se convençam (no caso de ainda subsistirem dúvidas) que a formação de qualquer frente revolucionária unitária de massas implica, obrigatoriamente, a participação do PC.



E tudo isto sucede, porque o PCP é a vanguarda organizada da classe operária, é o partido da resistência antifascista, é o partido dos trabalhadores e da unidade de todos os que estão com o processo revolucionário rumo ao socialismo.

O que acabamos de dizer, relativamente ao PC e à luta geral do nosso povo, é igualmente válido no que se refere à juventude e às suas organizações de vanguarda, à UJC e a UEC. No nosso país, não é possível mobilizar, unir e organizar a juventude sem que a UEC e a UJC tenham uma participação preponderante. Isso já era asim no passado, continua a sê-lo no presente e, estamos seguros, sê-lo-á cada vez mais no futuro.

SER JOVEM COMUNISTA É AMAR A VIDA

A UJC é, sem dúvida alguma, — assim como a UEC no que respeita aos estudantes — a mais ampla organização da juventude trabalhadora, a única organização que estende a sua acção e organização à escala de todo o país.

Mas apesar dos seus sucessos — e este comício mostra quanto é grande a sua influência —, é necessário que a UJC alargue mais e mais a sua influência e organização.

A força duma organização mede-se pelo seu poder mobilizador e é na acção de massas, é na acção unitária com todos os jovens em defesa dos interesses da juventude, na luta por uma vida melhor, na luta em defesa das conquistas revolucionárias do nosso povo rumo ao socialismo, que a UJC deve mostrar a sua crescente força.

É nos locais de trabalho (nas fábricas e nos campos), assim como nas escolas técnicas (em especial nos cursos nocturnos) que a UJC deve concentrar as suas principais energias. Isso implica organizar lutas pela melhoria das condições de trabalho e pela melhoria das condições de vida. As desigualdades salariais entre os jovens rapazes e raparigas, assim como entre os jovens e os adultos, são questões que devem merecer a maior atenção às comissões de empresa da UJC. A sindicalização de todos os jovens trabalhadores, a criação de comissões unitárias nas empresas e nos sindicatos, a luta por direcções sindicais que estejam ao serviço dos trabalhadores e identificadas com o processo revolucionário, é outra importante tarefa dos jovens da UJC.

No que respeita às escolas e aos estudantes, talvez tenham chegado o momento de reclamar que as despesas e investimentos estatais tenham em atenção que há escolas onde há estudantes que trabalham e produzem, enquanto há outras onde os estudantes nada produzem e nem sequer estudam. O socialismo não se constrói com parasitas que vivem à custa dos que trabalham.

Ser comunista, pertencer à UJC, não é deixar de pensar e de agir como jovem. Bem ao contrário: ser jovem comunista é amar a vida, amar alegria, amar o trabalho. O grande e improvisado «baile» a que assistimos no passado dia 27, no Estádio 1.º Maio, é uma amostra da alegria e confraternização que pode e deve haver em certas realizações da UJC. O futuro está com a juventude, o futuro está com os comunistas e os jovens comunistas são parte integrante da vanguarda revolucionária que está participando numa revolução e na construção duma nova sociedade rumo ao socialismo e, por isso mesmo, é natural que os jovens comunistas sejam alegres, que amem a alegria, própria da juventude, e de quem confia no futuro.

A revolução atravessa um período difícil. Mas quando assistimos a acções unitárias da envergadura da greve nacional dos metalúrgicos; a grandiosas greves e manifestações dos trabalhadores agrícolas e do povo de todo o Alentejo em luta pela Reforma Agrária; quando se assiste a manifestações de rua como a que se realizou no dia 18, em Lisboa, ou a comícios como os realizados recentemente no Porto e no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa; quando se vê por todo o lado, no Norte, no Centro e no Sul do país, centenas de milhares de trabalhadores em luta e com eles dezenas de milhares de soldados e militares de todas as patentes; quando se vê tudo isso em movimento e em luta contra a reacção e em defesa das liberdades democráticas, em defesa das conquistas revolucionárias, pode confiar-se no futuro da nossa Revolução e pode afirmar-se que a reacção não passará!

MPLA: VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA

Foi criado o Orgão Coordenador do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) para a Europa, com o fim de esclarecer a situação no território e combater assim a desinformação posta a circular pelo imperialismo e seus lacaios

«O MPLA — Movimento Popular de Libertação de Angola — único e legítimo representante do Povo Angolano, tem resistido heroicamente à grande conspiração imperialista de que é vítima o Povo Angolano», afirma-se num comunicado distribuído pelo Órgão Coordenador do MPLA para a Europa, no decorrer de uma conferência de imprensa realizada na passada sexta-feira, com o objectivo de divulgar a actual situação política, militar, social e económica de Angola, analisar o problema dos retornados, explicar as razões por que o MPLA é o único movimento de libertação, explicar o que são a UNITA e a UPA/FNLA, analisar as responsabilidades de Portugal no processo de descolonização, explicitar a estratégia global do imperialismo e referir o significado do 11 de Novembro, data em que Angola assumirá a independência.

Afirma-se no comunicado: «Assim, perante as manobras do imperialismo internacional, cuja campanha demagógica e reaccionária a nível de informação é parte complementar das acções de natureza contra-revolucionária dos seus agentes, que sob esse ponto de vista têm a sua tarefa facilitada, o MPLA alargou as suas frentes para um combate mais decisivo às forças da reacção UPA/FNLA — UNITA a fim de esclarecer a opinião pública acerca da verdadeira realidade da ocorrência dos factos, nesta fase decisiva de luta de libertação nacional.»

E, mais adiante: «Todavia, a resistência popular organizada do Povo Angolano levará à derrota total dos lacaios do imperialismo UPA/FNLA — UNITA que pretendem por outras formas recolonizar o nosso país.»

MPLA: O ÚNICO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO

Durante a conferência de imprensa concedida pelo Órgão Coordenador do MPLA para a Europa, criado para «desenvolver um trabalho à escala europeia e repor a veracidade dos factos que a ocorrem» em Angola, a UPA/FNLA e a UNITA foram definidas do seguinte modo:

«Conhecemos perfeitamente a natureza desses grupos fantoches. Pois eles têm apenas armas, massacram o povo e tentam dividir-nos. Nós, MPLA, e as nossas gloriosas FAPLA — Forças Armadas Populares de Libertação de Angola — não pdemos esperar que os nossos inimigos entrem, para depois ficarmos surpreendidos. Por isso, a todos aqueles que ainda pensem na unidade dos três movimentos ou numa plataforma de entendimento, apenas um esclarecimento: *somos o único Movimento de Libertação. Não nos peçam aquilo que para nós é impossível.*»

A este propósito, um dos membros do Órgão Coordenador, que é constituído por Arménio Ferreira, João Filipe Martins, José Leitão da Costa e Silva, Aguinaldo Jaime, Felix Araújo, Rui Mingas e José Cerqueira, afirmou ainda:

«Pretender que em Angola há três movimentos de libertação é não querer compreender, e não compreender mesmo, a verdadeira origem da luta que se trava em Angola. Nós somos uma ampla frente anti-imperialista e anticapitalista, que pretende construir uma sociedade nova, contra a exploração do homem pelo homem. Os outros movimentos, devido à sua visão estreita, são defensores e agentes do imperialismo, decididamente contra-revolucionários e com o mesmo objectivo — continuar a exploração do homem pelo homem. A diferença entre os três movimentos decorre do antagonismo que nos separa. Qualquer conciliação entre nós e a FNLA e a UNITA é completamente impossível.»

11 DE NOVEMBRO: A LUTA CONTINUA!

Um dos membros do Órgão Coordenador do MPLA declarou que este movimento controla mais de 2/3 do território angolano ou, mais exactamente, 12 das 16 províncias de Angola. Deste modo, o MPLA prepara-se para, em 11 de Novembro, assumir as suas responsabilidades históricas como vanguarda revolucionária do povo angolano: nesse dia, o MPLA assumirá o poder, conduzindo os trabalhadores angolanos na construção de uma sociedade nova, de uma Angola verdadeiramente livre e independente.

No decorrer da conferência de imprensa, os membros do MPLA condenaram o apoio externo dado à FNLA e à UNITA, tendo revelado a existência de uma ponte aérea entre a Alemanha Federal e Nova Lisboa e ainda a existência de blindados e armas de fabrico francês americano, israelita e chinês entre as forças da UPA/FNLA — UNITA.

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

K. Marx – F. Engels

aconselhado aos estudantes de HISTÓRIA e de FILOSOFIA das universidades e liceus

Compre nas livrarias ou peça à Editorial «Avante!»

Av. Santos Dumont, 57-2.º

Lisboa 2

A melhor e mais completa edição do «Manifesto», a única edição crítica em língua portuguesa

Preço 30$00

Outros livros na colecção «Biblioteca do Marxismo-Leninismo»:

Trabalho Assalariado e Capital
– K. Marx 20$00

A Doença Infantil do Comunismo: «O Radicalismo de Esquerda»
– V. I. Lénine 30$00

O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo
– V. I. Lénine 30$00

Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico
– F. Engels 25$00

Milhares e milhares de metalúrgicos do Porto engrossaram a manifestação da população trabalhadora da capital do Norte de apoio à justa luta dos militares do CICAP que se opõem, juntamente com os seus camaradas de outras unidades, aos saneamentos à esquerda

O POVO DO PORTO ESTÁ COM OS MILITARES DO CICAP

A classe operária e as massas trabalhadoras do Porto estão ao lado dos soldados do CICAP. A grande manifestação de segunda-feira, uma das maiores já realizadas naquela cidade, constituiu um sério aviso às forças da reacção e do fascismo

As massas populares do Porto, desde o início dos acontecimentos no CICAP, souberam colocar-se ao lado das posições mais justas, isto é, ao lado da luta dos soldados do CICAP contra os saneamentos à esquerda. A classe operária e as massas trabalhadoras não esquecem que os soldados são seus irmãos fardados e que, unidos, trilharão o caminho que conduz ao socialismo. Por isso, o povo do Porto manifestou-se em massa contra o arbitrário encerramento do CICAP, apoiando a justa luta dos seus soldados desde a primeira hora.

Assim que o CICAP foi ocupado por forças militares que expulsaram do seu interior os soldados que lá se encontravam, actuando no mais puro estilo repressivo, as massas populares começaram a concentrar-se em grande número nas imediações do quartel, a fim de, em conjunto com os soldados do CICAP, estudarem as formas de luta mais correcta.

Deste modo, a grande manifestação que na tarde de segunda-feira decorreu nas ruas da cidade nortenha foi uma imponente prova da aliança entre trabalhadores e soldados. Respondendo aos apelos de dezenas de comissões de moradores e de trabalhadores, milhares de pessoas concentraram-se na Praça Humberto Delgado de onde partiram em manifestação para o Quartel-General. Eram dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores que, ao lado de alguns milhares de soldados, faziam ecoar pelas ruas do Porto o seu vivo repúdio pela arbitrária medida determinada pelo brigadeiro Veloso.

Apesar dos graves incidentes da madrugada de segunda-feira, a determinação das massas populares não esmoreceu, pelo contrário, robusteceu-se em firmeza e combatividade. Os trabalhadores permaneceram ao lado dos seus irmãos soldados e, do Quartel-General para o CICAP e daqui para o RASP, foi uma imensa corrente de solidariedade que se verificou.

Na madrugada de terça-feira, o desfile que se efectuou desde o CICAP ocupado por forças policiais até ao RASP congregou dezenas de milhares de trabalhadores, que apoiavam a justa luta dos soldados do CICAP e que, apoiando-a, condenavam os saneamentos à esquerda ultimamente verificados.

As grandes jornadas populares que se têm vivido no Porto, desde que se iniciaram os acontecimentos no CICAP, são a prova de que os operários, os camponeses, os soldados, os marinheiros, todos os trabalhadores, fardados ou não, unidos, vencerão!

A grande manifestação que se realizou na tarde de segunda-feira mobilizou cerca de cem mil pessoas, podendo afirmar-se ter sido uma das maiores manifestações realizadas no Porto desde o 25 de Abril.

Convocada por comissões de trabalhadores e de moradores e apoiada por organizações políticas, nomeadamente pela DORN do PCP e pela FUR, a manifestação não parava de engrossar com a contínua chegada de trabalhadores e soldados de várias unidades militares de toda a Região Militar do Norte.

Gritavam-se palavras de ordem de apoio à luta dos soldados do CICAP, gritava-se «reaccionários fora dos quartéis», gritava-se «Portugal não será o Chile da Europa».

Iniciava-se então a marcha dos manifestantes. Uma hora depois, um dos objectivos era atingido: o Quartel-General da Região Militar do Norte. Após uma breve paragem, durante a qual não se registaram quaisquer incidentes, os manifestantes dirigiram-se para o Cicap, cujos militares encabeçavam as centenas de metros da manifestação, os milhares de manifestantes.

No CICAP de onde foram expulsos, os soldados procuraram em sucessivas intervenções, apelar para os seus camaradas que se encontravam no interior da unidade e que constituiam as forças de ocupação, alertando-os para o ardil em que estavam a cair, defendendo oficiais reaccionários contra soldados progressistas.

Uma vez que as forças de ocupação não se demoveram com os constantes apelos dos soldados do CICAP, estes e os milhares de manifestantes decidiram permanecer no local, enquanto a noite ia avançando.

Já de madrugada, e a fim de evitar possíveis confrontos de consequências imprevisíveis, os milhares de manifestantes resolveram abandonar o CICAP e concentrarem-se no RASP. Apesar da hora tardia, pois já se estava na madrugada de terça-feira, foram ainda milhares e milhares de trabalhadores que acompanharam os militares até ao RASP, cujos soldados os receberam de punho erguido, numa bem evidente prova de solidariedade.

No RASP ficaram instalados, a partir de então, os soldados do CICAP, cuja luta continua. Mas luta que, desde que começou, tem constituido uma grande prova da unidade entre trabalhadores e soldados, pelo apoio constante que estes lhes têm dado. As grandes jornadas de luta que o Porto tem vivido neste últimos dias são um sério aviso às forças da reacção e do fascismo: NÃO PASSARÃO!

INTELECTUAIS DO NORTE CONTRA O ENCERRAMENTO DO CICAP

Assinado por Ruy Luís Gomes, reitor da Universidade do Porto, José Morgado, vice-reitor, Oscar Lopes, vice-reitor e director da Faculdade de Letras, Armando Castro, director da Faculdade de Economia, e Oliveira Dias, director da Faculdade de Engenharia, foi emitido um comunicado acerca dos recentes acontecimentos no CICA do Porto que é do seguinte teor:

«Os signatários, preocupados com o evoluir da situação político-militar, constatam que o recente acontecimento do CICAP se enquadra num conjunto de actos de saneamento à esquerda que, pela sua sequência e pelas pessoas visadas, põem em crescente perigo as conquistas revolucionárias posteriores ao 25 de Abril de 1974».

«O encerramento do CICAP vem agravar os problemas de disciplina militar que, no Norte do País, tiveram o seu ponto de partida na insubordinação de certos comandos regimentais contra o brigadeiro Eurico Corvacho, anterior comandante da Região Militar, agravamento cada vez mais à vista e de consequências imprevisíveis. Além disso, esta medida impopular e autoritária assume características de um regresso aos métodos usados pelo regime anterior ao 25 de Abril, em gritante contraste com as normas de uma vida militar consciente e democrática que impossibilite golpes de estado reaccionários, como aqueles que precipitou o Chile no fascismo».

«Por isso, os signatários reclamam a imediata reintegração de todos os militares afastados pela viragem à direita em curso, que dia a dia mais parece a revindicta da intentona falhada de 11 de Março, reclamam a abertura de uma unidade que, como o CICAP, se distinguia pelo seu consequente democratismo, e reclamam, finalmente, retorno aos métodos de actuação anteriormente seguidos pelo brigadeiro Eurico Corvacho que, no comando da Região Militar do Norte, se conduziu com grande aprumo e autêntico espírito revolucionário, na defesa intransigente, quer dos interesses reais dos trabalhadores, quer das aspirações da grande maioria dos seus soldados, quer do desenvolvimento consequente do processo revolucionário iniciado pelo MFA».

Este documento foi enviado ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Chefe do Estado Maior do Exército e ao comandante do COPCON.

COMUNICADO DA DORN

A propósito dos recentes acontecimentos ocorridos no Norte do país em sequência ao encerramento do CICAP, a DORN do PCP emitiu um comunicado onde, entre outras coisas, comenta a tomada de posição assumida pelo PS, PPD e CDS.

Depois de constatar que a opinião daqueles três Partidos quanto ao encerramento do CICAP é idêntica, a DORN manifesta o seu *«mais vivo repúdio pelo facto de os dirigentes do PS, ao mesmo tempo que lançam a intranquilidade no país promovendo mobilizações, aliás falhadas, contra hipotéticos 'golpes de esquerda', aparecerem na mesma posição de um partido como o CDS que alberga nas suas fileiras terroristas e conspiradores, e com as forças que fomentaram ou apoiaram politicamente os crimes cometidos nos assaltos contra os Centros de Trabalho do PCP e de outras organizações de esquerda ou de trabalhadores, contra a ordem democrática e as conquistas alcançadas após o 25 de Abril».*

Recordando em seguida que o PS, de mãos dadas com o PPD e o CDS, tem vindo ora a provocar ou a apoiar a indisciplina, a insubordinação e a desordem, ora a clamar por medidas repressivas contra aquilo que se chama «situações anárquicas provocadas por forças de esquerda», o comunicado da DORN refere-se com preocupação ao aumento de incidentes e de violência repressiva que se verifica na cidade do Porto.

Com efeito, são as mesmas forças que assistiram impassíveis à escalada reaccionária, aos assaltos e incêndios provocados pelos fascistas, que nos últimos quinze dias aplaudem as cargas da PSP sobre participantes na reunião do Conselho Municipal, as ameaças e os insultos aos trabalhadores do Café Imperial, os gazes lagrimogéneos e os tiros sobre os soldados e civis que se concentravam junto do CICAP. E tudo isto ao mesmo tempo que entidades oficiais intimidam e ameaçam abertamente a população da cidade nortenha, não hesitando em recorrer à violência física para impor o que consideram «ordem e disciplina».

O comunicado da DORN reafirma ainda a opinião já publicada do PCP de que *«na situação actual os órgãos do poder político só estarão em condições de governar e de reforçar a sua autoridade se as suas decisões não só corresponderem aos interesses e aspirações das massas populares, como tiverem em conta a sua vontade, sublinhando a terminar que «a autoridade, a força e o apoio militar são essenciais não para reprimir o Povo ou conter o processo revolucionário, mas para reprimir a contra-revolução, para liquidar as actividades terroristas dos grupos fascistas, para manter e impor a ordem democrática, assegurando o prosseguimento do processo revolucionário».*

OS TRABALHADORES APOIAM OS MILITARES REVOLUCIONÁRIOS

Manifestando o seu apoio ao RALIS, símbolo das unidades revolucionárias, o povo trabalhador de Lisboa veio reafirmar mais uma vez a confiança que deposita nos militares progressistas e que na sua actuação de todos os dias demonstram estar ao lado do povo rumo ao socialismo.

A exemplo do que sucedeu no dia 11 de Março, quando os aviões enviados por Spínola bombardearam cobardemente aquela unidade militar, também segunda-feira à tarde dezenas de milhares de pessoas se concentraram frente ao RALIS gritando bem alto o seu apoio e a sua determinação de continuarem a lutar não permitindo que manobras divisionistas enfraqueçam as forças revolucionárias deste País.

Convocada pelas Comissões de Moradores de Sacavém e Moscavide, com o apoio do Secretariado Provisório dos Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, da ARPE e de várias comissões de trabalhadores e moradores, a manifestação constituiu uma resposta firme às manobras que nos últimos dias têm sido levadas a cabo para tentar o aniquilamento de certas unidades progressistas.

Centenas de soldados envergando o uniforme camuflado concentravam-se nos muros do quartel enquanto na rua fronteira a multidão engrossava de momento a momento. Grandes dísticos indicavam as diferentes representações de trabalhadores presentes no local.

As palavras de ordem que os milhares e milhares de trabalhadores gritavam simultaneamente com os soldados e marinheiros frente ao RALIS, eram para serem ouvidas em todo o País, onde quer que os reaccionários se encontrassem: «Morte ao ELP e quem o apoiar»; «Não aos saneamentos à esquerda»; «Reaccionários fora dos quartéis». «Soldados e marinheiros sempre ao lado do Povo», outra das palavras de ordem proferidas, é já uma realidade que os factos recentes demonstram.

Entretanto, chegou ao local da concentração uma manifestação que englobava as massas trabalhadoras de Sacavém e Moscavide encabeçada por elementos dos SUV que gritavam «Dinis estamos com o RALIS» e que transportavam dísticos alusivos ao Poder Popular.

Dirigindo-se à multidão compacta um militar começou por recordar o 11 de Março, quando a reacção também tinha pretendido aniquilar aquele aquartelamento, garantindo que enquanto tiver o apoio do povo o RALIS estará sempre ao seu lado. Recordou mais adiante que um partido político pode pôr todo o País em sobressalto sem que nenhuma medida seja tomada contra ele. A terminar, referiu-se ao problema da disciplina que agora é tão do agrado de alguns, recordando a diferença que existe entre a disciplina reaccionária e a disciplina revolucionária, pois a primeira apenas serve a repressão e perguntou: «Vamos permitir que sejam reprimidos os militares que se colocam ao lado do Povo?» Foi lida posteriormente uma mensagem de solidariedade para com a luta dos militares do CICAP, no Porto.

Falou a seguir o segundo comandante do RALIS, major Dinis de Almeida, escutado atentamente pelos manifestantes, que não deixaram de sublinhar com aplausos as suas declarações. A dada altura salientou que «a política não deve ser feita nas costas dos trabalhadores como se fosse uma bruxaria o mais oculta possível». Afirmando mais adiante que não chega prometer e há que cumprir, recordou que «o MFA e os militares que votaram como toda a gente nos partidos políticos têm o direito de, no caso de eles não cumprirem o seu programa, retirar os votos e entregá-los a quem quiserem».

Pronunciando-se sobre a disciplina e afirmando a necessidade de que ela assente numa base política coerente, referiu-se ainda à movimentação de material de guerra entre as unidades, salientando que «só deverá efectuar-se com conhecimento de todas as praças e oficiais de forma a que não haja problemas e todos saibam o que se passa».

Por último falou aos manifestantes o comandante do RALIS, coronel Leal de Almeida, que afirmou: «Devemos evitar manobras divisionistas que levem soldados contra soldados, e para isso existe o esclarecimento. O RALIS é uma unidade em que todos os seus elementos permanecem em esclarecimento constante. Por isso sabemos que a verdade, só a verdade, é revolucionária.»

No final e depois de ter sido lida uma mensagem de apoio dos Deficientes das Forças Armadas foi apresentada uma proposta da comissão organizadora da manifestação exigindo a presença dos militares revolucionários no Conselho da Revolução, proposta esta que foi longamente aplaudida pelos presentes.

O FUTURO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Desde sempre, o nosso Partido empenhou profundamente todos os seus esforços no sentido da Câmara Municipal do Porto ter à sua frente uma Comissão Administrativa inteiramente ligada ao processo revolucionário, pois só assim poderá defender os interesses do Povo do Porto.

Após o pedido de demissão da Comissão Administrativa militar, nomeada pelo Brigadeiro Corvacho e que gozava da confiança dos trabalhadores e do povo em geral dado o apoio que sempre lhe mereceram as organizações populares, estabeleceu-se uma situação particularmente complexa.

A solução a encarar para esta situação exigia que se tivessem em consideração as conquistas democráticas alcançadas e a vontade dos munícipes e nunca soluções de conflito aberto e violento com as organizações populares, que deram o seu contributo para a resolução dos múltiplos problemas que afectam este Município.

Entretanto, a nomeação de uma Comissão de Gestão que no seu conjunto não serve os interesses da população, anunciada em simultâneo com o não reconhecimento do Conselho Municipal (organismo constituído por representantes das Comissões dos Bairros, das Comissões de Moradores SAAL, Cooperativas, União dos Sindicatos do Porto, Comissões de Trabalhadores dos STCP, SMAS e SMGE, Juntas de Freguesia, e Sapadores Bombeiros) não deixarão de merecer o mais vivo repúdio de várias organizações populares e de partidos progressistas, particularmente do nosso Partido. De facto, as cenas de violência registadas com as quais se procurava calar a voz do Conselho Municipal, os entraves colocados desde logo pela Comissão de Gestão à actividade das Comissões de Moradores e das Comissões de Bairros, mostram as intenções de quem assumiu a responsabilidade por tais actos.

No entanto, não é actuando violentamente contra um organismo representativo das estruturas populares, como é o Conselho Municipal, que se pode procurar uma solução progressista para o problema da Câmara.

Posteriormente, no dia 29, a Direcção da Organização Regional do Norte do nosso Partido foi convocada pelo Governador Civil do Porto para comparecer a uma reunião conjunta com o PS e o PPD com o objectivo de discutir o problema da nova Comissão Administrativa para a Câmara Municipal do Porto.

A posição assumida em relação a esta proposta é bem clara e insere-se na análise feita pelo PCP da actual situação, do papel que nela desempenham os diferentes partidos e do lugar que compete às populações na resolução de problemas de tal importância – refere um documento da DORN.

A DORN do PCP, prossegue, *levanta objecções à sua participação em negociações em que esteja presente o PPD, partido conhecido pelas suas actividades contra-revolucionárias, pela sua participação em atentados ao exercício das liberdades democráticas e que, por tal, não deve ter lugar em conversações que visam formar uma Comissão Administrativa que tem como uma das suas tarefas a defesa da revolução e das liberdades.*

A DORN do PCP considera que há outras organizações cuja participação na resolução deste problema é imprescindível – o MDP/CDE, que desde a primeira hora tem participado neste processo, não havendo nada que justifique a sua exclusão, e as organizações populares, em particular o Conselho Municipal –, e condena mais esta tentativa de marginalização destas organizações por parte do Governador Civil, e que vem no seguimento do não reconhecimento do Conselho Municipal e da investida violenta da PSP contra a população que procurava assegurar a realização normal da habitual reunião semanal deste Conselho, na Câmara.

Esta mesma posição do nosso Partido foi claramente expressa ao Governador Civil numa entrevista com ele tida no dia 30 de Setembro, manifestamente contrária, portanto, ao critério defendido pelo Sr. Governador Civil.

A terminar aquele documento, a Direcção da Organização regional do Norte do nosso Partido frisa:

A DORN do PCP não se alheia nem rejeita as suas responsabilidades na resolução deste problema. Mas a sua participação só se verificará se se puser de parte o critério de estreitas alianças, em que se incluem forças cuja actividade fundamental tem sido a de deslocar para a direita o curso do processo revolucionário, à custa da segregação de partidos progressistas e de organizações populares, cuja contribuição é decisiva para a vitória da democracia e do socialismo no nosso País.

A DORN do PCP reafirma o seu desejo de ver resolvido o problema da Comissão Administrativa da Câmara com a participação dos partidos empenhados no processo revolucionário e com a participação das organizações populares e, nestas condições, a sua determinação de fazer todos os esforços para a solução rápida desta situação.

Manifestação amanhã

Entretanto, convocada pelo Conselho Municipal do Porto, realiza-se amanhã, às 19 e 30, na Praça General Humberto Delgado, uma manifestação popular que será a demonstração da vontade do povo do Porto de defender as suas conquistas democráticas, em particular o Conselho Municipal, e o direito de ter à frente da Câmara elementos revolucionários que gozem da confiança das estruturas populares. Esta manifestação será também uma demonstração inequívoca de que o povo do Porto quer participar na construção de um país socialista e diz não a todas as tentativas para fazer voltar para trás a Revolução, abrindo as portas ao regresso do fascismo.

NADA FARÁ DETER A REFORMA AGRÁRIA!

Os trabalhadores rurais alentejanos estão dispostos a vir buscar, onde quer que se encontrem, os créditos e as máquinas e alfaias necessárias para concretizarem a Reforma Agrária conforme decidiram num plenário realizado em Grândola

Os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores alentejanos não podem permitir que serventuários dos grandes agrários encapotados de defensores dos interesses das classes trabalhadoras afirmem publicamente que a Reforma Agrária é uma palhaçada nem tão-pouco deixar impunes as manobras que se pretendem levar a cabo para fazer gorar a Reforma Agrária e abater a luta dos trabalhadores do campo.

Sujeitos durante dezenas de anos a uma opressão feroz e conscientes de que nunca vergaram na sua luta também agora os trabalhadores alentejanos se lançaram decididamente no avanço da Revolução não se poupando a sacrifícios e esforços, aguentando por vezes longas temporadas sem receberem salário, aumentando voluntariamente o seu tempo de trabalho, confiantes de que a sua luta pela produção dos campos, que anteriormente se encontravam abandonados, iria encontrar por parte do Governo o apoio necessário para a arrancada da grande tarefa, que é a terra para quem a trabalha.

Deste modo e dando concretização às decisões tomadas numa reunião plenária realizada em 27 de Setembro os trabalhadores agrícolas das cooperativas e herdades colectivas do distrito de Setúbal reuniram-se no sábado passado nas instalações de uma antiga fábrica de cortiça, em Grândola, para apreciarem a actual situação relativamente às posições do Governo perante a agricultura e escolherem as formas de luta adequadas para conseguirem os seus objectivos, já que a Reforma Agrária não cai do céu e pelos vistos tão-pouco o VI Governo, pois uma recente portaria do secretário de Estado da Reestruturação Agrária e que visava resolver provisoriamente a situação salarial dos trabalhadores do campo ainda não foi levado à prática.

A reunião que contou com a presença do camarada Américo Leal, membro do Comité Central do PCP, era presidida por elementos do Conselho Regional da Reforma Agrária, da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Grândola, da direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Setúbal, e ainda representantes das 15 cooperativas e herdades colectivas do distrito e representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Évora e Beja e da União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal.

As intervenções verificadas e que mereceram o vivo aplauso dos trabalhadores, que de todo o distrito se deslocaram a Grândola, focaram essencialmente as tentativas que se começam a verificar no sentido de deitar por terra a Reforma Agrária, manifestando a sua decisão de nunca mais abandonarem as terras ocupadas e entregues pelo IRA e que, ao contrário do que sucedia, agora estão cultivadas.

O representante do Sindicato começou por abordar o problema das dívidas dos patrões para com os trabalhadores rurais, que nalguns casos chega a várias dezenas de contos, acrescentando que esta situação tem de ser resolvida o mais rapidamente possível e que o Sindicato irá interferir, pois os trabalhadores não se governam com o dinheiro nos bolsos dos patrões.

Depois de ter falado o representante da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, que apontou as dificuldades sentidas pelos seus membros fazendo notar que a sua luta é ao lado dos trabalhadores rurais para que a terra e a produção pertença a quem a trabalha, usou da palavra um membro do Centro Regional da Reforma Agrária, que lamentou que os camponeses do Norte sejam mais explorados do que nunca sem terem coragem para se oporem à exploração dos caciques, salientando que podiam contar com o apoio dos trabalhadores alentejanos, e acrescentou:

«Vocês, trabalhadores alentejanos, são uma das grandes forças revolucionárias do Portugal de hoje. Por isso os latifundiários não vão conseguir levar a sua avante. Avante vamos nós, rumo ao socialismo e à Reforma Agrária.»

Recordando que o ano agrícola está à porta e se torna necessário trabalhar e semear as terras, acrescentou: *«O crédito é necessário dentro de 15 dias. Temos de mostrar aos reaccionários que eles têm de pôr os créditos nas mãos dos trabalhadores nos próximos dias. Assim como é necessário obter máquinas. Vamos pois mostrar qual é a força deste povo que quer a liberdade.»*

Depois do camarada Américo Leal se ter dirigido à assistência focando os principais problemas que afectam os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores, foi aprovada pelos presentes uma moção a enviar ao Ministério da Agricultura e que define bem a determinação dos trabalhadores rurais alentejanos, mais uma vez dispostos a continuarem a sua longa luta de dezenas de anos, o qual *«exige do Governo e do Conselho da Revolução a resposta imediata às suas mais urgentes necessidades, que a não serem satisfeitas no imediato lançarão o País na fome e condenarão o próprio processo da Reforma Agrária»*. E mais adiante: *«Os trabalhadores alentejanos ao lutarem pela Reforma Agrária lutando contra mil e um obstáculos são o exemplo do querer e da luta pelo socialismo; são a face da dignidade humana que o fascismo amordaçou e que a reacção e a social-democracia pretendem continuar a amordaçar.»*

Face a esta situação que pretendem ver rapidamente resolvida os trabalhadores agrícolas exigem:

– Crédito para as cooperativas e para os pequenos e médios agricultores num prazo máximo de dez dias.

– Máquinas e alfaias para as cooperativas num prazo máximo de dez dias.

– Controle pelas organizações de base das massas trabalhadoras, sindicatos e ligas dos créditos que ainda venham a ser concedidos aos grandes agrários.

– Colocação dos circuitos comerciais ao serviço das cooperativas e dos pequenos e médios agricultores e debaixo do seu consequente controle.

– Avisam por último que se o crédito, máquinas e alfaias não forem colocados no distrito de Setúbal e postos à disposição das cooperativas, os trabalhadores serão forçados a irem buscá-los onde quer que se encontrem, responsabilizando o VI Governo e o Conselho da Revolução pelas consequências que deste acto advierem.

No final da reunião os trabalhadores desfilaram pelas ruas de Grândola, recebendo o apoio da população.

ALIANÇA OPERÁRIA-CAMPONESA

A classe operária através dos seus sindicatos, chama todos os trabalhadores e a população em geral a uma solidariedade activa com os trabalhadores empenhados na reforma agrária

«É preciso que a gente se una como os dedos da mão» — afirmou um trabalhador, dirigente sindical, no decorrer da conferência de Imprensa realizada anteontem no Sindicato dos Transportes Rodoviários. Uma frase simples e que todavia sintetiza com clareza os objectivos últimos da iniciativa levada a cabo por aquele Sindicato e apoiada de imediato por muitos outros — a criação de uma Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária (C.R.A.R.A.).

Visando de imediato a constituição de *«um Fundo Revolucionário de Apoio à Reforma Agrária (F.R.A.R.A.).»*, que *«seja independente do Estado e gerido pelos próprios trabalhadores»* e destinado a *«atenuar as presentes grandes dificuldades dos trabalhadores agrícolas portugueses em luta pela Reforma Agrária e pelo Socialismo»*, a C.R.A.R.A. propõe-se ir mais além — divulgar e esclarecer sobre o verdadeiro significado das lutas dos trabalhadores do campo, cimentar a aliança da classe operária com os trabalhadores rurais, levar todas as camadas interessadas no avanço do processo revolucionário a compreender que a Reforma Agrária não é um problema só dos camponeses, antes nos diz respeito a todos e a todos afecta, devendo pois contar com o contributo dos verdadeiros revolucionários.

Como foi afirmado no decorrer da conferência de Imprensa — que contou com a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Santarém, Lisboa, Beja, Évora e Portalegre, Metalúrgicos, Ferroviários do Centro, Indústria Hoteleira, Bancários, Gráficos, Rodoviários e Intersindical —, num momento em que o actual ministro da Agricultura (destacado dirigente de um Partido que afirma representar a maioria do povo português) parece *«muito mais preocupado com o apoio financeiro a conceder aos agrários do que com os trabalhadores»*, quando em vez de trabalhar no avanço da Reforma Agrária as entidades responsáveis se preocupam mais com os saneamentos à esquerda, é importante que os trabalhadores se unam opondo à força exploradora do capital a força libertadora do trabalho.

Como afirmou um trabalhador agrícola, *«quer o Governo queira ou não, quer o sr. Ministro da Agricultura queira ou não, a luta continua»*.

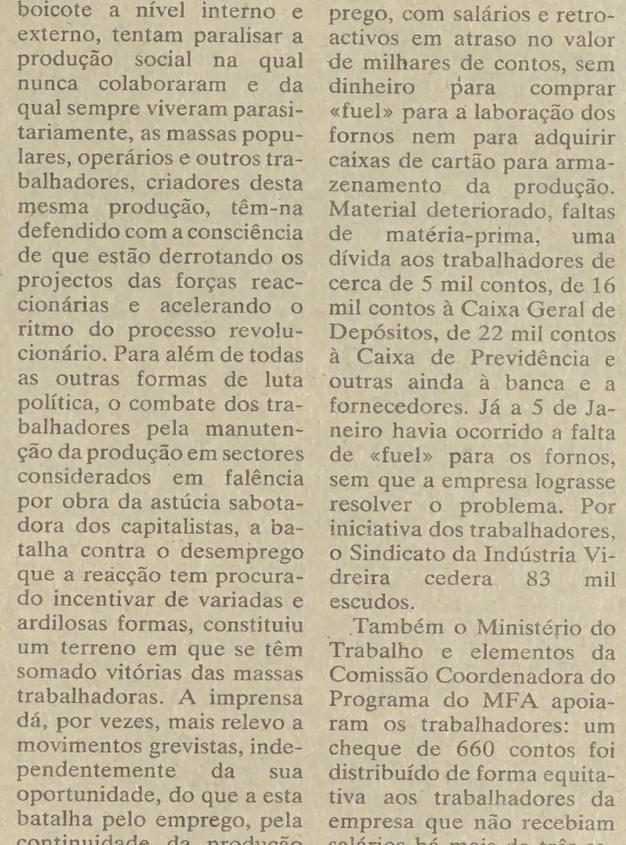
Da Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária (C.R.A.R.A.). um apelo aos «trabalhadores, antifascistas, socialistas autênticos de Portugal e de todo o Mundo»:

«Os trabalhadores dos campos de Portugal têm sido dos mais sacrificados económica e politicamente e dos mais abnegados no combate contra a exploração e a opressão, pela liberdade geral dos trabalhadores. Eles precisam e merecem bem todo o apoio político e ajuda material. Multipliquemos as iniciativas de divulgação, de informação correcta sobre as lutas, os seus problemas, os seus êxitos! Mobilizemos força de trabalho técnica e, em certos casos, mesmo não especializada, para os ajudar no trabalho e na vigilância! Levemos por diante grandes jornadas de confraternização com esses trabalhadores e de apoio político às suas lutas.»

Avante com a Reforma Agrária, Rumo ao Socialismo!

UM EXEMPLO NA MARINHA GRANDE DA CAPACIDADE CRIADORA DO OPERARIADO

Enquanto os capitalistas, unindo as suas armas de boicote a nível interno e externo, tentam paralisar a produção social na qual nunca colaboraram e da qual sempre viveram parasitariamente, as massas populares, operários e outros trabalhadores, criadores desta mesma produção, têm-na defendido com a consciência de que estão derrotando os projectos das forças reaccionárias e acelerando o ritmo do processo revolucionário. Para além de todas as outras formas de luta política, o combate dos trabalhadores pela manutenção da produção em sectores considerados em falência por obra da astúcia sabotadora dos capitalistas, a batalha contra o desemprego que a reacção tem procurado incentivar de variadas e ardilosas formas, constituiu um terreno em que se têm somado vitórias das massas trabalhadoras. A imprensa dá, por vezes, mais relevo a movimentos grevistas, independentemente da sua oportunidade, do que a esta batalha pelo emprego, pela continuidade da produção na qual se tem afirmado o espírito colectivo e a consciencialização revolucionários dos trabalhadores portugueses.



Um dos exemplos mais significativos é-nos dado pelos trabalhadores da empresa M. P. Roldão, do ramo da cristalaria, situada na Marinha Grande, centro da indústria de transformação de vidro e da indústria de cristalaria e terra de largas tradições na luta operária

IMPEDIR O DESEMPREGO

Tanto no sector de transformação de vidro como no da cristalaria, abundam as pequenas empresas. Na Marinha Grande existem actualmente cerca de 40 empresas vidreiras, das quais 21 têm menos de 5 trabalhadores e apenas 8 possuem mais de 10 trabalhadores ao seu serviço. Aliás no nosso país predomina uma estrutura empresarial de pequena dimensão. Para citarmos apenas o exemplo mais próximo, o distrito de Leiria, num total de 3149 empresas, 2360 empregam até 5 trabalhadores e somente 10 empresas possuem mais de 500 trabalhadores. A este panorama não escapa a indústria de cristalaria (fabricação de artigos de vidro para uso doméstico e ornamental) ainda que a situação dimensional não seja tão grave como a da indústria de transformação de vidro. Na cristalaria trabalham 5000 operários, alguns altamente qualificados.

É certo que a recessão de mercados é anterior ao 25 de Abril, recessão provocada em parte pela má gestão empresarial, pelo deficiente apetrechamento técnico.

Mas o absentismo dos patrões ralativamente aos problemas reais das indústrias em crise, como é o caso da cristalaria, incentivou-se, curiosamente, após a queda do regime fascista. Assim, em Janeiro deste ano, os 700 trabalhadores da empresa M. P. Roldão viram-se perante a eminência do desemprego, com salários e retroactivos em atraso no valor de milhares de contos, sem dinheiro para comprar «fuel» para a laboração dos fornos nem para adquirir caixas de cartão para armazenamento da produção. Material deteriorado, faltas de matéria-prima, uma dívida aos trabalhadores de cerca de 5 mil contos, de 16 mil contos à Caixa Geral de Depósitos, de 22 mil contos à Caixa de Previdência e outras ainda à banca e a fornecedores. Já a 5 de Janeiro havia ocorrido a falta de «fuel» para os fornos, sem que a empresa lograsse resolver o problema. Por iniciativa dos trabalhadores, o Sindicato da Indústria Vidreira cedera 83 mil escudos.

Também o Ministério do Trabalho e elementos da Comissão Coordenadora do Programa do MFA apoiaram os trabalhadores: um cheque de 660 contos foi distribuído de forma equitativa aos trabalhadores da empresa que não recebiam salários há mais de três semanas. Mas a solução só os trabalhadores a encontraram, demonstrando um espírito colectivo e uma decisão exemplares. Ainda que a indústria se encontrasse em crise e a empresa em condições de real falência, os trabalhadores, em plenário, resolveram tomar nas suas mãos a produção e sacrificarem-se, sem hesitações, pela manutenção da actividade. Constituída, no plenário, uma Comissão Delegada de Trabalhadores, constituída por José Jacinto, Virgilio Miranda, Walter Morais, Arnaldo Casaleiro, Reinaldo Fidalgo, Manuel Dinis e José Júlio, actividade reiniciou-se a 8 de Fevereiro e durante estes oito meses os trabalhadores demonstraram a sua capacidade revolucionária num domínio dos menos «espectaculares» mas dos mais importantes para a economia nacional e, portanto, neste momento, para a evolução positiva do processo revolucionário: o do trabalho criador, o da produção social.

A AUTOGESTÃO É UMA SOLUÇÃO TRANSITÓRIA

Uma das razões da nossa força foi-nos dada pela solidariedade dos outros trabalhadores de todas as indústrias — diz-nos um elemento da Comissão Delegada de Trabalhadores. Os nossos camaradas de trabalho na empresa, a nível de todas as secções, também deram provas de grande compreensão. Uma das nossas primeiras medidas foi reduzir os salários que ultrapassavam os 10 mil escudos.

Os camaradas atingidos não quebraram o entusiasmo pelo trabalho; antes pelo contrário. Cumprimos o contrato colectivo de trabalho e em alguns casos até ultrapassámos os salários estipulados. Por outro lado, embora a nossa empresa, dada a sua situação, ao abrigo do 660/74, não seja obrigada a observar o salário mínimo de 4 mil escudos, decidimos em plenário cumpri-lo. A produção melhorou consideravelmente em relação ao passado e é outra a colaboração dos trabalhadores. No entanto há uma minoria que não se adaptou ainda à nova realidade em que trabalhamos todos para nós todos. É necessário fazermos mais plenários e sessões de esclarecimento no sentido de incentivar os camaradas de trabalho que, durante anos habituados a uma disciplina repressiva por parte do patronato, não se sentem responsabilizados na nova situação.

Destacando a compreensão que têm encontrado quer por parte dos fornecedores quer por parte da generalidade dos clientes a Comissão Delegada de Trabalhadores acentua os problemas mais prementes que se levantam não só à empresa mas à industria em geral:

As maiores dificuldades que temos experimentado são as da comercialização. A má gestão anterior da empresa já havia criado problemas na exportação. Mas com a nova situação política generalizou-se um boicote aos produtos portugueses nos mercados externos. Ora nós produzíamos cerca de 40% para o estrangeiro, fundamentalmente para a Inglaterra e também para a Escandinávia, países que reduziram extraordinariamente as importações do nosso país. Econtramo-nos pois com um problema de acumulação de «stocks» que é verdadeiramente preocupante. Como resolver a questão? Temos consciência de que não é através da situação que nos encontramos. Estamos em autogestão assistidos por dois elementos do Governo, um do Ministério do Trabalho e outro do Ministério da Economia. A autogestão num regime de transição do capitalismo para o socialismo não constituiu solução. Não é possível criar ilhotas socialistas e não é deste modo que construímos a economia socialista. Apenas com a planificação global da economia. Sem esta estamos constantemente sujeitos aos problemas da concorrência, ao boicote dos países estrangeiros que têm seguido uma política de chantagem relativamente ao nosso processo revolucionário, ao espectro do desemprego.

A CRISE DA CRISTALARIA

Estará a industria da cristalaria condenada a uma crise que se arrastará moribunda até ao desfecho, com milhares de trabalhadores no desemprego? É evidente que existem soluções para a crise que o sector atravessa, as quais não são apenas ditadas no interesse dos trabalhadores mas simultaneamente no interesse da economia nacional. Recordemos que em 1973 foi exportada cerca de 30% da produção nacional da cristalaria num valor de 300 000 contos. Terão pois os trabalhadores de continuar a pagar os efeitos da exploração capitalista, que somou lucros fabulosos neste sector sem os aplicar em investimentos que dotassem minimamente a indústria? A esta questão responderam Trabalhadores Vidreiros do Sector da Cristalaria, reunidos num encontro, do qual resumimos algumas conclusões: *política de preços fixos que levem em conta os custos reais da produção e, se necessário, sua fiscalização por parte dos trabalhadores; criação de condições de comercialização comuns a toda a indústria; criação de uma comissão mista de representantes da indústria vidreira com representantes do comércio retalhista e armazenista, com a participação dos sindicatos dos trabalhadores destes sectores de actividade a fim de serem discutidas formas correctas de cooperação, nomeadamente a nível dos pequenos e médios comerciantes; criação com urgência de uma empresa pública com participação maioritária do Estado, de importação e exportação de vidro; estudo de diferentes mercados, nomeadamente de países socialistas; especialização das empresas em sectores de produção diferenciados; racionalização e normalização dos modelos no sentido de produzir peças de utilidade social; criação de uma empresa de serviços com a finalidade de centralizar as compras de matérias-primas e combustíveis, de especializar técnicos, etc.; elaboração por parte do Governo, com a participação dos trabalhadores através do seu sindicato, de um plano técnico e económico que permita uma rápida e acelerada reconversão do sector de cristalaria, reorganização da totalidade da indústria vidreira, colocando-a ao serviço do povo português e do desenvolvimento equilibrado da economia nacional; estudo de quais os tipos de vidro importado e não fabricado no nosso país com a finalidade de verificar a possibilidade de lançar iniciativas que permitam a sua fabricação, criando assim novos postos de trabalho.*

É preciso notar – esclarece um dos elementos da Comissão Delegada de Trabalhadores da M. P. Roldão — *que fabricando nós vidro e tendo condições para fabricar mais, o governo fascista sempre preferiu importar. Entre 1969 e 1974, as importações portuguesas de vidro deste sector aumentaram cerca de 4 vezes, tendo duplicado em 1973 para 1974. Muito recentemente, pusemos o problema da importação de vidro estrangeiro ao Ministério do Comércio Externo, que nos respondeu que era perciso também ter em conta os importadores. Ora, os importadores são seis e nós somos milhares de trabalhadores. Qual a opção que se impõe entre nós e a meia dúzia de indivíduos que ganharam milhares de contos durante os anos em que fomos explorados? Os trabalhadores não têm quaisquer dúvidas a este respeito.*

E com as suas certezas e decisão revolucionárias, os trabalhadores saberão salvaguardar os seus interesses que coincidem com os da economia nacional e impulsionarão o ritmo do processo revolucionário. Os trabalhadores da empresa M. P. Roldão constituem um exemplo concreto deste facto.

LIVRARIA 18 DE JANEIRO
Rua Marquês de Pombal, 51 MARINHA GRANDE

Livros das Edições «Avante!»
e de outras editoras progressistas

Livros Soviéticos em línguas estrangeiras
Obras Completas de Lénine (em francês)
Obras Escolhidas de Lénine (em francês e espanhol)
Obras Escolhidas de Marx e Engels (em francês e espanhol)

O PRESIDENTE COSTA GOMES NA URSS

A visita oficial do Presidente Costa Gomes à Polónia e à União Soviética constituiu um êxito notável nas relações internacionais do novo Portugal democrático e um marco no fortalecimento dos laços de amizade e cooperação com os povos da comunidade socialista

Depois de ter visitado a Polónia, onde assinou importantes acordos, já comentados na nossa última edição, o Presidente Costa Gomes foi recebido com honras excepcionais na União Soviética. Essa visita histórica abre ao nosso país amplos horizontes na cooperação pacífica com o grande povo soviético.

«*O povo soviético assiste com agrado às transformações democráticas que se processam em Portugal*, afirmou o camarada Nicolai Podgorny, presidente do Praesidium do Soviete Supremo da URSS, durante um jantar oferecido no Kremlin em honra do general Costa Gomes. Frisando que *a União Soviética desenvolve as suas relações com Portugal na base do respeito pelo soberania, igualdade e cooperação para benefício mútuo*, Podgorny manifestou-se energicamente contra qualquer ingerência nos assuntos internos do nosso País e acrescentou que *as relações estáveis e amigáveis entre a URSS e Portugal vão ao encontro dos interesses dos povos dos dois países*».

O presidente Costa Gomes, que teve conversações com os mais altos dirigentes soviéticos, incluindo o camarada Leónid Brejnev, secretário-geral do PCUS, afirmou, a dado passo do seu discurso de resposta que «*o Povo português aspira a que as relações diplomáticas estabelecidas em 9 de Junho de 1974 se ampliem e se desenvolvam ao mais alto nível com continuidade e no interesse mútuo de ambos os povos. Voltado durante séculos para o oceano* – acrescentou – *Portugal dirige agora as suas atenções primordiais para o continente a que pertence, pondo termo a um período de isolamento e silêncio em relação à área socialista da Europa. Trata-se de uma abertura histórica fundamental nos destinos do meu País que muito me apraz sublinhar*», referiu ainda o presidente Costa Gomes.

Depois de se referir à «*transcendência deste acto histórico*» (a primeira visita de um presidente português à URSS) o chefe do Estado, general Costa Gomes, citou algumas conquistas do nosso processo revolucionário e acrescentou: «*Estamos convictos de que a verdadeira independência nacional passa também pelo desenvolvimento pacífico das relações entre Estados. Julgamos ter dado um contributo decisivo para a paz no Mundo, pondo termo a uma guerra colonial que durou mais de 13 anos. O estreitamento das relações luso-soviéticas será, sem dúvida, útil à Europa, ao desanuviamento e à paz*».

Os dirigentes soviéticos mostraram o maior interesse em ajudar Portugal a enfrentar as dificuldades resultantes da sabotagem das grandes potências e das empresas monopolistas multinacionais contra a nossa economia e a maior compreensão pelos nossos problemas actuais.

Toda a visita, aliás, foi caracterizada pelo acolhimento entusiástico e amigo do Povo soviético que em Moscovo, em Leninegrado, por onde quer que o presidente Costa Gomes passou, soube manifestar os seus profundos sentimentos de amizade e solidariedade para com o nosso Povo.

Nessa atmosfera de franqueza e cordialidade, a maior abertura caracterizou as negociações entre os dirigentes dos dois países. Os encontros do presidente Costa Gomes com Podgorny e Brejnev, como toda a imprensa destacou, não foram meras cerimónias protocolares. Assim, perante a atitude sem reservas dos soviéticos, ocorre perguntar a razão por que não foram assinados os protocolos relativos às amplas trocas comerciais acordadas entre os dois países. Os acordos firmados ficaram realmente àquem das perspectivas que se abriram com a visita. No tocante aos vinhos, por exemplo, foi notória a má vontade do ministro Jorge Campinos, mais preocupado em levantar obstáculos do que em procurar soluções fáceis. Os vinicultores portugueses podem perguntar-se o que mais serviria neste momento os seus interesses. Se escoar uma larga parte dos nossos excedentes de produção a um preço que, embora compreensivelmente mais baixo do que as cotações do mercado interno seriam ainda superiores às do mercado internacional (onde os principais produtores do mundo, da França à Argentina, passando pela Argélia, não sabem como vender milhões de hectolitros acumulados) ou esvaziar as suas adegas, ainda cheias com a produção vinícola de anos anteriores.

Mesmo assim, os documentos assinados em conjunto são valiosos. Mas os resultados seriam certamente mais importantes se a actual composição do governo português correspondesse melhor aos interesses do processo revolucionário e da independência nacional. A visita do presidente Costa Gomes à Polónia e à URSS confirmou que há forças empenhadas em dificultar e sabotar o alargamento das nossas relações económicas e a cooperação em geral com a comunidade dos países socialistas. Não se foi tão longe quanto seria possível e desejável. Mas, apesar de tudo, a visita presidencial à União Soviética e à Polónia demonstrou claramente que o futuro da Revolução Portuguesa rumo ao socialismo passa pelo fortalecimento das relações com a URSS e outros países socialistas.

O convite feito pelo Presidente Costa Gomes ao Presidente Podgorny e a Leónid Brejnev – imediatamente aceite por ambos – para visitarem Portugal é, aliás, a expressão dessa realidade. Embora recentes, as relações entre o nosso País e a União Soviética assumiram em pouco mais de um ano a importância e a franqueza naturais entre dois povos que lutam por um mundo sem exploradores nem explorados, de paz e progresso.

Portugal e a União Soviética estão ainda na fase difícil de estudo das trocas a desenvolver e da avaliação do potencial externo de cada um dos mercados. Todavia, isso não obstou a que, em seis meses do ano findo, o intercâmbio comercial entre os dois países tenha passado de zero para mais de 7 milhões de rublos (231 mil contos). Estamos ainda no princípio. Terão de ser vencidas várias dificuldades incluindo as inerentes a 50 anos de afastamento que o fascismo impôs ao Povo português para com a Pátria do socialismo. Mas, apesar dessa situação e de todas as deficiências do nosso comércio externo, a visita do presidente Costa Gomes à URSS coincidiu, nomeadamente com a assinatura de um contrato de fornecimento de concentrado de tomate português no valor de 500 mil contos.

É sabido que a herança fascista não torna competitivos os nossos produtos nos mercados internacionais. Mesmo assim, o comércio português com a União Soviética já atingiu os 550 mil contos, aos quais há a acrescentar o meio milhão de contos do contrato concluído durante a visita presidencial. O propósito de ajuda concreta é evidente da parte da URSS, se tivermos em conta que as dificuldades apontadas não têm evitado que prossigam as negociações para o fornecimento por parte de Portugal de 600 mil hectolitros de vinhos e 500 toneladas de amêndoa, num total de mais de 300 mil contos.

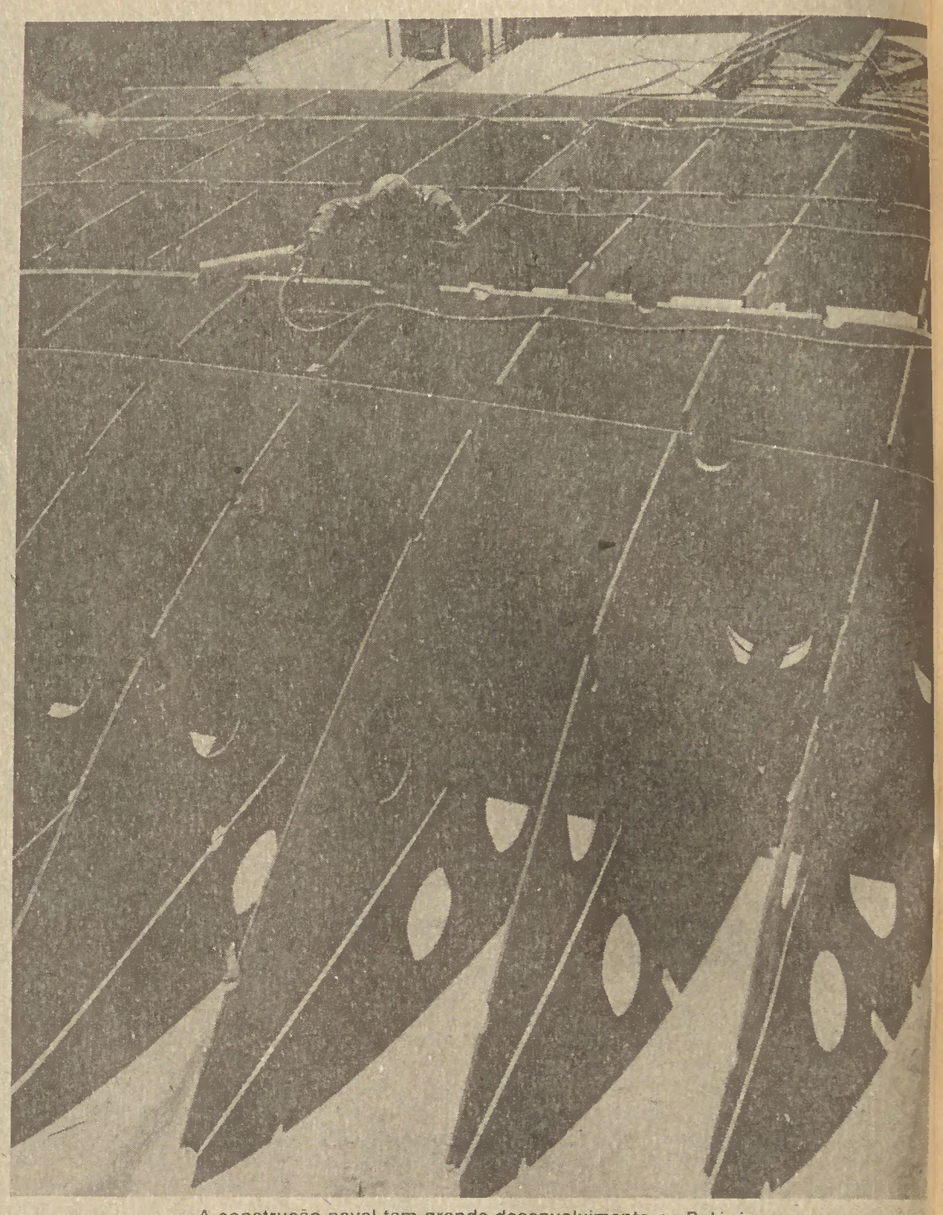
É preciso ainda ter em conta que, incompreensivelmente, a representação comercial portuguesa na URSS conta apenas com três elementos para o estudo e o aproveitamento de um mercado de 250 milhões de habitantes. Nem a nossa tradicional «*improvisação*» pode explicar isto. Que estudos, que planos, que programações poderão fazer três pessoas num espaço económico totalmente novo para o nosso comércio que, com toda a razão, começa por pedir-nos trabalhos e estudos para saber o que deve e o que pode comprar-nos? Várias explicações se poderiam encontrar para facto tão insólito. Pensamos que não se tratará de ignorância. Por mais excelentes que sejam, como técnicos, esses três elementos nunca poderiam fazer trabalho urgente e que se visse num mercado tão vasto como o da União Soviética. Alguém já pôs a hipótese de que houve, logo de início, não a ignorância ou a incúria, mas a vontade de comprometer as nossas relações com um país amigo pronto a ajudar-nos desde que houvesse um mínimo de mecanismos a funcionar da nossa parte. Corrigir esta lacuna gravíssima não será exigir demasiado a quem tem a responsabilidade de incrementar o comércio externo português.

Por outro lado, se o volume das trocas não foi maior, se da nossa parte não se exportou mais, isso deve-se também à forma como trabalham, em termos de comércio, os países socialistas. Seria necessário, que atentássemos nisso logo de início. A economia, na comunidade socialista, é planificada com rigor. As suas épocas de compra são bem determinadas, cobrindo o terceiro trimestre de cada ano, altura em que se fazem as encomendas para o ano seguinte. Perdeu-se tempo. Perdeu-se tempo de tal modo que as compras a Portugal tiveram de limitar-se a acertos de ocasião ou á cobertura de falhas eventuais de outros fornecedores.

Em Moscovo, o presidente Costa Gomes declarou que a sua visita oficial à União Soviética fora «*extraordinariamente frutuosa*» e quanto à marcha dos negócios com a URSS referiu-se ao papel que nela desempenharão os peritos do nosso país e à necessidade de saberem realmente o que estão a fazer. É esse conhecimento que não se pode descurar. Todos os esforços serão poucos para adotar convenientemente a nossa representação comercial na União Soviética e apoiar todas as iniciativas para desenvolver as relações comerciais com os países socialistas.

Dessas relações e de relações de todo o tipo com os povos e os governos da comunidade socialista dependerá em larga escala o fortalecimento da nossa independência nacional. Não se trata apenas de diversificar as relações externas que o fascismo mantinha e obrigava o Povo português a suportar. Pela primeira vez na nossa história, mantemos relações de amizade e cooperação com povos para os quais terminou a exploração capitalista e os regimes de opressão que a acompanham.

Os trabalhadores sabem que a independência nacional, não se constrói, nem se defende, com palavreado pseudo-revolucionário. Países que não põem qualquer tipo de condições políticas, (a não ser o regresso ao fascismo, a não ser a destruição do processo revolucionário que as proibiriam) para prestarem toda a ajuda ao Povo português e para com ele desenvolverem relações económicas de interesse mútuo e equilibrado são países com os quais, pela primeira vez, temos trato amigo e fraterno. É esta uma das conquistas mais válidas da revolução. Dela teremos de extrair todas as vantagens para a construção do socialismo no nosso País. Desperdiçar de algum modo essas vantagens é trair as classes trabalhadoras, trair todo o Povo português.



A construção naval tem grande desenvolvimento na Polónia

ACORDOS COM A POLÓNIA

Os povos dos países socialistas não exploram outros povos. As relações de todo o tipo que com eles se estabelecem são relações totalmente novas para o povo português, habituado pela ditadura fascista à exploração do imperialismo e a várias formas de «ajuda» destinadas a roubar-lhe a independência e a perpectuar a opressão

Considerados extremamente positivos por ambas as partes, foram assinados na Polónia pelo Presidente Costa Gomes dois acordos e negociado um terceiro relativo à cooperação no âmbito da construção naval. Este último acordo, de grande importância, assim como os dois já concluídos para a cooperação no campo da cultura e da aviação comercial, «*está dependente do acerto de pormenores relativamente ao financiamento das várias encomendas*», revelou o embaixador português em Varsóvia. No caso de a adjudicação se concretizar, uma dessas encomendas caberá à firma portuguesa Mague, que fornecerá material no valor de 700 mil contos a um estaleiro polaco. No próximo dia 10, reune, na capital da Polónia uma comissão formada por representantes dos dois governos para discutirem pormenores do acordo naval e acelerar as relações de cooperação luso-polacas.

Grande passo no reforço das relações de amizade entre os dois países, as conversações de Varsóvia, consideradas «*excelentes*» pelo presidente da República portuguesa, constituem também uma contribuição estimável para o reforço da paz mundial, dentro dos resultados práticos a extrair das conclusões da última Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, realizada ao mais alto nível em Helsinquia.

Calorosamente acolhido em todas as cidades que visitou na Polónia, o presidente Costa Gomes, além dos contactos oficiais com os mais altos dirigentes polacos, entre eles o presidente do Conselho de Estado, camarada Henryk Jablonsky, e o primeiro secretário do Partido Operário Unificado Polaco, camarada Eduardo Gierek, que aceitaram o convite para visitar Portugal, teve oportunidade de contactar com os operários polacos, afirmando nomeadamente, durante uma cerimónia, que colheu «*grandes ensinamentos para a revolução portuguesa*» nesta sua visita à Polónia.

Extremamente proveitosa a vários níveis, incluindo a defesa da nossa independência nacional, a viagem do general Costa Gomes prestou-se também à assinatura de uma declaração sobre o desenvolvimento de relações de amizade e de colaboração entre a República Popular da Polónia e a República Portuguesa. Essas relações, que se reflectirão de modo positivo no nosso avanço tecnológico e científico, incluem um plano para a reparação de navios que abarca um período superior a 6 anos e envolve cerca de 7 milhões de contos. O protocolo para a construção naval, está ainda em fase de conversações, mas já suficientemente adiantado para se poder esperar êxito da reunião da comissão mista, no próximo dia 10, em Varsóvia. Entretanto, foi já feita há tempos, uma primeira encomenda de algumas unidades navais.

Além dos acordos assinados e do protocolo em estudo, as duas partes decidiram concluir, logo que possível, um acordo de cooperação intergovernamental para a pesca, domínio no qual a Polónia é hoje um dos países mais avançados e com maior rendimento, incluindo a posse de barcos científicos para a pesquisa de bancos de peixes e novas espécies.

Afastados durante tantos anos de qualquer tipo de relações com os países da comunidade socialista, o nosso comércio com esses países atinge já hoje cerca de 8 por cento do total das nossas trocas com o exterior. Embora nem sempre seja entendido o valor que têm para o povo português a amizade e a cooperação com os países socialistas, as forças que a isso põem entraves não poderão honestamente recusar as perspectivas abertas pelas relações de todo o tipo com povos que se contam entre os mais prósperos do mundo e para os quais terminou de vez, tanto interna como externamente, a exploração capitalista, assim como a miséria e a opressão que traz consigo.

A EVENTUAL REALIZAÇÃO DUMA CONFERÊNCIA DE PARTIDOS COMUNISTAS E SOCIALISTAS

Com data do passado dia 6, a Secção de Informação e Propaganda do PCP divulgou a seguinte nota:

Em entrevista ao jornal «Le Monde», divulgada no passado dia 2, o secretário-geral do PS afirmou ter feito um convite a Partidos Comunistas e Socialistas de vários países para participarem numa conferência para a qual propunha data, local e agenda. Já notícias idênticas tinham sido difundidas em datas anteriores.

Em resposta a perguntas dirigidas ao PCP sobre essas declarações, a Secção de Informação e Propaganda do PCP publicou no dia 3 um comunicado esclarecendo que o Partido Comunista Português não recebera qualquer convite para participar em tal conferência.

No dia 4, recebeu o Partido Comunista Português uma carta do secretário-geral do PS, dr. Mário Soares, datada de 29 de Setembro, mas com carimbo de recepção nos CTT de 3 de Outubro e carimbo de entrega pelos CTT de 4 de Outubro, na qual é formalizado o convite anunciado na entrevista ao jornal «Le Monde», com proposta dum encontro a realizar em Lisboa em fins de Novembro, sobre problemas da construção do socialismo em Portugal.

Uma vez que o assunto, antes de ser tratado com o PCP, foi largamente agitado na imprensa portuguesa e estrangeira pelos dirigentes do PS, o PCP, ao mesmo tempo que responderá directamente à carta recebida entende necessário definir publicamente a sua posição.

A Secção de Informação e Propaganda do PCP está autorizada a esclarecer que o PCP, pelo seu lado, está sempre pronto a discutir problemas de interesse comum com todos os que estão empenhados em construir o socialismo.

A Secção de Informação e Propaganda está também autorizada a esclarecer que a participação do PCP num encontro desse tipo, juntamente com o PS, não é possível nas circunstâncias presentes, dado que o PS mantém em Portugal uma política de alianças com a direita reaccionária e de combate ao PCP e às outras forças de esquerda e revolucionárias, empenhadas em defender as liberdades, consolidar a democracia e encaminhar a revolução para o socialismo.

Um encontro internacional de comunistas e socialistas, com a participação do PCP e do PS, para discutir problemas da construção do socialismo na Europa, quando, no plano nacional, o PS toma uma posição completamente negativa quanto a uma actuação conjunta com o PCP para a realização das tarefas práticas que se colocam ao povo português na construção concreta dum regime democrático a caminho do socialismo, só poderia ser considerado como uma manobra destinada a iludir a opinião pública internacional acerca da verdadeira orientação e actividade do PS e a lançar a confusão entre aqueles que, em Portugal, estão verdadeiramente empenhados na construção duma sociedade socialista.

ROMÉNIA: CONSTRUINDO O SOCIALISMO

A harmonização entre os interesses de cada um e os interesses de toda a sociedade. «Construímos por ano, em Bucareste, 30 000 apartamentos». As indústrias, as cooperativas e o ensino em Iachi. Solidariedade para com o nosso processo revolucionário.

Dentro das medidas destinadas a fortalecer a equidade socialista na Roménia, destaca-se a lei da retribuição do trabalho, que recentemente entrou em vigor. Nela se estabelecem princípios únicos em complemento do Código do Trabalho que, no seu art.º 1.º refere: «*Na República Socialista da Roménia, a liquidação para sempre da exploração e da opressão do homem pelo homem, o desenvolvimento impetuoso das forças produtivas e a generalização das relações de produção socialistas, que se encontram num processo contínuo de aperfeiçoamento, colocam o trabalho — principal factor de progresso e de civilização — no escalão mais elevado dos valores sociais. Os trabalhadores, na sua qualidade de produtores dos bens materiais e espirituais e, ao mesmo tempo, de proprietários dos meios de produção, de toda a riqueza nacional, têm o direito e o dever de fornecer um trabalho útil à sociedade, pois o bem-estar e os interesses de todos são organicamente ligados ao bem-estar e ao desenvolvimento da sociedade no seu conjunto*».

Nestas palavras se sintetizam grande parte das informações que Anton Andronic, ministro adjunto do Trabalho, e dois directores-gerais do seu Ministério me prestaram sobre aquela lei de retribuição, que garante o aumento constante do nível de vida dos trabalhadores e de todo o povo, à medida que se desenvolve a base técnico-material do socialismo e cresce o rendimento nacional. «*Através do sistema de remuneração, previsto pela lei, concretiza-se a harmonização dos interesses pessoais de cada um com os interesses de toda a sociedade, a obtenção de rendimentos em relação com a contribuição concreta dada por cada trabalhador à actividade económica, social e cultural*».

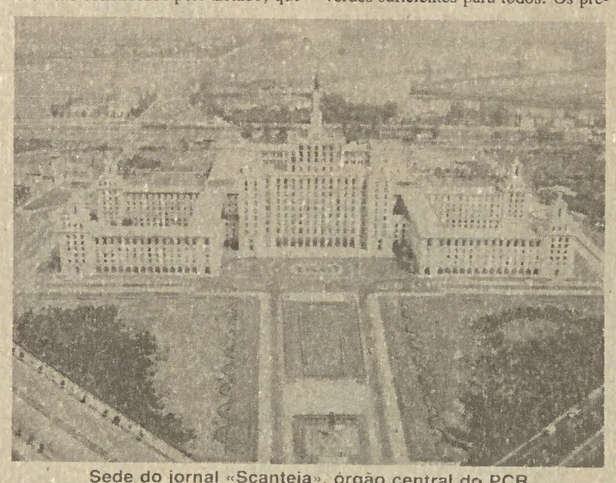
O Código do Trabalho precisa: «*A remuneração efectua-se segundo a quantidade, a qualidade e a importância social do trabalho, estando assegurada uma remuneração igual para trabalho igual. A fim de conferir ao salário um papel estimulante, na altura da sua fixação é tida em conta a complexidade do trabalho, a responsabilidade e o grau de solicitação que implica, o nível de formação profissional e a antiguidade exigida para o cumprimento do trabalho em questão*».

Por outro lado, existe a preocupação constante de assegurar uma proporção adequada entre os grandes e os pequenos salários dos trabalhadores, em relação com o estádio de desenvolvimento da economia nacional e com o princípio da equidade socialista contra o individualismo pequeno-burguês, contra as manifestações de egoísmo no sentido de pretender da sociedade mais do que ela pode dar na base dos princípios socialistas de repartição.

Mas não é só a remuneração em dinheiro que conta para os trabalhadores romenos. É a habitação confortável e a renda compatível, o preço dos transportes, a sua comodidade e rapidez, os equipamentos sociais. Bucareste tem em volta da zona antiga da cidade três bairros imensos de construção recente. Um deles, o «*Titan*» (gigantesco como o nome indica) tem mais de 200 mil habitantes, uma cidade dentro da capital, que conta, por sua vez, 1700 mil habitantes. A especulação com os terrenos não existe. Há cooperativas de construção, mas a maioria dos prédios são construídos pelo Estado, que intensifica a venda dos apartamentos com todas as vantagens para os compradores, que pagam a habitação com a própria renda e juro do capital nunca vai além de 5 por cento ao ano. Entretanto, os alugueres mantêm-se acessíveis a todos os trabalhadores. As casas compradas por particulares não podem servir para especular com as rendas. Devem destinar-se a habitação própria (ou da família) de quem compra.

«*Construímos, por ano, em Bucareste, 30 000 apartamentos*» — diz-nos o arquitecto Constantin Jugurica, director técnico do Instituto de Projectos da capital. «*Pretendemos desenvolver o país inteiro de uma maneira harmoniosa. Não pensamos apenas em Bucareste. Damos muita atenção às cidades mais pequenas, que têm hoje entre 100 e 250 mil habitantes. Queremos evitar a macrocefalia da capital onde enfrentamos alguns problemas herdados do desenvolvimento caótico da cidade. Tencionamos até substituir algumas construções que, embora relativamente recentes, são de baixa qualidade*». Até 1985 estarão resolvidos em linhas gerais os principais problemas. Cada pessoa terá 10 a 12 metros quadrados de habitação confortável e servida por todos os equipamentos sociais.

Entretanto, continua a construir-se no bairro «*Titan*» e nos outros dois maiores bairros da parte moderna de Bucareste. O «Titan» ficará com 100 000 apartamentos e outro desses bairros terá, dentro de 5 anos, 80 000. Como não se põe o problema do lucro, nem qualquer tipo de especulação, o aspecto das construções é surpreendente para nós, portugueses, habituados a «*dormitórios*» e a coisas muito piores, como sejam habitações caríssimas e que nem merecem esse nome. Apesar da industrialização do sector, os grandes aglomerados habitacionais de Budapeste e de outras cidades têm um aspecto agradável, com grandes zonas verdes suficientes para todos. Os prédios não se amontoam. Há espaço suficiente para respirar livremente, para viver com alegria.



Sede do jornal «Scanteia», órgão central do PCR

Grande atenção é dada também aos transportes, à ligação dos 3 grandes bairros com o centro da cidade. Da periferia ao centro de Bucareste a distância nunca é superior a 10 kms e não se gasta mais de meia hora para chegar de casa ao local de trabalho. Por outro lado, qualquer percurso de autocarro, por maior que seja, nunca excede 1 leu (cerca de 2$50). A maioria dos bilhetes é de meio leu.

OS TRABALHADORES DÃO PROVAS CLARAS DO SEU ESFORÇO

E o que sucede em Bucareste sucede em Iachi, em Brachov e nas outras cidades do país. Visitámos Iachi, 600 kms ao norte de Bucareste, perto da fronteira com a União Soviética. Cidade de grandes tradições culturais (1.ª Universidade do país, fundada em 1870 e hoje um dos maiores centros universitários da Roménia) Iachi é um modelo do desenvolvimento industrial do país. Capital de distrito, na Moldávia, região rural onde no tempo do fascismo não havia uma única fábrica, Iachi, além de grande número de indústrias de transformação, dispõe hoje de grandes complexos de indústria pesada, indústria química, farmacêutica, electrónica, incluindo uma fábrica de computadores. Oitenta e seis por cento dos antibióticos do país são produzidos num grande complexo fabril de Iachi, bem como todos os tubos de aço que se gastam na Roménia. Cidade de cerca de 300 mil habitantes, os seus esforços principais são divididos entre a grande indústria e o ensino estreitamente ligado ao trabalho técnico e científico, nas fábricas e nas cooperativas. Os estudantes (cerca de 22 mil universitários e 60 mil de outros ramos de ensino com privilégio para o técnico) dispõem de oficinas e laboratórios em todas as escolas, onde na verdade produzem, não se limitando a repetir as velhas «*experiências*», antes contribuindo activamente, até com pequenas descobertas, para a melhoria da aparelhagem técnica actual.

O presidente do Conselho Popular do Município de Iachi, primeiro secretário do Comité Municipal do Partido e membro do Conselho de Estado da Roménia, Ion Manciuc, e o presidente do Conselho Popular do Distrito e membro suplente da Comissão Política do CC do PCR, Ion Iliescu, que nos receberam com provas claras de estima e solidariedade para com o Povo Português, para com o nosso Partido e às outras forças democráticas e revolucionárias, ao mesmo tempo que se interessavam vivamente pela situação política em Portugal, davam-nos a conhecer as grandes conquistas do socialismo na sua região, conquistas que comprovamos visitando, por exemplo, a fábrica de malhas «*Moldova*» que, de uma pequena oficina se transformou, depois da nacionalização juntamente com outras, numa grande fábrica de 3800 operárias e operários, com 70 por cento das máquinas produzidas integralmente na Roménia e com uma produção de malhas de algodão das maiores do país. Conquistas que comprovamos visitando ainda, no campo da agricultura, uma grande herdade do Estado, uma cooperativa, que engloba 5460 pessoas, uma aldeia inteira, com 1230 trabalhadores activos numa superfície cultivável de 2300 hectares.

UM PUNHADO DE NÚMEROS EXEMPLARES

Muito ficou por ver na Roménia, em duas semanas de visita. Mas ainda assim seria necessário um volume inteiro para dar uma ideia sumária das vitórias do povo romeno em todos os campos da actividade económico-social. Divulgamos alguns números: *Ritmo médio anual de crescimento da produção industrial, por ramos, entre 1971 e 1975* (%): total da indústria — 12; energia eléctrica e térmica — 12; combustíveis — 7; metalúrgica gerrosa — 10,1; metalúrgica não ferrosa — 10,4; construções mecânicas —15,6; química — 17,5; celulose e papel — 8,9; materiais de construção — 14,3; exploração e aproveitamento de madeiras — 3,7; indústria ligeira — 10,1; indústria alimentar — 10,4. *Despesas do orçamento do Estado com a protecção da saúde* (em milhões de lei): 1950 — 644,5; 1960 — 2954,8; 1965 — 4794,6; 1970 — 6930,2; 1972 — 7678,0.

SOLIDARIEDADE PARA O NOSSO PARTIDO, OS TRABALHADORES E A INTERSINDICAL

Entre as manifestações de solidariedade para com o nosso Partido e todas as forças do progresso em Portugal destaca-se ainda a manifestada num longo editorial da secção internacional do jornal «*Scînteia*», órgão central do PCR, que, no seu número de 21 de Agosto, dois dias antes da Festa Nacional, escrevia a dado passo:

«*Sabe-se que ainda nos anos em que os comunistas portugueses militavam nas condições da clandestinidade, entre o PCR e o PCP se desenvolveram relações de amizade e colaboração, contando a luta de todas as forças revolucionárias portuguesas com a permanente solidariedade internacionalista do povo romeno. Desenvolvendo essa tradição nas novas condições surgidas depois do derrubamento da ditadura em Portugal, entre a Roménia socialista e o Portugal novo, entre o Partido Comunista e as forças revolucionárias, patrióticas e democráticas estabeleceram-se sólidas relações de colaboração baseadas na inteira igualdade de direitos, no respeito pela independência e soberania nacionais, na não intromissão nos assuntos internos*».

E o editorial do «*Scînteia*» prossegue: «*Animado por profundos sentimentos fraternos, o povo romeno deseja sinceramente que o povo português benificie plenamente dos frutos da sua vitória contra a ditadura fascista, que consolide as conquistas obtidas, que realize novos progressos no caminho da independência, da democracia, do progresso económico e social*».

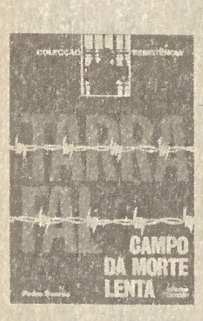
Condenando os assaltos fascistas aos centros de trabalho do nosso Partido, o órgão central do PCR lembra, por último, que «*os ataques contra os comunistas devem constituir um sério sinal de alarme para todos os patriotas e democratas. As perseguições, cujas vítimas foram os comunistas, têm sido invariavelmente seguidas pela perseguição de outros elementos democráticos, pela ofensiva da reacção em todas as frentes*» — conclui o «*Scînteia*», recordando a experiência histórica e militante.

(*Do nosso enviado especial*)

edições Avante!

Traduzida directamente do original alemão e cotejada com a edição inglesa, incluindo numerosas notas à tradução portuguesa, esta nossa edição será de grande utilidade a todas as pessoas interessadas no estudo do marxismo e na sua formação política, tanto nas escolas como particularmente.

30$00

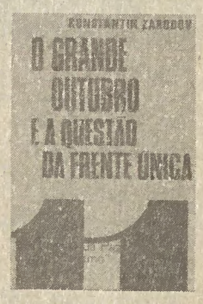


Um negro capítulo da negra história do fascismo, escrito por um dos muitos lutadores anti-fascistas que o viveram.

30$00

A proposta do PCP para uma Constituição dum país cujo povo quer construir o socialismo.

15$00



Um exemplo histórico de como foram ganhas para a revolução amplas massas de trabalhadores e os sectores progressistas e democráticos da sociedade.

8$00

À venda nos Centros de Trabalho do PCP e nas Livrarias a partir do dia 19/9/75

Avante!

O JORNAL DA CLASSE OPERÁRIA PORTUGUESA

LÊ – ASSINA – DIVULGA

VITÓRIA DOS METALÚRGICOS DE NORTE A SUL DO PAÍS

Numa impressionante manifestação de massas, os operários e outros trabalhadores das indústrias metalúrgica e metalo-mecânica, mobilizados de norte a sul do país, não cederam a jogos de demagogia e unidos e organizados alcançaram uma vitória que constitui um exemplo para todos os trabalhadores

«Ninguém vergará os metalúrgicos!» Esta a decisão de uma das classes que maiores provas de combatividade tem dado na luta contra o capitalismo explorador e contra quantos favorecem o seu jogo. Esta a decisão que no passado dia 7 levou à paralisação praticamente total da classe dos trabalhadores matalúrgicos e metalomecânicos em todo o país. De norte a sul, do Minho ao Algarve, os trabalhadores metalúrgicos, numa frente comum, unidos pela justeza das suas reivindicações, paralisaram o trabalho a partir das 15 horas e concentraram-se junto do Ministério do Trabalho em Lisboa e restantes delegações espalhadas pelo País. Envergando o fato de trabalho e empunhando dísticos que indentificavam as diferentes empresas, os trabalhadores metalúrgicos responderam com uma jornada impressionante de luta ao patronato violador das leis e ao Ministério do Trabalho, que num comunicado não somente se pronunciava sobre um estudo mais profundo da Portaria já publicada (inclusivamente no Boletim do Ministério, n.º 33, de 8 de Setembro último) como ainda afirmava que a portaria teria de se integrar, entre outros factores, na eventual declaração de sectores em crise para as indústrias metalúrgica e metalomecânica. Ora, os trabalhadores não ignoram que a declaração de crise para um sector industrial, nos termos legais, significa que ficam suspensas quaisquer convenções colectivas de trabalho, sendo possível o despedimento por «*motivo atendível*» e outros e garantindo ao patronato a possibilidade de não pagar os salários legais, nem indemnizações por despedimentos. Porém do teor do comunicado à atitude do Ministro do Trabalho, no fim da tarde do dia 7, perante uma multidão de cerca de cem mil trabalhadores concentrados junto ao Ministério, vai a distância imposta pela força revolucionária das massas trabalhadoras. O ímpeto revolucionário desta classe, duramente experimentada na luta, conduziu pois a um nítido recuo por parte do Ministério do Trabalho, acabando o Ministro por declarar que concordava com a generalidade das reivindicações apresentadas pela Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, cuja acção é bem a imagem da firmeza de uma classe que envolve cerca de 250 mil trabalhadores.

VITÓRIA DA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE

A concentração dos metalúrgicos junto do Ministério do Trabalho iniciou-se por volta das 16 horas. Porém só cerca das 19 chegariam colunas compactas de trabalhadores vindos da cintura industrial de Lisboa que se haviam concentrado no Terreiro do Paço. A manifestação era encabeçada por um largo cartaz vermelho, onde se lia «*Federação dos Metalúrgicos: a Luta Continua*», e por uma viatura da P.M., seguindo-se milhares de metalúrgicos vindos da Azambuja, de Sintra, dos Olivais, da Malveira e de muitos outros locais, incluindo os trabalhadores do Arsenal do Alfeite, que aderiram à manifestação, embora não se encontrem abrangidos pelas reivindicações em causa. Não se reunindo apenas no cumprimento da portaria por parte do patronato, essas reivindicações incluíam outros pontos destacados num documento que a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos apresentou ao Ministro do Trabalho às 2 horas da manhã do dia 7. Nesse documento sublinhava-se que a luta dos trabalhadores metalúrgicos só cessaria se fossem cumpridas as seguintes reivindicações: O Ministério do Trabalho informaria de imediato, pública e claramente, através de todos os Órgãos de Comunicação Social, que a portaria já publicada é um diploma legal e consequentemente o seu cumprimento é rigorosamente obrigatório, pelo que não podem deixar de considerar-se incitamento à desobediência colectiva, e como tal puníveis por lei, os comunicados e reuniões armadas do patronato; o Ministério do Trabalho convocaria as associações patronais e, na sua presença, os seus responsáveis intimados a desmentir, através da imprensa e restantes órgãos da informação, o conteúdo dos seus comunicados e a comprometerem-se a cumprir escrupolosamente a portaria publicada; o Ministério do Trabalho convocaria de imediato as asssociações patronais para que se iniciassem as negociações do clausulado do Contrato Colectivo Vertical Nacional, não integrado na portaria; o Ministério do Trabalho anunciaria a imediata revogação do Decreto-Lei N.º 372-A/75, que nega aos trabalhadores portugueses o direito ao trabalho, e a publicação de legislação impeditiva dos despedimentos.

Gritando diversas palavras de ordem, «*Com os Metalúrgicos não se brinca*», «*Publicação da Portaria já!*» «*Socialismo sim, exploração não*», «*O Povo não quer fascistas no poder!*» «*O Povo não quer governo de direita!*» *A luta continua, os Metalúrgicos estão na rua!*» e num repetido e impressionante clamor: «*Vasco voltará!*» e «*O Povo quer Vasco no Poder!*», os trabalhadores metalúrgicos reclamaram durante largo tempo a presença do Ministro do Trabalho, exigindo frequentemente: «*Ministro para a janela, senão vamos lá buscá-lo*» – intervieram, entretanto, elementos da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos informando os manifestantes sobre as conversações anteriores com o Ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa, e com o secretário de Estado do Trabalho, o advogado Marcelo Curto, nome ao qual os trabalhadores metalúrgicos reagiram com prolongados assobios e gritos «*Abaixo o Marcelo!*»

Já há muito os trabalhadores gritavam «*está na hora!*» quando o Ministro do Trabalho, surgindo à janela, teve ocasião de ser acolhido muito pouco favoravelmente pela densa multidão. As interrupções de viva indignação ao discurso do capitão Tomás Rosa provocaram por parte deste a ameaça de que se os «*senhores não mantiverem silêncio, vou-me embora*», tendo vindo os ânimos a ser serenados graças à intervenção lúcida de representantes da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos.

A declaração do Ministo do Trabalho segundo a qual concordava, na generalidade, com as reivindicações dos trabalhadores metalúrgicos não bastou para desmobilizar a classe, que se manteve firmemente concentrada até que, sem qualquer equívoco, todos os pontos reivindicados foram plenamente acordados pelo Ministro do Trabalho. Uma vitória só devida à força manifestada pelos trabalhadores metalúrgicos, classe fundamental no quadro da produção social, uma vitória do espírito de unidade e de coesão que, de norte a sul do país, foi amplamente demonstrado, e cuja imagem constitui séria advertência a quantos procurarem violarem ou favorecer o atentado às conquistas das classes trabalhadoras.

IMPRESSIONANTE MOBILIZAÇÃO A NÍVEL NACIONAL

A impressionante mobilização dos trabalhadores metalúrgicos, a nível nacional, no passado dia 7, é um índice da consciencialização revolucionária desta classe. Inclusivamente em Vila Real, Trás-os-Montes, os trabalhadores metalúrgicos solidarizaram-se com a luta a nível nacional. Em Santarém, em Setúbal e em todas as delegações do Ministério do Trabalho, os metalúrgicos manifestaram a sua enérgica determinação em não se deixarem abater pela guerra que lhes move o capitalismo.

No Porto, mais de vinte mil trabalhadores, gritando *slogans* como «*Abaixo a reacção, acima o trabalho e o Pão*» «*Trabalho sim, desemprego não!*» e outros, dirigiram-se ao CICAP e depois ao RASP para manifestar a sua veemente e inquebrantável solidariedade para com os soldados da CICAP, alojados neste momento no RASP, e não desmobilizam mesmo perante acções de tal gravidade em que, pela primeira vez, desde o 25 de Abril, elementos das forças armadas atentam contra o povo. De destacar que na manifestação dos metalúrgicos no Porto, Em diversos pontos do país, no decorrer das grandiosas manifestações, os trabalhadores metalúrgicos aprovaram diversas moções: uma na qual se afirmava a disposição de lutar lado a lado com os irmãos de classe — os camponeses — pela Reforma Agrária, contra o capitalismo e o fascismo; de saudação ao RALIS, contra o saneamento à esquerda conduzido por oficiais contra-revolucionários, pela reintegração dos oficiais revolucionários nas unidades e no Conselho da Revolução, de apoio ao CICAP e pelo afastamento de elementos reaccionários, nomeadamente dos comandos das regiões militares; de saudação aos explorados de todo o mundo em luta contra o fascismo e o capitalismo; de solidariedade com a luta do povo chileno e de saudação a todos os metalúrgicos que de norte a sul «*sairam para a rua, avançaram para a luta, luta de morte contra o fascismo, contra o capitalismo e pela sociedade sem classes*», exortando à unidade e à organização já demonstradas, revolucionariamente, no passado dia 7 e causa da importante vitória alcançada.

EDIÇÕES SEARA NOVA

QUE RECOMENDAMOS AOS LEITORES DO «AVANTE!»

- **MULHERES PORTUGUESAS NA RESISTÊNCIA**
  Rosa Mary N. Melo
- **OS CDR EM CUBA**
- **UM CERTO PAÍS AO SUL**
- **O 25 DE ABRIL E O PROBLEMA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL**
  Borges Coelho

DIVULGA O Avante! NO TEU LOCAL DE TRABALHO

informação

- O Hotel Sheraton, na Madeira, é o local de reunião preferido pela alta burguesia separatista. O director desse ninho de conspiradores é um americano que, no Chile, quando dirigia o Sheraton de Santiago, foi acusado de manter intimas ligações com a CIA.

- O Semanário «Libertad», de S. José, Costa Rica, publicou uma extensa entrevista com os camaradas Mário Solis e Nidia Saez, dirigentes do Partido Vanguardia Popular, em que estes se declaram dispostos a promover uma ampla campanha de solidariedade ao processo revolucionário português em toda a América Central.

- O reaccionarismo de «A Luta» alastra: Agora, o jornal da equipe do dr. Raul Rego anuncia inexistentes vitórias militares da FNLA na Região de Luanda.

- Através dos seus deputados, o PPD e o CDS defendem abertamente a separação dos Açores em relação ao continente. Quanto à questão da independência propriamente, não parecem admitir alternativas. Limitam-se a encarar nuances, quanto à forma de atingir esse objectivo reaccionário — a «independência unilateral» ou a «ransição pacífica para a independência». De notar que no último congresso do CDS tinha sido decidida a dissolução do CDS açoreano, caso este alinhasse com a campanha separatista. Hoje, CDS e PPD açoreanos alinham abertamente com tal campanha, são dela parte integrante, com o consentimento e aplauso das suas direcções nacionais.

- Em dezenas de comissões de moradores tem sido levantado o problema do inquérito ordenado ao PPD na sequência da ameaça feita pelo dr. Emídio Guerreiro de armar 50 000 homens. Estranha-se o silêncio em torno de um inquérito que, pela gravidade das afirmações contra-revolucionárias que o motivaram, deveria ter um carácter de urgência.

- Sob o título «criminosos impunes» o semanário «Mundo Português», do Rio de Janeiro, aponta como réus merecedores da pena máxima todos os militares e civis com responsabilidades no VI Governo. «Chamam-se Costa Gomes, Mário Soares, Melo Antunes, Vitor Alves, Almeida Santos — escreve — aqueles mais em preponderância. Provisoriamente vencedores, mas condenados com a execução da pena suspensa— se é que existem a justiça divina e a humana». O «Mundo Português» é um jornal fascista. Defende o colonialismo, Caetano, Spínola. O seu artigo é uma advertência para todos os que fingem ignorar que a opção real é *Socialismo* ou *Fascismo*.

- Num comício realizado em Bissau, por ocasião do 51° aniversário do nascimento de Amílcar Cabral, o presidente do Conselho de Estado da República da Guiné Bissau e secretário geral adjunto do PAIGC, camarada Luís Cabral, afirmou:«aqueles que cometeram os maiores crimes na Guiné, que mataram os nossos meninos e nossas mulheres, estão contra a revolução portuguesa e tentam derrubar as forças progressistas portuguesas e oprimir aquele Povo, que se libertou de 50 anos de fascismo. Se os fascistas ganharem em Portugal, os nossos inimigos terão apoio para lutarem contra nós». E acrescentou — «A luta que se trava em Portugal é também a nossa luta e a luta das forças progressistas de todo o Mundo».

- Durante a manifestação de apoio que o PS promoveu ao coronel Jaime Neves, na Amadora, alguém lembrou que o PPD estava presente e fora esquecido. Houve muitas palmas para o PPD...

- José Figueres veio a Portugal, prestar homenagem «ao camarada Mário Soares» e fazer votos pelo «triunfo do socialismo em liberdade». José Figueres é uma personalidade conhecida. Ex-presidente da Costa Rica, ficou famoso pelas suas campanhas contra a revolução cubana e Fidel Castro e sempre foi um dos mais dóceis instrumentos de Washington na preparação e execução de golpes do imperialismo na América Latina.

- O novo ministro da agricultura pronuncia-se pela necessidade de reintegração dos feitores dos grandes agrários, «de forma a recuperá-los para a Reforma Agrária»! Os feitores dos grandes agrários estão todos saneados.

- Dentro da sua habitual política de divulgação de falsas informações, o «Jornal Novo» e a «Luta» noticiaram que o ministro Veiga de Oliveira tinha pedido a convocação de uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros, convocação que estaria ligada à jà célebre inventona do PS. O Ministério do Equipamento e Ambiente desmentiu tal notícia. Face ao desmentido, a «Luta» publicou-o deturpado. O «Jornal Novo» nada publicou. Ante a insistência, disse ter recebido a «informação» de um porta-voz do PS...

- Um dirigente do PS – Catanho de Menezes – que se diz, naturalmente, partidário da Reforma Agrária, é um dos maiores latifundiários da Madeira, onde explora dezenas de pequenos camponeses, em regime de «colónia» – abertamente feudal (metade da produção para o dono da terra, normalmente proprietário absentista, no continente).

- Os dois jornais do Continente lidos na Madeira pela burguesia separatista são os semanários reaccionários o «Tempo» e o «Templário».

- A Comissão Regional de Emprego do Algarve considera que a retracção dos investimentos estrangeiros e nacionais, a sabotagem económica e a má gestão de várias empresas estão na raíz do desemprego de número apreciável de trabalhadores da construção civil e de outros sectores ligados ao turismo.

- A Comissão Liquidatária do Grémio da Lavoura de Castelo Branco denuncia um grupo de grandes agrários, que procura por todos os meios fazer regressar o ex-Grémio «à feição que tinha antes do 25 de Abril». A propósito, um comunicado da Comissão Liquidatária, comenta: «Poderão estes senhores alguma vez representar os interesses dos pequenos e médios agricultores? Que interesses pensam defender? Quem tem medo de que a Reforma Agrária avance?»

Portugal não está à venda

No discurso proferido durante o debate político geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, o camarada Andrei Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, afirmou que o Mundo está profundamente preocupado com as descaradas tentativas para submeter Portugal a pressões externas, «feitas claramente com o objectivo de levar o povo português a abandonar a via escolhida de livre desenvolvimento». «Ninguém pode ser autorizado a espezinhar o direito inalienável do Povo Português de decidir do seu destino, independência e sem interferência externa» — acrescentou.

Na verdade, as tentativas de interferência externa na política interna do nosso país, e os declarados apoios «nacionais» a tal interferência, considerada umas vezes como facto inevitável, e outras mesmo como benefício — estão-se a tornar particularmente arrogantes e ostensivas.

Declaradamente indiferente à sorte do povo português, e aos termos, particularmente brutais, em que se processava a sua exploração durante o fascismo, o imperialismo, em especial os grandes países capitalistas europeus, tem demonstrado neste momento uma mais que suspeita solicitude pelos caminhos que segue a democracia em Portugal. Para quem oiça os seus arautos, seria mesmo de

concluir que os mais abnegados defensores da democracia, da liberdade, e mesmo da independência do nosso país se encontram, não entre as massas trabalhadoras portuguesas e os seus aliados nacionais e internacionais, mas nos grandes centros de negócios de Paris, Bona, Londres ou Nova York. Com as graves dificuldades políticas que a nossa revolução atravessa, e a tomada de posse de um Governo que, tendo sido a solução possível, no momento dado, para a saída de um momento perigoso da crise que vivemos, não constitui, de forma alguma, a solução para os problemas em que nos debatemos e que a decidida e organizada luta de massas há-de superar — o imperialismo engalanou em arco. Saboreia de antemão os frutos de uma vitória que pensa desde já consagrada (ainda que a lucidez de alguns levante uma ou outra nuvem no risonho panorama traçado), dá-se mesmo ao «luxo» de voltar a falar em «auxílios», desta vez «sem condições». Assim, o Parlamento Europeu pronunciou-se a favor dum auxílio comunitário directo a Portugal, e isto no mais curto espaço de tempo. Uns quinze oradores insistiram, «magnanimamente», para que o auxílio financeiro a conceder a Portugal não seja ligado a qualquer condição. A assembleia do Atlântico Norte, demonstrando idênticos sentimentos duma inabalável «boa vontade», adoptou uma resolução pedindo aos quinze países membros da NATO, que concedam um auxílio financeiro imediato a Portugal.

Lamentavelmente, os comentários subjacentes a tão «desinteressadas» resoluções não se coadunam com tal «pureza» de intenções. Assim, Joseph Luns, secretário-geral da NATO, ao discursar na Assembleia, afirmou que «a solidariedade da aliança depende da existência de um Portugal próspero e democrático», acrescentando: «devo acentuar aqui, insistentemente, ser muito importante para a Aliança que se encontre uma solução satisfatória para a actual situação portuguesa, que continua instável». Por seu lado, o representante da Comissão de Bruxelas, Thomson, declarou que a lição a tirar dos acontecimentos em Portugal é que é preciso «dar um auxílio importante no momento oportuno». Thomson não explicitou qual era o seu conceito de oportunidade. Nem seria necessário, por demasiado evidente.

Esta descarada forma de chantagem económica, tem vindo a ser apodada por alguns de «auxílio financeiro».

As verdadeiras intenções do imperialismo em relação a Portugal são transparentes. O cinismo das declarações dos seus responsáveis, mais evidente tornam o seu verdadeiro carácter. Como é óbvio, ninguém, no mundo do capital, deseja auxiliar Portugal — o Portugal revolucionário que romperá, através de todas as dificuldades, para o socialismo. O Portugal de que os donos das multinacionais falam, é o Portugal da reacção. O Portugal dos latifundiários que tentam reerguer a cabeça, o Portugal da CIP e dos seus donos monopolistas, o Portugal dos que conspiram no estrangeiro e dentro das nossas fronteiras, o Portugal do ELP, dos bandos terroristas. Esse o Portugal «próspero e democrático» que interessa a Luns, que aliás demonstra uma objectividade um pouco superior à dos seus comparsas ao afirmar que a «actual situação portuguesa continua instável». Esse o Portugal de que nos libertamos, e que o poder da vontade popular organizada não permitirá que volte a ser realidade na nossa terra.

Na dureza e diversidade de campos de batalha na luta clandestina, sob o fascismo, a luta contra a dominação estrangeira no nosso país, contra a venda progressiva de todas as nossas riquezas, a estreita aliança entre monopólios ditos nacionais e companhias multinacionais, a entrega do país a troco de auxílio para manter as vergonhosas guerras coloniais — constituíu uma importante frente. O nosso Partido apontou mesmo, como tarefa fundamental, o levantamento de um movimento patriótico contra a dominação da nossa economia pelos interesses estrangeiros.

As massas trabalhadoras demonstraram então, mais uma vez, serem as verdadeiras defensoras dos interesses nacionais, erguendo difíceis movimentos reivindicativos em empresas de capital estrangeiro, em que era contestada a dominação económica estrangeira.

Hoje, em circunstâncias completamente diferentes, mas não menos complexas, a luta pela independência nacional está na ordem do dia. Independência não significa, como é óbvio, repúdio de relações económicas e mesmo de capitais estrangeiros. Mas significa repúdio de ingerência estrangeira. Significa repúdio de «auxílios» condicionados a recuos políticos. Nada pode pagar a liberdade de um povo. Não tem preço um futuro adequado aos interesses das massas trabalhadoras. Por isso, há quem esteja disposto a dar a vida. Mas há também quem se disponha a vender tais valores a patacos. Hoje, a luta pela liberdade e a luta pela independência são indissociáveis. Portugal não está à venda. As forças que se batem pelo seu futuro, não permitirão tal ignomínia.

A nacionalização da CUF vitória dos trabalhadores

«A necessidade de prosseguir na via da concretização de uma política económica posta ao serviço das classes trabalhadoras e das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, em cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas» – é uma das razões apontadas pelo diploma que determina a nacionalização da CUF – diploma elaborado pelo V Governo Provisório.

«O Programa de Controle aos Sectores Básicos – assinala o mesmo diploma – aponta como objectivos a neutralização das principais bases de acumulação monopolista, a melhor articulação inter-sectorial e a criação de oportunidades e condições necessárias a um processo de desenvolvimento industrial orientado no sentido de uma efectiva independência nacional».

A CUF dos Melos, a CUF que foi símbolo do domínio monopolista em Portugal, a CUF que foi um dos baluartes do fascismo no nosso país, e base da política de rapina e de entrega das nossas riquezas ao capital apátrida – foi agora nacionalizada. Pela firme vontade dos trabalhadores e das massas populares. Houve as pressões, as tentativas de recuo. Houve quem pretendesse pôr em causa a nacionalização e a administração da CUF nacionalizada. Era um passo particularmente importante para que novos recuos no processo revolucionário fossem ensaiados, novas conquistas contestadas, outras nacionalizações postas em causa. Mas aqui também se fez sentir a enérgica vontade das massas, o «novo avanço da acção popular de massas, o novo fluxo revolucionário, que, em resposta aos ataques e conspirações da reacção, em resposta às tentativas de abafar o processo revolucionário, afirma, com o poder das massas em luta, que não deixará pôr em causa as conquistas da revolução, que não deixará desviar Portugal do caminho da democracia e do socialismo» – que o camarada Álvaro Cunhal referiu na Jornada de solidariedade com os trabalhadores Alentejanos no Estádio 1.° de Maio.

Os trabalhadores da CUF, reunidos em Plenário nas fábricas do Barreiro, ratificaram a comissão administrativa para a CUF. Não foi possível, à reacção, levar avante a sua manobra.

A concretização de uma política económica posta ao serviço das classes trabalhadoras, a neutralização das principais bases de acumulação monopolista, um processo de desenvolvimento industrial orientado no sentido de uma efectiva independência nacional – são alguns dos objectivos básicos apresentados pelo decreto da nacionalização da CUF do V Governo Provisório. São igualmente objectivos centrais da revolução portuguesa. A nacionalização da CUF, como todas as nacionalizações efectuadas em benefício das massas trabalhadoras, é um golpe mortal no capital monopolista que dominava Portugal. Alargam o fosso, que alguns desejam transpor, que materializa o rompimento com uma perspectiva social-democrata para o nosso país.

O Governo que elaborou este, como outros decretos profundamente revolucionários, estava verdadeiramente empenhado no alargamento desse fosso, na grande opção da revolução portuguesa – a opção do socialismo. Pela sua actual composição, pela participação, mesmo em lugares chave, de partidos que não estão interessados no avanço do processo revolucionário, ou se acham abertamente comprometidos com a reacção – como é o caso do PPD –, o Governo que promulgou o decreto de nacionalização da CUF, não o fez em obediência às razões que determinaram a sua elaboração. Não o fez tão pouco por sua livre vontade. Mas porque a força da vontade popular assim o exigiu.

Não se governa apenas de Belém, de S. Bento, do Terreiro do Paço. A nacionalização da CUF é mais um exemplo concreto dessa realidade.

Na Madeira, o atestado ideológico não foi abolido

O «Jornal da Madeira» dirigido pelo sr. Alberto João Jardim, principal dirigente do PPD na Ilha, afirma diariamente que as liberdades democráticas têm raízes fundas na Madeira e o seu exercício está garantido.

Na realidade, o 25 de Abril não chegou ainda a dezenas de freguesias madeirenses. Em muitas não foram sequer abolidos os atestados de *bom comportamento* exigidos no tempo do fascismo. Um exemplo. O regedor do Paul do Mar, em Maio passado, continuava a emitir esses documentos. Eram ainda exigidos (e são) por muitos patrões. Transcrevemos, a seguir, um desses incriveis atestados:

«João dos Santos Coito, regedor efectivo da Freguesia do Paul do Mar, Concelho da Calheta, Distrito Autónomo do Funchal, Madeira — Atesto, na falta da respectiva Junta de Freguesia que José Maria Veríssimo da Silva, de 22 anos de idade, solteiro, de profissão pescador, filho de Manuel Jesus da Silva e de Maria Rosa Garces Veríssimo, natural da freguesia do Paul do Mar, Concelho da Calheta, que teve o seu último domicílio na Quebrada, da dita freguesia, gozava de bom comportamento moral e civil, não professava ideias comunistas ou bolchevistas. Por ser verdade e me ser pedido, passo o presente atestado que vai autenticado com o carimbo a óleo em uso nesta regedoria».

Seguia-se a data, 25 de Maio de 75, e a assinatura do regedor sobre um selo fiscal de 10 escudos.

Atestados como esse explicam por que motivo o PPD exige o saneamento dos oficiais revolucionários do MFA e pretende que sejam reduzidos ao «mínimo operacionalmente justificável» os efectivos militares existentes na Madeira.

O conceito de democracia que o PPD defende na Madeira é exactamente igual ao que os caciques desse partido, então caciques salazaristas, defendiam nos tempos do fascismo.

As contradições do Partido Socialista

Presente na conferência anual do Partido Trabalhista Inglês, como «delegado fraterno», o dr. Mário Soares pronunciou um discurso em que afirmou, nomeadamente: «Estamos a atravessar momentos difíceis em Portugal e a enfrentar problemas dolorosos. (...) O País inteiro está farto e cansado de manifestações mais ou menos inconsistentes, está farto de que grupos extremamente minoritários, que representam muito pouco no conjunto do País, possam aparentar conduzir os negócios gerais do Estado, na medida em que manipulam os meios de comunicação, particularmente a Rádio e os jornais matutinos de Lisboa. Essa situação está a criar uma grande irritação artificial na sociedade portuguesa.»

Ainda em Londres, falando numa reunião organizada por um grupo de pesquisa internacional, o secretário-geral do PS daria um quadro catastrófico da situação em Portugal, particularmente da nossa economia – anarquia industrial, desemprego –, que estaria a gerar um fundo descontentamento popular, o que abriria a possibilidade de «um golpe contra-revolucionário». Para resolver este complexo de problemas, manifestou a sua confiança no VI Governo Provisório, que a seu ver preencheria os requisitos de um «governo de salvação nacional», gozando de amplo apoio popular e... nos auxílios provenientes do Mercado Comum.

Entretanto, nem todas as vozes foram unânimes – dentro do Partido Trabalhista Inglês – para elogiar o dr. Mário Soares e a política que tem vindo a ser seguida pelo seu partido. Houve quem não aplaudisse. Houve quem se pronunciasse contra a resolução aprovada na Convenção, em que é pedido ao «Movimento das Forças Armadas para entregar o Poder aos representantes democraticamente eleitos do Povo Português», considerando-a, justamente, uma interferência na vida política do nosso país. Houve um artigo, no «Labour Weekly», órgão do Partido Trabalhista, bem pouco favorável às mistificações vulgarmente utilizadas pelo PS, para encobrir as suas pretensões à chefia do país, pretendendo legitimá-las com os resultados eleitorais.

Não é prestigiante para o PS o cariz político dos que se ergueram em sua defesa, A voz mais acalorada e emocionada foi a de Callaghan, ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, conhecido pelas suas posições de direita. Nem em organizações como o Partido Trabalhista – cuja prática política demostra à saciedade não estar empenhado na construção de uma sociedade socialista, mas antes no reforço do capitalismo, é unânime o apoio ao PS português. Mesmo aí, graças a uma relativa heterogeneidade da sua composição, há vozes dissonantes, as mesmas que se erguem contra a ingerência das organizações políticas estrangeiras nos problemas internos de Portugal.

Mário Soares, nas suas digressões pelo estrangeiro, como nas declarações que profere em Portugal, insiste em se pronunciar por um qualquer «socialismo democrático e livre», que tem naturalmente dificuldade em definir, mas que contrapõe ao socialismo realmente existente, que classifica em termos bem pouco meigos, idênticos aos vulgarmente empregues em relação ao fascismo. Simultaneamente, o dr. Mário Soares diz ser a direita o principal inimigo do seu partido, e de forma alguma o PCP, ainda que pelos vistos, na sua opinião, não seja grande o abismo entre fascismo e comunismo.

A prática política do PS, o fulcro da contradição das afirmações do seu secretário-geral, que afirma sempre não considerar inimigo o que mais acerrimamente ataca – são bem mais elucidativos que todas as declarações de princípios.

O dr. Mário Soares e o seu partido tem a direita como seu inimigo principal. Mas parecem encontrar bem poucas dificuldades num perfeito entendimento com o PPD, que defende de uma forma demasiado inequívoca uma política de defesa dos interesses do capital, de uma política de contestação das conquistas alcançadas pela revolução – uma política de direita. Um partido cuja cumplicidade nas tentativas de golpes de direita desferidos em Portugal é sobejamente conhecida.

O dr. Mário Soares e o seu partido querem a democracia e a liberdade para o nosso país – de par com a independência nacional (sem o que a democracia e a liberdade nunca seriam possíveis). Mas pintam do nosso país imagens catastróficas, de que no fundo apontam como responsáveis, não a sabotagem de capitalistas e latifundiários, não a fuga de capitais, não as nossas ainda íntimas ligações com a estrutura económica capitalista, e a não definição prática das bases de uma economia socialista – mas o abnegado trabalho de todas as forças empenhadas no processo revolucionário, o heroísmo dos que trabalham até ao extenuamento nos núcleos precursores de uma economia nova. Falam de independência nacional – mas dizem ver a solução para os nossos problemas (e actuam na prática nesse sentido), num pretenso auxílio da CEE, perigosamente eivado de condicionantes políticas, da parte de quem não pode deixar de estar interessado na asfixia da nossa revolução.

Os parâmetros em que se movem as opções políticas do PS atestam da pretensa veracidade das suas declarações de princípio. Não só a nível interno, mas externo, é transparente a verdadeira orientação do rumo que defende. Não são os discursos (ainda que também possam dizer muito), mas a prática política quem define os partidos.

Novidades das Edições Avante!

TESTAMENTO SOB A FORÇA
— JULIUS FUTCHIC

A consciência de um revolucionário perante a morte, a sua visão da vida e do mundo, a sua mensagem de esperança nas forças da paz e do progresso

preço 30$00

RUDIMENTOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO
— V. PODOSSETNIK — A. SPIRKINE

Trata-se duma introdução breve e clara ao materialismo histórico e à sua aplicação à nossa época

preço 25$00

informação

- Registou-se nas últimas semanas uma nova onda de repressão contra os trabalhadores do Uruguai. Foram presos nove dirigentes sindicais. Em Toledo, outra cidade do Uruguai, foram detidos alguns militares de esquerda, sem que até agora se conheçam as acusações que lhes são feitas.

- Dez finalistas dos cursos de Agronomia e Veterinária da Universidade de Lourenço Marques interromperam os seus cursos a fim de poderem participar, de uma forma mais directa e activa, por um período de dois anos, no processo de reconstrução nacional, em particular nas zonas mais afectadas pela guerra.

- O ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, camarada Chissano, declarou, na sua primeira alocução perante a Assembleia Geral da ONU, que a repressão na África do Sul está a atingir níveis sem precedentes. «Ultimamente, a repressão contra os seus próprios cidadãos foi intensificada a um nível até agora desconhecido naquele país. Práticas como aquelas que estão tomando lugar na África do Sul tomam a forma de colonialismo e nazismo» — afirmou Chissano.

- O ministro dos Negócios Estrangeiros da República Democrática do Vietnam publicou um comunicado afirmando que os Estados Unidos, ao oporem o seu veto à admissão conjunta da República Democrática do Vietnam e do Vietnam do Sul na Organização das Nações Unidas, estão a assumir «uma atitude de hostilidade em relação ao povo vietnamita», opondo-se «à tendência geral da maior parte dos países do mundo».

- Durante um discurso pronunciado em Hanoi, o ministro norte-vietnamita Van Dong voltou a referir-se à reunificação dos dois Vietnames, afirmando que «45 milhões de vietnamitas estão a preparar-se activamente» para essa reunificação.

- O chefe da Junta chilena, Pinochet, foi condecorado com a mais alta distinção de Espanha . Assim, Franco «honrou» o estrangulador das liberdades no Chile imediatamente após a execução de cinco antifascistas espanhóis.

- Ricardo Claro, conselheiro económico do Ministério chileno dos Negócios Estrangeiros, afirmou em Santiago que a China compraria no próximo ano ao Chile quantidades de cobre e nitrato superiores às quantidades actuais. De notar que, durante o Governo de Unidade Popular a China mantinha, com o Chile, reduzidíssimas relações económicas.

- *A polícia do Bangla Desh prendeu 114 pessoas, elevando para mais de 600 o número de detenções efectuadas no país durante a ofensiva, iniciada há uma semana, contra as forças progressistas nacionais.*

- Por sabotagem económica e entraves ao processo revolucionário, falsas declarações na reentrada em Moçambique e traficância e consumo de drogas, foram expulsas de Moçambique dez pessoas.

- Foram nacionalizadas em Moçambique todas as estações de rádio.

- Pelo seu carácter reaccionário colonialista, foi proibida a circulação, em Cabo Verde, da revista «Economia e Finanças».

- No texto da resolução final sobre a África Austral, aprovado pela 13.ª conferência da Organização de Solidariedade para com os Povo Afro-Asiáticos, que decorreu em Lourenço Marques, afirma-se: «O colapso do fascismo e colonialismo português, particularmente na África Austral, exerceu e continuará a exercer uma influência profunda na continuação do amadurecimento do processo revolucionário na África Austral. Esta alteração revolucionária deslocou, fundamentalmente, o balanço das forças em favor das lutas de libertação nacional dos povos da África do Sul, Zimbabwe e Namíbia».

- Milhões de cubanos festejaram o 15.º aniversário da maior organização de massas do país — as Comissões de Defesa da Revolução. Estas comissões, criadas como uma barreira contra a sabotagem contra-revolucionária, contam agora com 4 750 000 membros, cerca de metade da população de Cuba.

- Na sessão de encerramento do congresso da ARENA, o presidente Geisel, do Brasil, proferiu um discurso ameaçador, em que afirmou: «O adversário, embora neutralizado, não foi destruido (...) É pois necessária uma persistente acção preventiva e mesmo repressiva, para manter o clima de ordem e trabalho indispensável ao nosso desenvolvimento».

- O regime do Uruguai ordenou o encerramento do Cinema Universitário e ameaça destruir todos os textos marxistas da Biblioteca Nacional, o que é justamente considerado nos meios intelectuais do Uruguai como início da ofensiva do Governo contra o património cultural do país. A Convenção Nacional dos Trabalhadores (ilegalizada) enviou uma mensagem à UNESCO em que são denunciados os planos do Governo do Uruguai.

- O presidente Juan Maria Bordaberry foi o único Chefe de Estado que — na qualidade de convidado oficial da Junta fascista de Pinochet —participou nos festejos do 165.º aniversário da libertação do Chile do domínio espanhol. Bordaberry é o 2.º Chefe de Estado a visitar o Chile depois do golpe fascista de Pinochet. O ano passado, na mesma ocasião, esteve no Chile o ditador do Paraguai, general Alfredo Stroessner.

Novo passo em frente da Revolução Peruana

A Revolução Peruana deu grandes passos em frente nas últimas semanas. Desde que o general Francisco Morales Bermudez assumiu a Presidência da República foram tomadas várias medidas que confirmaram a intenção do Governo de fortalecer as grandes empresas nacionais, pondo termo a situações de dependência face ao imperialismo.

No dia 28 de Setembro, por exemplo, o povo peruano festejou com entusiasmo a inauguração da primeira refinaria de cobre. Construído em Ilo, esse complexo industrial terá capacidade para refinar cerca de 150.000 toneladas de cobre por ano, isto é quase 60 % da produção anual do país. Essa vitória revolucionária proporcionará ao Perú uma economia de divisas equivalente a 900.000 contos por ano. Mas mais importante do que a economia de divisas resultante da refinaria do cobre no próprio país é o facto de o Perú romper, a partir de agora, os vínculos de dependência que resultavam da comercialização do minério ser inseparável da localização das refinarias nos EUA, França, Inglaterra, Alemanha Federal, Bélgica e Japão, isto é países integrados no sistema de exploração capitalista.

Antes da Revolução, todas as grandes decisões sobre o cobre peruano eram tomadas em Nova York. No próprio Perú, os altos funcionários da Cerro de Pasco, e das filiais da Anaconda e da Kennecott eram americanos. Nenhum peruano podia chegar aos altos cargos administrativos. O cobre extraído era americano, vendido pelos preços que os americanos queriam e as empresas pagavam uma ninharia ao fisco.

Presentemente, a Cerro foi nacionalizada, várias minas da Anaconda e da Kennecott foram nacionalizadas e o Estado tem o monopólio da comercialização do minério. A Mineroperu espera agora duplicar a capacidade da refinaria de Ilo, de modo a que em 1980 possa transformar 83 % do cobre produzido na Região Sul, isto é 360.000 toneladas.

Durante anos, as grandes empresas americanas invocaram múltiplos pretextos para não explorar as minas de Michiquillay e Cerro Verde cujas concessões haviam obtido de governos oligárquicos, submissos às ordens de Washington. Alegavam que a exploração não seria rentável, que o minério era de má qualidade e outros disparates. Hoje a Mineroperu explora essas minas e demonstra que são das mais ricas do mundo.

A construção da refinaria de Ilo — a que se seguirá a montagem de uma refinaria para o zinco — teve efeito quase imediato nas cotações do cobre no mercado internacional. As manipulações de preços feitos pelos monopólios mineiros e pelas refinarias a eles ligadas serão doravante mais difíceis. Segundo o general Luís Briceno Arata, presidente da Mineroperu, o preço do cobre deverá registar um aumento de 5 % antes do fim do ano.

É oportuno recordar que a direita peruana sempre se opôs à nacionalização das minas. A APRA, cujos dirigentes pretendem ser socialistas, também sustentava que a industrialização do cobre no país era anti-económica e a tecnologia nacional não estava à altura da tarefa. O Partido Comunista Peruano e a Conferência Geral dos Trabalhadores Peruanos, em contrapartida, sempre se bateram pela nacionalização das minas e pela construção de refinarias no País.

A consequente política anti-imperialista que o general Velasco Alvarado, com o firme apoio das Forças Armadas, desenvolveu durante os últimos sete anos foi — juntamente com a realização da Reforma Agrária — o factor que mais contribuiu para o prestígio popular de que gozam as instituições militares e para a confiança que os seus dirigentes inspiram ao movimento popular de massas. O Governo do general Francisco Morales Bermudez, actual presidente, não se limita a dar continuidade a essa política anti-imperialista. Intensifica-a, imprime-lhe um novo dinamismo. O povo peruano sabe que o desenvolvimento económico autónomo, revolucionário, a caminho do socialismo não seria compatível com vassalagens diante do imperialismo. Os Estados Unidos anunciaram mil catástrofes para o Perú, proclamaram incontáveis vezes que a economia do país mergulharia no caos se os seus conselhos não fossem seguidos, se as condições para a «ajuda» não fossem aceites. Mas o governo revolucionário das Forças Armadas rejeitou sempre com dignidade as ameaças, os ultimatos, as promessas de «auxílio» americano que eram incompatíveis com a independência nacional e um projecto de desenvolvimento orientado para a liquidação do capitalismo. Os resultados provaram que a economia nacional pôde expandir-se a uma elevada taxa (média de 6 % ao ano) e o próprio mundo capitalista acabou por abrir créditos ao Perú revolucionário. Dentro das regras fixadas pela Revolução Peruana; sem as condições políticas que o imperialismo pretendia impor.

Pelo desanuviamento e pela paz

De acordo com a sua Carta, as Nações Unidas têm como objectivo central a criação de condições de paz entre os povos e Estados, a defesa, em todos as circunstancias, dum clima de distenção. Estes os objectivos. Por força da composição política da mesma Assembleia, nem sempre a prática tem correspondido aos princípios norteadores da sua própria criação.

Está dentro da lógica do imperialismo a manutenção de um clima internacional de instabilidade e de iminência de actos agressivos, que melhores condições lhe propicie para a livre exploração dos povos, e para a concorrência com os vários blocos do grande capital. Não será portanto de esperar ver Washington ou Bona baterem-se com particular ardor pela causa da paz. Entretanto, o crescente peso do mundo socialista, que adquire uma cada vez maior importancia política e económica no contexto mundial, o peso dos países subdesenvolvidos que lutam pela extirpação das raízes do seu subdesenvolvimento, a pressão das massas trabalhadoras no interior dos países capitalistas — tem levado sectores e governos dos países capitalistas a adoptar posições de um maior realismo político na cena internacional, e a aceitar mesmo comprometer-se na assinatura de tratados que visam a defesa da paz, em diversas facetas e aspectos parcelares dessa defesa. Apesar das medidas tomadas, sobretudo durante os últimos anos, com vista a estabelecer as premissas de uma paz mundial efectiva, em particular através da limitação da corrida aos armamentos, ainda não se conseguiu acabar com ela no seu conjunto. Gastos enormes com fins militares continuam a pesar brutalmente sobre os ombros dos povos. Uma série de Estados aumenta sistematicamente o seu orçamento militar. A corrida aos armamentos prossegue.

Outras vozes, que não as do imperialismo, se erguem entretanto, objectivamente, em defesa da continuação desta situação, contra a estabilização de um clima de distenção internacional. Na 30ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em cuja ordem do dia a União Soviética propõe a inclusão – como questão importante e urgente que é – a «conclusão de um tratado sobre a interdição total e geral das experiências com armas nucleares», o delegado chinês pronunciou um virulento discurso, em que põe em causa, em termos insultuosos, a política de paz da União Soviética, nada propondo estretanto de positivo. Para o grupo actualmente no poder na China, os acordos limitativos de armas estratégicas assinados entre a União Soviética e os Estados Unidos, não só carecem de qualquer valor como foram imaginados (pela URSS, claro está), para cobrir uma maior expansão das armas estratégicas. Para Pequim, «enquanto cantava paz e segurança na sala da conferência, a União Soviética tomava iniciativas para agravar a tensão no exterior», e «não só concentrou forças militares maciças e efectuou inúmeras provocações nos mares do Norte da Europa e no Mediterrâneo, mas, também, estendeù abertamemnte os seus tentáculos à Peninsuma Ibérica». Seguindo-se que «tais acções expansionistas, adicionadas a palavras de «detente», constituem uma enorme troça da Conferência de

Segurança Europeia» (por estranho que possa parecer, e a despeito dos inúmeros pontos de contacto, estas não são palavras de Kissinger). Para a China, «as superpotencias são a fonte de uma nova guerra mundial, e o perigo da guerra provem principalmente do ferozmente ambicioso social-imperialismo».

Até onde pode conduzir uma sistemática posição de anti-sovietismo e de anti-comunismo!

A medida que a União Soviética preconiza, e que o delegado chinês pretende possivelmente contestar, com o seu discurso calunioso — a assinatura de um amplo tratado mundial interditando inteiramente as experiências com armas nucleares — seria uma inestimável contribuição para a limitação da corrida ao armamento em geral, e ao armamento nuclear em particular, contribuiria para o desenvolvimento e aprofundamento do desanuviamento, para o reforço da paz e da segurança internacional. Constituiria, de facto, uma das primeiras medidas práticas que permitiria conferir um conteúdo real à declaração aceite, por iniciativa da URSS, pela Assembleia Geral da ONU, sobre o não-recurso à força nas relações entre os Estados e a interdição definitiva do emprego de armas nucleares.

Conforme declarou o camarada Gromiko, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, em carta dirigida ao secretátio-geral da ONU — «A tarefa que se põe na ordem do dia da vida internacional, consiste em COMPLETAR E REFORÇAR O DESANUVIAMENTO POLÍTICO COM MEDIDAS NO DOMÍNIO MILITAR, em fazer parar a corrida aos armamentos, em conseguir a redução do fabrico de armas — , finalmente, abordar o DESARMAMENTO GERAL E COMPLETO.

Nos últimos anos foram dados os primeiros e consideráveis passos na via do refreamento da corrida aos armamentos. Foram concluidos uma serie de importantes acordos, nomeadamente o tratado de Moscovo sobre a interdição das experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e debaixo de água, o tratado de não proliferação de armas nucleares e outras armas de extermínio massivo no cosmos e no fundo do mar e dos oceanos, a convenção sobre a interdição das armas bactereológicas e outros.

É chegado o momento de dar novos passos no caminho da paz. O caminho que conduzirá nomeadamente, ao fim dos blocos militares — garantia indispensável para a paz na Europa, e mesmo para a independência dos Estados europeus.

Nesse campo específico, Portugal está a viver uma experiência, que só nos pode e deve levar a apoiar, duma forma decidida, os esforços empreendidos para o desanuviamento mundial. Se antes do 25 de Abril não passávamos de joguete nas mãos do imperialismo e das grandes multinacionais — quer no campo económico, quer no campo militar — , após o 25 de Abril, a nossa condição de «flanco sudoeste da Europa», tem justificado, ou pretendido justificar, as mais grosseiras ingerências nos problemas internos do nosso país. Lutar pelo cumprimento dos acordos de Genebra, que condenam essa mesma ingerência, lutar por novos passos no caminho da paz, é também lutar pela nossa independência, pelo direito de levarmos até ao fim a libertação de Portugal. Hoje, a luta pela paz e a luta pela independência nacional, andam de mãos dadas.

EUA: Promessas ao Egipto e armas para Israel

Num discurso assinalando o quinto aniversário do falecimento de Gamal Abdel Nasser, o presidente Sadat do Egipto voltou a referir-se ao acordo assinado com Israel, unanimemente considerado, por todas as forças progressistas mundiais, como um documento inaceitável, que trai aspectos fundamentais da luta de libertação dos povos árabes.

Voltando a atacar a União Soviética, Sadat, talvez tentando tornear as críticas que justamente lhe têm vindo a ser dirigidas, falou de garantias e compromissos assumidos pelos EUA – que viriam justificar, a seu ver, os passos dados pelo seu Governo. Assim, os Estados Unidos teriam garantido ao Egipto que Israel não atacará a Síria e que negociações sobre uma separação de efectivos militares nos montes Golã principiariam em breve. Teria sido igualmente assegurado por Washington que o acordo interino de «paz» que firmara com Israel seria seguido por um pacto semelhante entre judeus e sírios. Uma terceira promessa garantia que os palestinianos participariam num acordo geral de paz.

Das garantias da Casa Branca referidas por Sadat ressalta um conjunto de aspectos que desde já põem em causa a sua consistência.

Kissinger fez promessas a Sadat. Sadat aceitou as promessas de Kissinger. Mas todos os compromissos referidos, sem excepção, dizem respeito a outros povos, cujos representantes não estiveram presentes nas conversações. Como se pode compreender que Washington tenha a pretensão de responder pela Síria ou pelo povo palestiniano?

E que Sadat aceite tal pretensão como se de um direito se tratasse?

Foi afirmado que as negociações sobre uma separação de efectivos militares nos montes Golã principiarão em breve. Mas a Síria desmente tal afirmação, e declara justamente não estar disposta a aceitar qualquer acordo de paz, em termos idênticos ao assinado pelo Egipto.

Foi garantido que os palestinianos participariam num acordo geral de paz. Em que termos? Que passos estão a ser dados para esse acordo? Acordo entre que forças — se se sabe, por exemplo, das críticas severas dirigidas pela Organização de Libertação da Palestina a um pacto considerado como uma traição aos interesses dos povos árabes?

Este um dos aspectos da questão.

Por outro lado, a aceitação, por parte de Sadat, da sinceridade das promessas de Kissinger, é deveras significativa. As promessas do imperialismo, só correspondem à realidade quando o poder e a determinação das forças progressistas o garantem. São múltiplos os exemplos históricos que confirmam tal ideia base. Sadat sabe-o. Seria difícil acreditar na sua ingenuidade política. Sadat não assinou o tratado com Israel, elaborado pela Casa Branca, por acreditar nas garantias de Washington. A sua posição aclara-se, e tem como única explicação plausível — o manifesto desejo de se afastar das forças progressistas, em particular daqueles que mais tem ajudado os povos árabes — os países socialistas, com a União Soviética à frente. Isso ficou patente nos ataques que têm dirigido à pátria do socialismo. O governo Egipto ensaia de facto uma aproximação com as forças internacionais de direita — consequência das contradições que se fazem sentir no seio dos países em via de desenvolvimento, dos esforços da sua burguesia nacional para se furtar à única opção possível para o seu imprescindivelmente rápido desenvolvimento — a via do progresso e do socialismo.

Neste momento os EUA redobraram os seus esforços para reforçar o armamento de Israel. Assim, aceitaram avançar a data do fornecimento dos caças F-15, prometidos a Israel (cujo envio estava inicialmente previsto para 1978), e montar, neste país, um sistema de alarme electrónico extremamente aperfeiçoado. Os Estados Unidos comprometeram-se igualmente a fornecer, desde o princípio de Outubro, as 100 baterias mísseis terra-terra Lance, encomendadas por Israel. Foi também prometido a Israel um número não determinado de caças F-16. Finalmente, segundo afirmações proferidas pelo ministro egípcio dos Negócios Estrangeiros, existe a possibilidade de Washington fornecer a Israel mísseis Pershing, capazes de transportar ogivas nucleares e de atacar grandes cidades árabes.

Esta a lógica das promessas do imperialismo — Washington promete paz, vangloria-se da sua acção em prol da «paz», e acelera calmamente o armamento de Israel para a guerra.

Não seria de esperar outra coisa da Casa Branca. As verdadeiras forças progressistas do Egipto, dos povos árabes e palestiniano sabem-no e não aceitarão qualquer forma de chantagem. A verdadeira paz ainda não foi conquistada.

África do sul: a demissão do general alemão

Guenther Rall, general da Força Aérea Alemã, representante da República Federal Alemã na Comissão Militar da NATO, foi forçado a apresentar a sua demissão pelo ministro alemão federal da Defesa, Georg Leber, na sequência de uma sua controversa visita à África do Sul.

Guenther Rall esteve na África do Sul há cerca de um ano. A revista «Stern» denunciou esta estadia — apresentada oficialmente como visita paticular — como uma missão oficial, de que o general teria sido encarregado, para discutir o planeamento nuclear e assuntos referentes à NATO, com o Governo sul-africano. Guenther Rall teria mesmo inspeccionado o Centro de Energia Atómica sul-africano.

A demissão do general, mais não faz do que confirmar tais denuncias. Trata-se de uma tentativa inequívoca de fazer passar uma esponja, a nível internacional, sobre um facto excessivamente incómodo, que chama a atenção para a política agressiva dos países capitalistas (ainda quando, por força da actual conjuntura internacional, se processa a níveis semi-clandestinos), e para as intimas ligações que existem de facto entre países ditos democratas e as ditaduras abertamente terroristas e colonialistas da direita.

RDA: ESFORÇO E VONTADE DE UM POVO

Exemplo brilhante da sociedade socialista avançada, a RDA festeja em paz mais um ano de trabalho e de esforço das massas populares, pondo ao seu serviço todas as conquistas da revolução técnica e científica, todas as conquistas da humanidade na caminhada final para o comunismo

A República Democrática Alemã (RDA) comemorou anteontem o 26.º aniversário da sua entrada na história como Estado socialista de operários e camponeses. Derrotado o fascismo hitleriano em Maio de 1945 e no prosseguimento das tradições revolucionárias da classe operária alemã, o povo da RDA, com o apoio fraterno da União Soviética e dos outros países socialistas, levou à prática, em 1949, o seu direito de autodeterminação política e sócio-económica. Dirigidos pela classe operária e pelo seu partido marxista-leninista, o PSUA, os trabalhadores da cidade e do campo derrubaram naquele ano todas as barreiras que ainda se opunham à caminhada do povo da RDA em direcção ao socialismo, ao comunismo e à paz.

Hoje, nesse país socialista, onde a prosperidade é lei, todo o poder é exercido pelos trabalhadores da cidade e do campo. O ser humano é o centro da sociedade e do seu Estado. Na base do ritmo extraordinário do desenvolvimento da produção, do aumento da eficácia e do crescimento da produtividade está a elevação do nível de vida material e cultural do povo.

A sólida aliança entre a classe operária, os camponeses, intelectuais e outras camadas da população, a propriedade socialista dos meios de produção, a direcção do desenvolvimento social de acordo com as conquistas mais avançadas da ciência, constituem as bases seguras e inatacáveis da ordem socialista na RDA. Foi suprimida para sempre a exploração do homem pelo homem. O que é criado pelas mãos do povo é propriedade do povo. Firmemente estabelecido na constituição, preside o principio socialista: *«De cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo o seu trabalho».*

No ano de 1971, quando no mundo capitalista surgiam mais uma vez e bem visíveis os sintomas da grave crise do imperialismo, o VIII Congresso do PSUA, o partido marxista-leninista da RDA, aprovava uma política orientada para a satisfação cada vez mais perfeita das necessidades materiais e culturais do povo, com base no aumento constante da produtividade do trabalho, da produção industrial e agrícola, do progresso técnico e científico.

No 7 de Outubro, o povo fez de novo o balanço da sua actividade, do seu esforço. As tarefas propostas pelo VIII Congresso foram cumpridas. Na RDA não existem as crises, o desemprego, o aumento de preços, a inflação reinantes no mundo do capital. Os trabalhadores olham confiadamente para o futuro. A produção industrial passou de 163,3 mil milhões de marcos em 1970 para 223 mil milhões em 1974. Entre 1972 e 1974 alcançou-se um produto nacional bruto de mais de 493 mil milhões de marcos. O crescimento médio da produção industrial foi de 6,5 por cento ao ano.

Os planos não só foram cumpridos como ultrapassados. Na pecuária, por exemplo, em 1973 já se alcançara a quantidade prevista para 1975. Na construção civil previa-se que até ao fim do último ano seriam erguidos e modernizados 373 mil apartamentos. Este número foi ultrapassado em cerca de 95 mil. Os rendimentos aumentaram de 79,3 para 96,4 mil milhões de marcos com preços estáveis nos serviços, no comércio retalhista e nas rendas de casa. Os investimentos do fundo social para a educação, cultura, saúde, previdência, etc., subiram de 25,6 mil milhões de marcos em 1970 para cerca de 35 mil milhões em 1974. Assim, no ano findo, além do rendimento individual, uma familia de quatro pessoas, por exemplo, recebeu, por mês, mais cerca de 511 marcos.

O povo da RDA apoia as forças progressistas de Portugal na luta contra o fascismo e contra todas as tentativas de impedir o Povo português de resolver por si mesmo os seus problemas. A cooperação económica entre o nosso país e a RDA tem-se desenvolvido de tal modo que, em comparação com o ano anterior, aumentou seis vezes, com relevo especial para a importação de produtos nacionais como o vinho, a cortiça, e as conservas de peixe. Significado e vulto especial tiveram também as reparações de navios da RDA no nosso País.

O conhecimento mútuo e a amizade dos dois povos têm aumentado também. Nas últimas semanas, por exemplo, foi-nos dado apreciar uma imagem da vida cultural da RDA, nomeadamente com a apresentação do grande poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht, em que participou a Associação Portugal-RDA.

Nesta fase de estreitamento de relações entre os dois povos, os trabalhadores portugueses vêem na RDA um exemplo vivo do que representa o socialismo na construção de uma verdadeira vida para o homem, para todos os homens.

SOLIDARIEDADE COM O PCP

O nosso partido e todos os democratas portugueses continuam a merecer a solidariedade activa e militante das forças que em todo o mundo estão com a revolução

O Partido Comunista Dominicano, num telegrama para o camarada Álvaro Cunhal, secretário geral do nosso Partido, toma parte na campanha de solidariedade internacionalista e proletária para com a revolução portuguesa, saudando a mobilização do PCP contra as tentativas de viragem à direita. O telegrama é assinado pelo camarada Narciso Isa Conde, secretário-geral daquele Partido irmão.

Solidariamente unido com a nossa luta, o Partido Comunista Turco enviou, por sua vez, uma mensagem ao nosso Partido. Com votos de pleno êxito para a revolução portuguesa, os nossos camaradas turcos *«estão certos de que o PCP e as outras forças progressistas superarão as dificuldades e reforçarão a aliança Povo-MFA a caminho da vitória.»*

«Nada é mais urgente do que a solidariedade comum de todas as organizações democráticas francesas para com a jovem democracia portuguesa ameaçada pelo fascismo!» — é a mensagem que, por seu lado, nos transmitem, várias organizações reunidas pela Federação do Rhône do PCF «considerando em conjunto que a evolução actual de Portugal não altera as preocupações das forças democráticas perante a contra-ofensiva reaccionária». A mensagem a que, convidado, se recusou a aderir o Partido Socialista através da sua Federação do Rhône, é subscrita pela Federação do Rhône do Partido Comunista Francês, União Departamental CGT e União Departamental CFDT, Federação da Educação Nacional, Juventude Operária Católica, Juventude Operária Católica Feminina, União das Juventudes Comunistas, União dos Estudantes Comunistas e União Nacional dos Comités de Acção Liceais.

A mensagem foi entregue no Consulado de Portugal em Lyon para ser remetida ao Presidente da República Portuguesa.

Além da mensagem, as organizações signatárias tomaram a iniciativa de protestar junto da Perfeitura do Rhône contra o apoio do governo francês ao ex-general Spínola.

MAIS DO QUE NUNCA SOLIDÁRIOS

«O empenhamento da Resistência Antifascista vive nos nossos actos a favor do socialismo e da paz.» Sob este lema 120 mil trabalhadores da RDA manifestam, em Berlim, a sua solidariedade com a Revolução Portuguesa para que Portugal nunca venha a ser o Chile da Europa

O dia internacional das vítimas do terror fascista e da luta contra o fascismo e a guerra imperialista foi comemorado este ano na RDA com uma grandiosa manifestação, em Berlim, que reuniu 120 mil trabalhadores da capital. Perante dirigentes do Partido e do Governo da RDA, representantes da Federação Internacional da Resistência (FIR) e delegados das federações nacionais e dos comités de 23 países europeus, Kurt Hager, membro da Comissão Política e Secretario do Comité Central do SED, que representava oficialmente a RDA, dirigiu-se à multidão dos manifestantes afirmando:

«Os comunistas e as outras forças verdadeiramente democráticas e progressistas de Portugal terão certamente de travar duras lutas e de passar por provas difíceis e muito sérias. Mas essas forças actuam no sentido da história, no sentido dos interesses vitais do Povo português. Seguem a marcha do tempo e essa corrente conduz inevitavelmente ao progresso social, ao socialismo. Daqui, desta manifestação, estendemos a mão ao Partido Comunista Português, a todos os socialistas e a todos os autênticos democratas de Portugal e testemunhamos-lhes a nossa amizade fraterna, a nossa profunda solidariedade».

Por sua vez, os representantes da Resistência Internacional, que se deslocaram a Berlim para assistir à reunião do Conselho Geral da Federação Internacional, e entre os quais se contava um representante português, proclamaram juntamente com os trabalhadores berlinenses a sua solidariedade e apoio a Portugal antifascista e democrático. A declaração daquele Concelho Geral refere:

«A Federação Internacional da Resistência (FIR), que reúne milhões de resistentes e de vítimas do fascismo, que conhecem através da sua própria experiência as consequências do anticomunismo e do terror sanguinário do fascismo, em nome de todos os combatentes antifascistas, de todos os perseguidos e de todos os que sobreviveram, declara-se solidária com as forças democráticas de Portugal. A Federação lembra os objectivos da luta da Resistência e chama todos os resistentes a trazer o seu apoio ao movimento democrático do Povo de Portugal.»

Trinta anos depois de a União Soviética e os outros Estados da coligação anti-hitleriana terem libertado os povos do fascismo hitleriano, a grandiosa manifestação de Berlim, onde o nosso processo revolucionário ocupou lugar de grande relevo, mostrou claramente que a consciência, a razão e os sentimentos dos habitantes da RDA são inspirados pela solidariedade. Esse espírito anima, dia após dia, tudo o que empreendem para reforçar o socialismo e o progresso internacional. A todos anima a ideia segundo a qual a solidariedade é tanto mais forte quanto o socialismo é mais poderoso.

O apelo da FIR foi secundado por figuras eminentes da luta antifascista, presentes em Berlim, como Henryk Korotynski, resistente, deportado para Auschwitz e Buchenwald, conhecidos campos de exterminação nazis, e titular de altas condecorações polacas.

«O essencial — declarou — *é a salvaguarda da unidade das forças antifascistas portuguesas, mas o apoio da opinião progressista mundial também desempenha um papel essencial. (...) Estamos unidos na luta contra o fascismo, contra o adversário fascista comum. E por esse motivo que a nossa Federação, cujas tradições e cuja história estão ao serviço da luta contra o fascismo, dá o seu apoio a todos os antifascistas de Portugal.»*

Entretanto, os jornais e as estações de rádio do distrito costeiro da RDA lançavam uma grande campanha sob o tema «MAIS DO QUE NUNCA SOLIDÁRIOS COM PORTUGAL ANTIFASCISTA E DEMOCRÁTICO» para apoiar os comunistas e todas as forças progressistas portugueses. Milhares de habitantes da costa báltica já responderam a esse apelo assinado por um antigo combatente das Brigadas Internacionais, na Guerra de Espanha, um antifascista chileno que vive na RDA e um operário do distrito.

RDA, UM MODERNO ESTADO INDUSTRIAL

A República Democrática Alemã, que tem um território de 108 178 Km², é um moderno estado industrial socialista com uma agricultura altamente desenvolvida e em parte industrializada. A RDA é membro, desde 1950, do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME), que reúne em si um elevado potencial industrial e científico. A parte do CAME na produção industrial de todo o mundo corresponde quase a 40%. A RDA, ainda que conte apenas com 17 milhões de habitantes, figura entre os dez estados industriais mais proeminentes do mundo.

O vigoroso desenvolvimento da RDA, que em 7 de Outubro de 1975 celebra o 26.º aniversário da sua fundação, reflecte-se nalguns números significativos.

A *produção industrial anual* subiu, desde 1949, de 22 para mais de 208 mil milhões de marcos.

Com o aumento planificado de 6,7%, a produção industrial anual na RDA alcançou até fins de 1974 mais de 220 mil milhões de marcos, ou seja, o décuplo em relação ao ano da sua fundação.

Elevou-se na mesma medida o *rendimento nacional*, ou seja, aquela parte do produto social total que se emprega antes do mais para o melhoramento do nível de vida material e cultural da população, para o desenvolvimento da economia nacional e o progresso da ciência e da técnica.

Aproximadamente 75% do rendimento nacional é produto da indústria, 10% do ramo da construção e 13% da agricultura e silvicultura.

De 100 trabalhadores da RDA, 37 trabalham em empresas industriais. Mais de 70% das matérias primas, materiais e matérias semi-elaboradas que se usam na produção, provêm da indústria. Também os artigos e serviços consumidos e utilizados pela população são ministrados, numa média de 70%, pelas empresas industriais.

As *empresas propriedade do povo e as cooperativas socialistas* constituem a base económica da indústria na RDA. A sua parte no volume da produção representa mais de 99%.

As condições materiais básicas de há 26 anos eram muito inconvenientes ao desenvolvimento da indústria socialista na RDA.

– Havia grandes desproporções entre a indústria básica e a indústria de elaboração e igualmente entre os diferentes territórios do país.

– Devido à destruição provocada pela segunda guerra mundial, em 1946 a indústria básica, que mesmo sem isso se encontrava pouco desenvolvida, abarcava apenas 52% do nível de 1936; a industria elaboradora de metais, 29%, a indústria ligeira, 44 e a indústria de comestíveis 39%.

– Até aos anos sessenta, forças imperialistas reaccionárias fizeram uma permanente guerra económica que provocou à RDA perdas de 100 mil milhões de marcos, até que em 13 de Agosto de 1961 se estabeleceram controles normais nas fronteiras com a RDA e Berlim Ocidental, totalmente abertas até essa data.

Uma característica da desproporção na indústria era a falta quase completa de uma base metalúrgica para o desenvolvimento da indústria de construção das máquinas existentes, especialmente a construção de máquinas ferramenta e texteis. A metalurgia estava concentrada na Alemanha ocidental; a RDA possuia, depois da segunda guerra mundial, uma única fábrica de siderurgia com quatro altos fornos antiquados. A indústria de maquinaria pesada e de química básica quase não existiam.

Graças a uma planificação económica claramente orientada, com base nas empresas propriedade do povo, o partido da classe operária, o Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), ajudado pela União Soviética e por outros estados socialistas e apoiando-se, antes do mais, nos grandes esforços dos trabalhadores, conseguiu rapidamente reconstruir e desenvolver a indústria.

Desta forma, sob as condições sociopolíticas que regem a RDA, os êxitos do rápido desenvolvimento industrial redundam em benefício daqueles que criam os valores produtivos e materiais: os trabalhadores.

NA VANGUARDA DO INTERNACIONALISMO

Na passagem de 26º aniversário da República Democrática Alemã recordamos a parte final do discurso proferido por Hermann Axen, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido Socialista Unificado daquele país proferido durante um comício de amizade que se realizou no Pavilhão Gimno-desportivo da Amadora, em Dezembro do ano passado.

«Como sabeis, o imperialismo tenta dividir os povos e lançá-los uns contra os outros. Deste modo, ele já provocou (e continua a provocar) muitos males. Entretanto, nós, os países libertados e progressistas, construímos um mundo novo, um mundo de fraternidade. A formação e o desenvolvimento da República Democrática Alemã foram apoiados pela solidariedade internacional da classe operária.

Por isso, a República Democrática Alemã socialista estende a sua mão a Portugal livre e democrático, num gesto de fraternidade e de cooperação estreita. A nossa República foi, após o 25 de Abril, um dos primeiros Estados que chegou a acordo com o Governo Provisório para o estabelecimento de relações diplomáticas.

Camaradas e amigos:

O Portugal do 25 de Abril, pelas suas posições anticolonialistas e democráticas, inspira confiança ao Mundo. Esta confiança baseia-se na legitimidade democrática daquelas forças que, hoje em dia, são representativas para o povo português.

Conhecemos a vossa palavra de ordem: «A vitória é difícil mas é nossa!» Entendemo-la no sentido de que são grandes as dificuldades no caminho para a liberdade mas que elas podem ser vencidas.

Realismo e confiança no futuro, unidade da classe operária e de todas as forças democráticas — nisto se baseia a política do PCP. De todo o coração vos desejamos os maiores êxitos.

Sentimos a necessidade profunda de expressar, mais uma vez, os nossos agradecimentos ao Comité Central do PCP (e designadamente ao camarada Álvaro Cunhal) pelo convite para esta manifestação de solidariedade e de amizade entre os nossos povos. Vamos informar o nosso partido e o nosso povo sobre o novo Portugal e sobre a vossa luta.

Camaradas e amigos!

Estaremos sempre ao lado do Partido Comunista, da classe operária e do povo de Portugal livre!

Viva Portugal Democrático!

Viva o heróico Partido Comunista Português!

Viva a eterna amizade e solidariedade entre os povos e partidos marxistas-leninistas da RDA e de Portugal!

Viva o internacionalismo proletário!»

A ESPANHA VENCERÁ!

Integrada na jornada de solidariedade com a luta do povo espanhol, promovida por vinte e oito Partidos Comunistas da Europa, o PCP promoveu uma sessão em Lisboa em que usou da palavra o camarada Aurélio Santos, membro suplente do CC

O Partido Comunista Português foi um dos 28 partidos comunistas da Europa que realizaram, no passado dia 2, uma gigantesca jornada de solidariedade com a luta do povo espanhol, contra o fascismo, pela liberdade e democracia. A jornada de solidariedade, em Lisboa, decorreu no Teatro Vasco Santana e a ela presidiu o camarada Aurélio Santos, membro suplente do Comité Central do nosso Partido. Falando aos presentes, e após ter repudiado o assassínio dos cinco antifascistas pela ditadura franquista, o camarada Aurélio Santos afirmou:

«Depois do 25 de Abril, como antes do 25 de Abril, para todos nós, portugueses antifascistas, para todos nós, comunistas portugueses, a luta do povo irmão de Espanha é sentida como uma parte integrante na nossa própria luta contra o fascismo, pela liberdade e a democracia. Cada vitória do povo espanhol é saudada como uma vitória também da nossa luta. Cada golpe sofrido pelo povo espanhol sentimo-lo também na nossa carne.»

Prosseguindo, o camarada Aurélio Santos afirmou: «O fascismo mata, em Espanha, para deter o avanço da luta do povo espanhol, para tentar recuperar pelo terror o domínio duma situação cujo controle começa a escapar-lhe. Mas o fascismo mata também, em Espanha, porque o assusta a liberdade implantada em Portugal com o 25 de Abril e os reflexos que a vitória do povo português tem na luta pela libertação dos outros povos e do povo espanhol também. Por isso podemos dizer que os tiros disparados em Madrid, Burgos e Barcelona visam também a liberdade em Portugal e as balas que mataram os 5 patriotas espanhóis atingem também os antifascistas portugueses e o povo português».

DEFENDER AS LIBERDADES EM PORTUGAL E EM ESPANHA

Na sua intervenção, o camarada Aurélio Santos, após analisar o que tem sido a política terrorista de Franco e Arias Navarro, salientou a importância da nossa contribuição à luta do povo irmão de Espanha pela sua libertação, tendo acentuado:

«Nós consideramos que é defendendo as liberdades em Portugal, lutando pelo desmantelamento efectivo dos monopólios e do seu poder, realizando a reforma agrária entregando a terra a quem a trabalha, que melhor estamos contribuindo para ajudar à luta do povo irmão de Espanha. Por isso, também condenamos, sem qualquer hesitação, acções que, tal como o assalto à embaixada de Espanha em Lisboa, não servem a luta do povo espanhol e são provocações contra a luta do povo português, criando maiores dificuldades para o seu sucesso, fazendo o jogo da reacção e do fascismo em Portugal, dando pretexto para o agravamento das dificuldades que o fascismo espanhol quer criar à Revolução Portuguesa».

«Nós consideramos – prosseguiu o camarada Aurélio Santos – que é lutando contra os assaltos da reacção e das forças de direita em Portugal, combatendo as ameaças do terrorismo fascista e a intervenção estrangeira em Portugal, desmantelando as inventonas com que os promotores da viragem à direita pretendem lançar a confusão em Portugal, desmascarando as actividades provocatórias dos pseudo-revolucionários esquerdistas e dos agentes do imperialismo e da reacção – é assim que nós, em Portugal, melhor ajudamos à luta dos nossos irmãos espanhóis».

BASTA DE SANGUE! LIBERDADE PARA ESPANHA!

Finalmente, o camarada Aurélio Santos, a terminar a sua intervenção, salientou: «O alargamento dos protestos contra as criminosas execussões da semana passada, o alargamento da reclamação para impedir novas execussões são, neste momento, objectivos imediatos e urgentes que se levantam na solidariedade ao povo espanhol.

«É necessário impedir que Franco, antes de se ir juntar a Caetano, Lon Nol ou Thieu ou, enfim, aos seus mestres Hitler, Mussolini e Salazar, seja impedido de voltar a matar. É necessário que em todo o nosso país, milhares de vozes se juntem ao clamor que em todo o mundo reclama: basta de sangue! Liberdade para Espanha!

«Pela nossa própria experiência sabemos que o fascismo acabará por cair em Espanha como caiu em Portugal e na Grécia, derrubado pela luta das massas populares e das forças patrióticas. O fascismo, o imperialismo, a reacção, não podem deter o progresso histórico. O Vietname, Portugal, são dois exemplos recentes que o demonstram. Espanha juntar-se-á aos países libertados . O POVO DE ESPANHA VENCERÁ!»

Durante a jornada de solidariedade foram lidas duas moções, uma da Junta Democrática de Espanha em Lisboa e outra de um grupo de comunistas espanhóis. Actuaram ainda Maria do Céu Guerra, Ary dos Santos e Fernando Tordo, tendo sido exibido o filme «Serra de Teruel».

OS POVOS DE ESPANHA UM DIA SERÃO LIVRES

A Comissão Distrital de Évora do nosso Partido, num comunicado divulgado no dia em que cinco patriotas espanhóis foram assassinados ao amanhecer pelo regime caduco e assassino de Franco exprime a sua profunda indignação por mais este crime infame do fascismo e do capitalismo, afirmando: «O PCP está com os Povos e os Patriotas espanhóis», e mais adiante: «Lutando na nossa Pátria contra o fascismo e o imperialismo, fazendo-os recuar e esmagando-os, é o mais valioso contributo que daremos à causa da liberdade e do socialismo. Os comunistas, ontem como hoje, estarão sempre nas primeiras fileiras de combate, contra o fascismo e o imperialismo.»

REFLEXOS DA TRAGÉDIA ESPANHOLA

O fuzilamento de cinco antifascistas em Espanha, foi um crime contra o povo espanhol e um crime contra a humanidade. Mas não provocou surpresa. O franquismo que nunca respeitou as mais elementares liberdades e direitos humanos, jamais demonstrou o menor respeito pela vida daqueles que ousam combatê-lo, batendo-se por uma Espanha livre, democrática e progressista. Com a mesma frieza com que assassinou Julian Grimau em 1963, a ditadura espanhola assumiu agora a responsabilidade pelo fuzilamento de cinco patriotas de várias tendências ideológicas, permanecendo surda aos apelos recebidos de dezenas de países e governos e de milhares de organizações.

Em Portugal, como era inevitável, o monstruoso crime suscitou uma justa vaga de indignação popular. Solidário com a luta de libertação do povo espanhol, cada trabalhador, cada revolucionário português se sentiu também visado pelas balas assassinas do pelotão de fuzilamento que abateu Otaegui, Baena Alonso, Garcia, Sanchez Bravo e Paredes. Mas aquilo que poderia ter sido uma poderosa e emocionante manifestação de solidariedade da Revolução Portuguesa com o povo irmão e um clamor uníssono de repúdio aos seus carrascos acabou por ser desvirtuado pelo comportamento irresponsável e aventureiro de alguns grupos e elementos pseudo-revolucionários. O assalto e a destruição do Consulado e da Embaixada de Espanha em Lisboa e os ataques posteriores ao consulado do Porto e os vice-consulados de Setúbal e Évora inseriram-se no processo da Revolução Portuguesa como acontecimentos negativos, sob todos os aspectos, e como factores de agravamento da crise político-militar em desenvolvimento. Conforme salientou o camarada Álvaro Cunhal na festa do nosso Partido realizada no Estádio 1.º de Maio, a anarquia não esconde o seu caracter contra-revolucionário pelo simples facto de aparentar defender as mais justas causas. O povo português fizera sua a causa dos patriotas fuzilados, indentificando-a com a luta contra o fascismo espanhol. Por isso mesmo os comunistas condenam a conduta aventureira daqueles que para manifestarem a sua repulsa pela violência irracional, criminosa e gratuíta recorreram a actos igualmente violentos e irracionais.

O que o fascismo espanhol conseguiu foi provocar mais uma vez o repúdio de toda a humanidade. A lei e a ordem franquista não valem mais do que a lei e a ordem da Junta chilena.

A grosseira provocação não serviu nem à luta do povo espanhol nem à revolução Portuguesa. O Palácio de Palhavã, embora ocupado pela Embaixada da Espanha, faz parte do património cultural da nação portuguesa. O seu saque e incêndio constituem actos de vandalismo e de barbárie contra-revolucionária. Nada houve também de heróico ou revolucionário na destruição do recheio do edifício do Consulado de Espanha.

Esses actos traduzem-se para o País numa perda de 700.000 contos, valor aproximado dos prejuízos causados. Com esse dinheiro poderiam adquirir-se 7.000 tractores para a Reforma Agrária ou construir-se um quinto das casas previstas no Plano de Habitação. Quem perdeu? O Povo, a Revolução! Os assaltantes — e os saqueadores que os acompanharam — apenas ofereceram ao fascismo espanhol pretextos para atitudes que podem vir a criar maiores dificuldades a uma revolução cercada como é a nossa. A Espanha é neste momento um ninho de fascistas portugueses. Toda essa escória, todos os terroristas do ELP e do MDLP desejam, em vez de temer, um aumento da tensão que desde o 25 de Abril assinala as relações oficiais entre Lisboa e Madrid. Pretendem rédea livre para se entregarem a toda a espécie de provocações na fronteira, para introduzirem armas em Portugal, para montarem os seus quarteis generais a dois passos de cidades portuguesas. Foi aos golpistas ligados a Spínola, aos Alpoim Galvão e a outros criminosos, da sua igualha que os incendiários de Palhavã e da R. do Salitre prestaram um grande serviço.

Aos comunistas sobra autoridade para criticar esses actos de violência irresponsável. Nenhum partido, nenhuma organização revolucionária sofreu tanto como o PCP em consequência da escalada terrorista da reacção. Mas, apesar dos assaltos, saques e incêndios organizados contra os nossos Centros de Trabalho, não lançamos mão de processos idênticos para responder à ofensiva desencadeada em certas regiões do País por bandos fascistas. A ordem democrática e revolucionária não se defende abrindo a porta à anarquia.

Em vários países capitalistas, a imprensa reaccionária, significativamente, noticiou com particular destaque as manifestações que culminaram com o incêndio da Embaixada e do Consulado de Espanha. Hipocritamente os jornais que pedem aos governos burgueses que suspendam as relações com a Espanha até que a «liberdade e a democracia sejam restabelecidas» são os mesmos que há mais de um ano se mostram preocupados com o futuro da democracia e das liberdades em Portugal. Nunca se inquietaram com o terror franquista, nunca acharam que a ausência de liberdades em Espanha constituisse uma ameaça para a humanidade, até que o fuzilamento dos cinco patriotas lhes ofereceu um tema para manifestações hipócritas de uma solidariedade que não sentem. Em contrapartida mostram-se já alarmados com as condições de «insegurança» existentes em Lisboa no tocante às missões diplomáticas estrangeiras.

Os comentários da imprensa americana a respeito do assunto foram particularmente venenosos. Dir-se-ia que o imperialismo americano só lamentou que os actos de violência praticados contra instalações da Espanha franquista em Lisboa não tivessem atingido edifícios ou pessoas dos Estados Unidos. A experiência demonstra que a CIA, por vezes, promove ela própria atentados contra «bens e cidadãos americanos» para que o governo dos Estados Unidos possa, depois, explorar esses incidentes e montar provocações e até agressões.

A Revolução Portuguesa não pode oferecer armas, argumentos e pretextos aos seus adversários.

Um dos patriotas espanhois fuzilados, Luiz Sanchez Bravo, afirmou na sua carta de adeus que «a vida é uma grande corrida que tem de ser vencida». Na realidade, a vida humana é uma corrida curta. A grande corrida, que transcende as existências individuais, é a Revolução. Grande e difícil. Aqueles que acreditam que a revolução socialista se faz incendiando consulados e embaixadas não são revolucionários nem socialistas. Os comunistas, solidários com a luta do povo espanhol contra o fascismo, e empenhados em defender e aprofundar as grandes conquistas revolucionárias do povo português condenam essas manifestações de violência anárquica. Só atrasam a vitória na grande corrida da Revolução.

NOTÍCIAS DA AMADORA
Semanário Popular

- ontem no combate contra o fascismo
- hoje no combate contra a reacção e pela consolidação do poder popular
- lê, assina e divulga